

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FLAVIANA ALVES TOLEDO

O PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ) E
A FORMAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA

NITERÓI
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FLAVIANA ALVES TOLEDO

O PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ) E
A FORMAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, no campo de confluência Trabalho e Educação, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. SONIA MARIA RUMMERT

NITERÓI
2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

T649 Toledo, Flaviana Alves.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a formação da mulher trabalhadora / Flaviana Alves Toledo. – 2010.

199 f.

Orientador: Sonia Maria Rummert.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2010.

Bibliografia: f. 119-125.

1. Plano nacional de qualificação do trabalhador. 2. Mulher trabalhadora. 3. Qualificação profissional. 4. Trabalho-educação.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Programa de Pós-Graduação em Educação

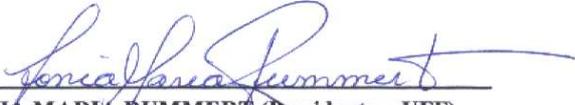
Nº 858

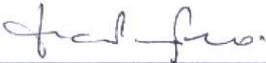
Ata da Defesa de Dissertação da
mestranda **FLAVIANA ALVES TOLEDO**,
na forma que se segue:

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dez, às quinze horas, na sala 514 do Bloco D - do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca examinadora da Dissertação de Mestrado em Educação de **FLAVIANA ALVES TOLEDO**, formada pelos seguintes professores doutores: **SONIA MARIA RUMMERT (Presidente/UFF)**, **MARIA APARECIDA CIAVATTA PANTOJA FRANCO (UFF)** e **GAUDÊNCIO FRIGOTTO (UERJ)**. Abertos os trabalhos, a presidente da banca passou a palavra à mestranda para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado "*O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a formação da mulher trabalhadora*". Feita a exposição, a presidente da banca passou a palavra aos outros componentes para que arguissem a mestranda, para, a seguir, também comentar o trabalho e as observações feitas pelos professores que a antecederam. Feitos os comentários e arguições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

A banca aprova, por unanimidade e louvor, a Dissertação, destacando a atualidade e relevância do tema, a estrutura consistente do trabalho de pesquisa e as questões que suscita para a continuidade de seus estudos. A banca recomenda, também, a publicação sob a forma de artigos.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu *Sueli Soares de Sá Marcondes* lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói 09 de abril de 2010.


SONIA MARIA RUMMERT (Presidente - UFF)


MARIA APARECIDA CIAVATTA PANTOJA FRANCO (UFF)


GAUDÊNCIO FRIGOTTO (UERJ)

Á minha mãe:
Mulher! Trabalhadora!
Guerreira!
Sentiu na pele, no seu dia-a-dia,
os processos , que hoje me esforço para descrever...

AGRADECIMENTOS

À professora Sonia Rummert, por acolher meu objeto de pesquisa e me orientar sobre como me debruçar sobre ele, pelas perguntas certas que me tiraram o sossego, mas que me faziam crescer e a ter a curiosidade de buscar o conhecimento!

Aos professores do Campo Trabalho e Educação e aos colegas do mestrado, com quem tive a oportunidade de aprender, discutir, refletir e chegar a novas indagações e inquietações sobre a minha pesquisa.

Aos professores Maria Ciavatta e Gaudêncio Frigotto, pelas contribuições que deram ao meu trabalho e pela disponibilidade em participar da banca.

Aos professores Kátia Lima e André Martins pelo apoio e pela disponibilidade em ler o meu trabalho e participar da banca.

Ao professor Hajime Nozaki, que despertou em mim a vontade de buscar compreender a realidade contraditória em que vivemos, que me apoiou e me ajudou a construir o projeto de pesquisa.

Aos companheiros do GETEMHI e do MNCR, pelas contribuições e pelas discussões.

À Tatiana, Mikeli, Marco, Aline que estiveram presentes, cada um a sua maneira e a seu tempo, pelo carinho, pela presença, apoio e torcida!

À Sheila, Queila, Jaqueline, Liana e Débora, que fizeram a minha estadia na UFF ser ainda mais agradável! Pelas risadas, histórias, apoio, torcida e pelas ricas discussões que tivemos nesses dois anos.

Ao Carlos Eduardo, pelos sete anos de amizade, companheirismo, por travar comigo longos debates, por me ajudar e me apoiar sempre. Sem a sua contribuição nada disso seria possível!

A todos os meus amigos! Aqueles que discutiram comigo, enriqueceram as minhas reflexões, me ajudaram... Aqueles que me escutaram, mesmo que às vezes estivessem alheios ao que eu estava falando! E aqueles que simplesmente me fizeram pensar em outras coisas...

Às mulheres trabalhadoras que me propiciaram a oportunidade de conhecer um pouco sobre suas histórias de vida, cedendo gentilmente as entrevistas para essa pesquisa.

Se os Tubarões Fossem Homens

Bertold Brecht

Se os tubarões fossem homens, perguntou a filha de sua senhoria ao senhor K., seriam eles mais amáveis para com os peixinhos?

Certamente, respondeu o Sr. K. Se os tubarões fossem homens, construiriam no mar grandes gaiolas para os peixes pequenos, com todo tipo de alimento, tanto animal quanto vegetal. Cuidariam para que as gaiolas tivessem sempre água fresca e adotariam todas as medidas sanitárias adequadas. Se, por exemplo, um peixinho ferisse a barbatana, ser-lhe-ia imediatamente aplicado um curativo para que não morresse antes do tempo.

Para que os peixinhos não ficassem melancólicos, haveria grandes festas aquáticas de vez em quando, pois os peixinhos alegres têm melhor sabor do que os tristes. Naturalmente haveria também escolas nas gaiolas. Nessas escolas, os peixinhos aprenderiam como nadar alegremente em direção à goela dos tubarões. Precisariam saber geografia, por exemplo, para localizar os grandes tubarões que vagueiam descansadamente pelo mar.

O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura. Os peixinhos saberiam que este futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam rejeitar toda tendência baixa, materialista, egoísta e marxista, e denunciar imediatamente aos tubarões aqueles que apresentassem tais tendências.

Se os tubarões fossem homens, naturalmente fariam guerras entre si, para conquistar gaiolas e peixinhos estrangeiros. Nessas guerras, eles fariam lutar os seus peixinhos, e lhes ensinariam que há uma enorme diferença entre eles e os peixinhos dos outros tubarões. Os peixinhos, proclamariam, são notoriamente mudos, mas silenciam em línguas diferentes, e por isso não se podem entender entre si. Cada peixinho que matasse alguns outros na guerra, os inimigos que silenciam em outra língua, seria condecorado com uma pequena medalha de sargaço e receberia uma comenda de herói.

Se os tubarões fossem homens, também haveria arte entre eles, naturalmente. Haveria belos quadros, representando os dentes dos tubarões em cores magníficas, e as suas goelas como jardins onde se brinca deliciosamente. Os teatros do fundo do mar mostrariam valorosos peixinhos a nadarem com entusiasmo rumo às gargantas dos tubarões. E a música seria tão bela que, sob os seus acordes, todos os peixinhos, como orquestra afinada, a sonhar, embalados nos pensamentos mais sublimes, precipitar-se-iam nas goelas dos tubarões.

Também não faltaria uma religião se os tubarões fossem homens. Ela ensinaria que a verdadeira vida dos peixinhos começa no paraíso, ou seja, na barriga dos tubarões.

Se os tubarões fossem homens, também acabaria a ideia de que todos os peixinhos são iguais entre si. Alguns deles se tornariam funcionários e seriam colocados acima dos outros. Aqueles ligeiramente maiores até poderiam comer os menores. Isso seria agradável para os tubarões, pois eles, mais frequentemente, teriam bocados maiores para comer. E os peixinhos maiores, detentores de cargos, cuidariam da ordem interna entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, polícias, construtores de gaiolas, etc.

Em suma, se os tubarões fossem homens haveria uma civilização no mar.

LISTA DE SIGLAS

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CME - Conselho Municipal de Emprego
CNPM - Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DQP - Departamento de Qualificação Profissional
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC - Fernando Henrique Cardoso
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE - Ministério do trabalho e Emprego
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PEA - População Economicamente Ativa
PEPM - Plano Estadual de Políticas para Mulheres
PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do trabalhador
PlanTeQ - Plano Territorial de Qualificação
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PNPM - Plano nacional de Políticas para Mulheres
PNQ - Plano Nacional de Qualificação
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINE - Sistema Nacional de Emprego
SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres
UFF - Universidade Federal Fluminense
UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

RESUMO

A dissertação de mestrado, que ora se apresenta, aborda a qualificação profissional de trabalhadores jovens e adultos, no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), iniciativa do governo Lula/PT para a educação da classe trabalhadora brasileira. Esse plano se volta para o atendimento da população dita vulnerável, atendendo, majoritariamente, mulheres. Dessa forma, e diante do crescente número de publicações que associam a qualificação profissional de mulheres a maior autonomia no mundo do trabalho e à igualdade de gênero, esse segmento será tomado para análise. O objetivo desse trabalho é compreender as ações de qualificação profissional no âmbito do PNQ, nomeadamente as ações voltadas para a qualificação profissional de mulheres no contexto das transformações do mundo do trabalho e identificar suas mediações com o projeto de reorganização capitalista no Brasil. No que concerne às mulheres, a formação profissional se dá na oferta de cursos voltados para atividades mal remuneradas, que exigem baixa qualificação, explicitando a perspectiva de naturalização da pobreza e a essência do modo de produção capitalista, em que a inclusão só pode se dar de forma subordinada ao processo produtivo. A partir disso, buscou-se evidenciar, com esse estudo, que o Estado, ao priorizar ações afirmativas no PNQ, dentre elas a questão de gênero, dissimula os embates entre capital e trabalho, escondendo a realidade estrutural do sistema e contribuindo para a fragmentação e conformação da classe trabalhadora. Como a opção teórico-metodológica não se constitui de uma escolha neutra e aleatória por parte do pesquisador, faz-se a análise do objeto em questão a partir do materialismo histórico, como perspectiva de análise que busca a apreensão radical da realidade, com vistas a alcançar as leis fundamentais de seu desenvolvimento para sua transformação. O capítulo I aborda a qualificação profissional no PNQ a partir da análise dos documentos que o embasam, o capítulo II analisa a situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, as propostas de qualificação para a mulher trabalhadora nas políticas públicas nacionais, bem como as limitações das análises que se pautam sobre o conceito de “gênero,” reafirmando a categoria “classe social” como central para a apreensão das relações sociais no modo de produção capitalista. O capítulo III faz uma contraposição entre o que é apresentado nos documentos analisados nos capítulos I e II em face da realidade dos cursos na cidade de Juiz de Fora no ano de 2007, a partir de entrevistas com egressas.

Palavras-chaves: Plano Nacional de Qualificação; Qualificação profissional de mulheres; Trabalho-Educação.

ABSTRACT

This dissertation of the Masters Course, which is here presented, reflects on the professional qualification of young and adult workers in the National Plan of Qualification (PNQ) started by the government of President Lula for the education of the Brazilian working class. This plan aims at protecting the most vulnerable part of this population, especially women. In this way, and before the growing number of publications that associate professional qualification of women with greater autonomy in the work market, and so the achievement of gender equality and it is this segment that is studied here. The aim of the study is to understand the action of professional qualification set up by the plan, naming the activities for the professional qualification of women in the context of the transformation of the workplace and to identify its mediations in the project of the capitalist reorganization of Brazil. As far as women are concerned, the professional formation happens through the offering of courses aimed at badly paid work demanding low qualification which makes explicit the perspective of the natural acceptance of poverty which is essential to the maintenance of capitalist production, where inclusion happens in a way in which it is subordinated to the productive process. From this starting point, the study tries to put in evidence the initiatives of affirmative action in the plan, and among them the question of gender, which behind the conflicts between work and capital, hide the structural realities of the system, which contribute to the fragmentation and conformity of the working class. Since a theoretical and methodological option does not constitute a neutral choice on the part of the researcher, an analysis is made from the point of view of historical materialism and in this way the essay seeks a radical comprehension of the reality, with the aim of reaching the fundamental laws for its development into transformation. The first chapter studies the professional qualification in the National plan from the analysis of the documents which show its basis while chapter two analyzes the situation of women in Brazilian workplace and also the national public actions as it shows too the limitations of this analysis which is based on the concept of gender, reaffirming the category as a social class, central to the understanding of social relationships in a mode of capitalist production. The third chapter questions what was shown in the first two chapters in the analysis of documents in the context of the reality of the courses in the city of Juiz de Fora in the year of 2007, through interviews with those who terminated the training.

Key Words: National Plan of Qualification (NPQ), professional qualification of women. Work and Education.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	12
Capítulo I - O PNQ: UM NOVO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES?	21
1.1 Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva no Brasil	22
1.2 O Neoliberalismo na Educação e na Educação Profissional	29
1.3 O Plano Nacional de Qualificação (PNQ).....	35
1.3.1 Antecedentes Históricos	35
1.3.2 A Qualificação de Trabalhadores no Governo Lula / PT 2003-2007	39
1.3.3 PlanTeQ: Uma análise a partir do Estado de Minas Gerais	48
Capítulo II - A QUALIFICAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA	56
2.1 Trabalho Feminino e Qualificação no contexto das mudanças do Trabalho Contemporâneo	56
2.2 As Análises Pautadas na Discussão de Gênero	64
2.3 Política Pública de Qualificação para a Mulher Trabalhadora.....	72
2.4 Qualificação Profissional da Mulher Trabalhadora	79
Capítulo III - A EXPERIÊNCIA DO PNQ NA FORMAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	86
3.1 O PNQ via PlanTeQ/MG na cidade de Juiz de Fora.....	87
3.2 A Educação da Nova Sociabilidade Burguesa através do PNQ.....	102
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
ANEXO I.....	126
ANEXO II	130
ANEXO III.....	181
ANEXO IV.....	183
ANEXO V	196
ANEXO VI.....	198

INTRODUÇÃO

A ciência não deve significar apenas um prazer egoístico, os que têm a oportunidade de se consagrar aos estudos científicos deverão ser os primeiros a pôr seus conhecimentos a serviço da humanidade.

Karl Marx¹

Diante da grande relevância que o discurso da qualificação profissional de trabalhadores tem assumido na contemporaneidade, como meio de acesso da classe trabalhadora aos postos de trabalho remanescentes, numa conjuntura em que eles se tornam cada vez mais escassos, a dissertação que ora se apresenta busca discutir as mediações que se estabelecem entre a formação propiciada aos trabalhadores no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e o projeto de sociedade em curso no país.

Voltado para a população dita “vulnerável,” o plano privilegia o atendimento, no âmbito dos cursos, as mulheres trabalhadoras, sob a alegação de que a qualificação propiciaria a elas maior autonomia financeira e igualdade de gênero.

A expressiva participação do segmento feminino no cenário político brasileiro, principalmente a partir do ano de 2004, que se expressa na criação de uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres no governo federal, bem como a elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, que tem como eixo central o acesso da mulher ao mundo do trabalho através da qualificação profissional, torna ainda mais evidente a necessidade de se estudar essas mediações.

Entendendo que as relações sociais no modo de produção capitalista se estruturam a partir da divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais e antagônicas: proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho, uma investigação do real que tenha como horizonte a transformação da realidade, com o intuito de romper com a exploração, deve se apoiar na análise da materialidade em que ela se constitui. É no mundo da produção, onde são produzidos não só o mundo dos bens materiais, como a realidade política,

¹ Marx, Karl, 1818-1883. O capital : extratos por Paul Lafargue / Karl Marx ; [tradução Abgvar Bastos]. -- 2ed. -- São Paulo : Conrad Editora do Brasil, 2005, p.138.

ética, ideológica, cultural e estética dos sujeitos em relação uns com os outros, que se deve apoiar toda a análise.

Porém a realidade que se busca conhecer não se apresenta imediatamente ao homem, cujo contato se dá através do mundo dos fenômenos. Para se conhecer a realidade é preciso fazer um esforço, no sentido de desvelar a sua estrutura. “O fenômeno indica a essência, mas ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos” (KOSIK, 1976, p. 15).

Com relação ao processo do conhecimento, não só o objeto que se almeja conhecer tem existência objetiva e real, mas também o sujeito que conhece e, nesse processo, eles interagem mutuamente. O sujeito tem um papel ativo, embora esteja submetido a diversos condicionantes sociais que introduzem no conhecimento uma realidade socialmente construída.

O sujeito do conhecimento é um ser humano concreto e que age concretamente, sendo produto e produtor de cultura (SCHAFF, 1983).

É através da práxis humana que se manifesta a realidade e se pode ter acesso a ela:

A *praxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que *cria* a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *praxis* do homem não é a atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade (KOSIK, 1976, p. 202, grifos no original).

O mundo se torna compreensível, na medida em que o homem o “cria” para si, isto é, na medida em que se torna capaz de reproduzi-lo espiritual e intelectualmente. A realidade humano-social é criada pela práxis, mas o homem não a cria em situações por ele escolhidas, mas em condições historicamente dadas.

A busca da verdade, no entanto, não se constitui em uma atividade neutra, a seleção do objeto do conhecimento, a própria argumentação científica, a pesquisa empírica, o grau de objetividade atingido, bem como as aplicações técnicas das descobertas científicas são influenciadas pela ideologia, pela visão de mundo dos próprios pesquisadores, dos interesses e concepções de classe (LÖWY, 2000).

Dessa maneira, concebe-se que na busca pelo conhecimento científico da verdade objetiva, uma determinada visão de mundo seria, epistemologicamente, privilegiada. Do ponto de vista da teoria marxista, o ponto de vista do proletariado teria esse privilégio por ter como

objetivo a abolição de toda e qualquer forma de dominação de classe, não precisando recorrer a nenhuma forma de ocultação ideológica de seus interesses. Pelo contrário, qualquer tentativa de mistificação foge à perspectiva proletária.

O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura econômica e social, da relação de forças e da conjuntura política é, portanto, uma *condição necessária de sua prática revolucionária*; em outras palavras: a verdade é uma arma de seu combate, que corresponde a seu interesse de classe e sem a qual ele não pode prosseguir (LÖWY, 2000, p. 208-09, grifos no original).

Isso não quer dizer, no entanto, que o ponto de vista do proletariado seja infalível, mas, sim, que ele oferece uma maior possibilidade objetiva de visibilidade, de alcance da verdade, e também não significa que outros pontos de vista não sejam capazes de obter verdades parciais objetivas, que devam ser incorporadas (LÖWY, 2000).

Partindo do pressuposto de que a opção teórico-metodológica não se configura como a reunião de procedimentos e regras que informam a análise sobre determinado objeto, mas como mediadora entre o sujeito investigador e aquilo que ele quer conhecer, representando uma opção política, uma determinada forma de ver o mundo, tomada de forma consciente ou inconsciente pelo pesquisador e compreendendo a ciência como uma atividade não-neutra, que representa a visão de mundo, mais precisamente o ponto de vista de uma classe social, a classe revolucionária apresenta em cada momento histórico um ponto de vista superior ao da classe conservadora, por ter no horizonte o processo de mudança social (LÖWY, 1978).

As experiências “socialistas”, a política da velha esquerda em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelos marxistas “ortodoxos,” fizeram surgir uma nova esquerda, mais preocupada em libertar-se da velha esquerda, dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas. Essa nova esquerda voltou-se para uma política cultural muito mais afeita ao anarquismo e liberalismo do que ao marxismo tradicional, trazendo como consequências para a classe trabalhadora a fragmentação da luta política, a descrença no proletariado como “instrumento de mudança progressista” e a negação do materialismo histórico como método de análise (HARVEY, 2004, p. 319-20).

No entanto, enquanto as relações sociais continuarem sendo regidas pelo capital, a teoria de Marx permanecerá atual:

Essa atualidade é antes de tudo a da universalização e da vitalidade mórbida do próprio capital. Tornando-se efetivamente planetário, ele é mais do que

nunca o espírito de nossa época sem espírito e o poder impessoal do reino da mercadoria (BENSAID, 1999, p.11).

Para Bensaid (1999) as recentes transformações no mundo do trabalho, longe de abafar ou descartar as contribuições de Marx, tornam ainda mais necessário o esforço em tentar apreender a sua complexa e genial teoria.

Em seus escritos, Marx e Engels trabalham com o conceito de verdade como correspondência com a realidade (BHASKAR, 2001, p. 403)², como verdade objetiva por se referir sempre a uma realidade objetiva, dessa forma, diferindo de autores subjetivistas, para os quais a verdade é relativa ao sujeito que conhece, ao tempo e ao lugar (SCHAFF, 1983).

Se a verdade tem correspondência com a realidade, tornam-se prementes as questões: o que é a realidade? E como é possível ter acesso a ela?

Para os idealistas-subjetivistas, o sujeito do conhecimento tem preponderância no processo do conhecimento, percebendo o objeto como produção sua. O sujeito cria a realidade e, portanto, ela é concebida segundo a sua percepção e representação, enquanto a ênfase da pesquisa se volta para métodos qualitativos de análise e o objeto do conhecimento desaparece diante da superioridade do sujeito (SCHAFF, 1983). É essa perspectiva que predomina nos estudos de gênero que serão analisados no capítulo II.

No marxismo, a realidade é concebida como tendo uma existência objetiva e real, que se encontra fora e independente do sujeito que conhece; entretanto, como a realidade é infinita e o processo de seu conhecimento é histórico, não é possível atingir uma verdade absoluta no sentido de compreender a reunião de todos os fatos e fenômenos que a compõem; dessa forma, a verdade é sempre relativa no sentido de que o conhecimento é cumulativo, dado por verdades parciais, incompleto e variável à medida que se desenvolve o conhecimento do objeto determinado (SCHAFF, 1983)³.

O materialismo histórico, como perspectiva de análise que busca a apreensão radical da realidade, com vistas a alcançar as leis fundamentais de seu desenvolvimento para sua

² Retirado de BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Verbetes: Verdade, p. 403.

³ Existe um terceiro modelo de processo de conhecimento, no qual o objeto tem preponderância sobre o sujeito. Ao investigador (sujeito passivo) cabe captar o objeto através de seu aparelho perceptivo e registrar os estímulos vindos do exterior, como uma cópia do objeto. Ênfase em estudos quantitativos.

transformação, representa uma opção política e epistemológica adequada à análise da formação propiciada às mulheres trabalhadoras pelo Estado via PNQ.

O Estado como mediador das relações entre capital e trabalho, embora não deixe de se constituir em terreno da luta de classes, tem se colocado na sociedade capitalista como representante da classe burguesa, enquanto aparelho repressivo e ideológico a favor do capital no seu conjunto e na reprodução da força de trabalho nos diferentes níveis para a inserção na divisão técnica do trabalho.

As análises que se pautam nas relações de gênero, desvinculadas de mudanças estruturais da sociedade, não conseguem atingir a essência dos problemas histórico-sociais, as leis que regem sua organização, desenvolvimento e transformação, acabando por negar a atuação do homem enquanto ser histórico e social e revestindo a sua atuação de um imobilismo conservador.

Nesse sentido, um aprofundamento teórico e crítico das análises de gênero torna-se urgente e necessário, haja vista a influência que essas pesquisas tem tido na formulação das políticas públicas brasileiras, o caráter fragmentador e desmobilizador das lutas da classe trabalhadora que elas carregam e a ausência de estudos que criticam essa perspectiva com base no materialismo histórico.

A redução da luta política a abstrações, baseadas na linguagem e em jogos de palavras, impossibilita as mulheres de identificar o sistema contra o qual devem lutar e os instrumentos revolucionários com os quais poderiam orientar tal luta (STABILE, 1999).

A luta das mulheres não deve, portanto, restringir-se à busca pela igualdade de gênero, mas deve ser uma luta contra o capitalismo, pela superação das classes, pois enquanto esse modo de produção continuar regendo a vida de todas as pessoas, a igualdade de gênero, bem como de raça, etnia, não será possível em sua plenitude, porque embora essas desigualdades não sejam condição para que o capitalismo se reproduza, este se vale dessas diferenças para uma maior extração de mais-valia.

Decerto que a desigualdade entre homens e mulheres não nasce com o sistema capitalista; no entanto, o capital se apropria da questão de gênero, do ser mulher no âmbito cultural para a construção da hegemonia e do consenso ativo dos governados para seu projeto de sociabilidade.

Dessa forma, a precarização do mundo do trabalho, com trabalhos temporários, em meio período ou em casa, assumem um discurso de positividade para atender a especificidade do ser mulher: assim ela pode trabalhar, ter uma renda e ainda cuidar da casa e da educação dos filhos.

No modo de produção capitalista, a organização social da produção é orientada para um constante processo de valorização e acumulação de capital, fundada sobre a exploração do trabalho vivo. A ausência de crescimento, ou a impossibilidade de auferir maiores lucros, caracteriza as constantes crises que acompanham o seu desenvolvimento.

O rompimento da coesão entre as forças que compõem o sistema, em decorrência de uma crise, faz com que ele precise reconstituir-se de algum modo de forma a compatibilizar-se com a nova correlação de forças existente (MÉSZÁROS, 2007).

Com base nesses pressupostos, pode-se analisar as profundas transformações por que passa o modo de produção capitalista, em decorrência da crise do modelo de acumulação taylorista-fordista, a partir da década de 1970 e do *Welfare State*, ou Estado de Bem Estar Social.

O modelo de acumulação em crise (taylorista-fordista) se pautava na produção em massa de mercadorias, na produção verticalizada, com ampla racionalização e controle do trabalho, no trabalhador especializado e na nítida separação entre elaboração e execução do trabalho (ANTUNES, 1999).

A produção de mercadorias, em grande escala, exigia um mercado dinâmico capaz de absorver essa produção, sendo o Estado chamado a atuar como “dinamizador” da economia, através de investimentos em infraestrutura, fornecimento de subsídios para a produção e de bens públicos, bem como na utilização maximizada da mão de obra, em busca das condições do pleno emprego.

Dessa forma o *Welfare State* previa determinada regulação econômica por parte do Estado, financiando o capital privado pelo fundo público e apoiando-se em políticas de assistência social (OLIVEIRA, 1998).

A rigidez do regime de acumulação - no tocante aos investimentos, contratos de trabalho, às formas de organização e gestão do processo de produção, às tecnologias de base eletromecânica - é apontada como problemática para a expansão capitalista, principalmente no período de 1965 a 1973, quando o sistema se torna incapaz de conter as contradições

intrínsecas ao capitalismo. Em virtude disso, são tomadas medidas para superar esses problemas, rumo a uma sociedade mais flexível, com novas formas de organização da produção e do consumo, processos de trabalho e mercados mais flexíveis e um forte ataque aos direitos conquistados pelos trabalhadores (HARVEY, 2004).

O Estado precisa assumir uma nova configuração, condizente com as novas necessidades de produção e reprodução da existência no modelo de acumulação flexível, tendo como principais características a privatização, a desregulamentação e a descentralização, sob a alcunha de Estado Neoliberal.

Em seu conjunto, essas transformações têm implicado na intensificação da exploração da força de trabalho, no desemprego estrutural, no crescimento de uma desproletarização⁴, na precarização do trabalho, no aumento do trabalho feminino e infantil e atingido duramente a organização da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999).

É nesse contexto de intensas transformações no mundo do trabalho que a formação do trabalhador vem assumindo papel de destaque, como tentativa de construção de uma nova subjetividade na classe trabalhadora a favor do capital, sob a aparência de uma política de inclusão.

No que concerne às mulheres, a formação profissional se dá na oferta de cursos voltados para atividades mal remuneradas e que exigem baixa qualificação, explicitando a perspectiva de naturalização da pobreza e a essência do modo de produção capitalista, em que “todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas, porque atendem às demandas do processo de acumulação” (KUENZER, 2006, p. 881).

A partir disso, buscou-se evidenciar, com esse estudo, que o Estado, ao priorizar ações afirmativas no PNQ, dentre elas a questão de gênero, dissimula os embates entre capital e trabalho, escondendo a realidade estrutural do sistema e contribuindo para a fragmentação da classe trabalhadora, na medida em que coloca a desigualdade entre homens e mulheres como decorrente de uma desigualdade de oportunidades que não tem nenhuma funcionalidade para o capital e, ao mesmo tempo, educa para a conformação da ordem social capitalista.

Buscando compreender as ações de qualificação profissional no âmbito do PNQ, nomeadamente as ações voltadas para a qualificação profissional de mulheres, no contexto das transformações do mundo do trabalho e identificar suas mediações com o projeto de

⁴ Entende-se por desproletarização, a passagem do setor secundário ao terciário da economia (ANTUNES, 1999).

reorganização capitalista no Brasil, a presente dissertação traz em seu capítulo I uma discussão sobre como o reordenamento do mundo do trabalho vem se materializando no país e quais as suas implicações para a educação brasileira, sobretudo para a educação profissional. Trata ainda do Plano Nacional de Qualificação, a partir da análise dos documentos que o fundamenta, explicitando o seu imbricamento com o projeto de sociedade que se busca construir, bem como sua implementação e execução no Estado de Minas Gerais. Convém destacar que a análise se baseia no PNQ 2003-2007 e que não foram produzidos muitos relatórios de avaliação e acompanhamento do plano pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ficando a análise restrita aos dados disponíveis.

O capítulo II traz uma discussão sobre as limitações das análises que se pautam sobre a categoria gênero, na medida em que desconsideram que os discursos sobre pluralidade e diversidade se organizam sobre uma hegemonia burguesa e deslocam as relações sociais da materialidade que as constitui. Contrapondo-se a isso trabalha-se nessa dissertação a classe social como categoria central de análise. Esse capítulo aborda ainda a situação da mulher trabalhadora no mercado de trabalho contemporâneo e os documentos que orientam as políticas públicas para mulheres, aqueles que colocam a qualificação profissional como meio para reverter esse quadro e para se alcançar a igualdade de gênero.

Analisados os documentos do PNQ e os documentos sobre as políticas públicas para mulheres, passa-se no capítulo III a uma análise sobre como esses discursos se concretizam na realidade das mulheres trabalhadoras no município de Juiz de Fora, apoiando-se em entrevistas com egressas dos cursos e gestores da política de qualificação no município, e no material didático utilizado.

Foi realizado o contato com 52 mulheres nos diversos cursos, a partir da lista de presença disponibilizada pelo Senac de Juiz de Fora; contudo, não foi possível ter acesso às 29 mulheres que fizeram o curso de estética corporal, pois a lista não continha dados como telefone e endereço.

No entanto, algumas dificuldades foram encontradas para a realização das entrevistas: algumas mulheres estavam na lista de presença, mas não participaram do curso, outras não tinham telefone domiciliar e dependiam de recados de terceiros, prejudicando o contato; algumas não residiam mais no mesmo endereço e houve, ainda, mulheres que se dispuseram a dar as entrevistas supondo que seria uma proposta de emprego e, ao perceberem que não se

tratava disso, se recusaram. Dessa forma, o universo de mulheres entrevistadas ficou limitado a dezessete egressas que se dispuseram a contribuir para a pesquisa.

A análise documental sobre o PNQ refere-se ao período de 2003 a 2007, mas por se tratar de entrevistas com egressas, as mesmas foram realizadas em 2009 com as concluintes do ano de 2007.

CAPÍTULO I

O PNQ: UM NOVO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES?

Só nos pode convir
Esta opinião: o problema
Assim como veio, deve sumir.
Mas a questão é: nosso desemprego
Não será solucionado
Enquanto os senhores não
Ficarem desempregados!

Bertold Brecht

Esse capítulo objetiva discutir a qualificação de trabalhadores no Brasil, materializada na proposta implementada no governo Lula/ PT, intitulada de Plano Nacional de Trabalhadores (PNQ). Num primeiro momento, será realizada uma contextualização histórica do objeto em questão, buscando situá-lo na conjuntura brasileira em que ele é gEstado em substituição ao plano de qualificação de trabalhadores do governo Fernando Henrique Cardoso, apontando suas continuidades e descontinuidades com relação ao PLANFOR.

Em seguida, serão abordadas as principais diretrizes, objetivos, estruturação e funcionamento do plano a partir da análise dos principais documentos que o embasam: 1) Resolução n° 333 do CODEFAT⁵ de 10 de julho de 2003; 2) Plano Nacional de Qualificação – PNQ, 2003-2007, das avaliações realizadas pela UNITRABALHO e dos dados disponíveis nos Anuários dos Trabalhadores dos anos de 2005, 2006 e 2007. Dessa forma, busca-se compreendê-lo em seu aspecto fenomênico, bem como suas mediações com o projeto educacional posto para os países de capitalismo dependente e para o projeto de sociedade em curso no país.

Encerrando esse primeiro capítulo, serão apontados alguns aspectos do PlanTeQ/Minas Gerais, sua forma de implementação e limites para a qualificação de trabalhadores no Estado de Minas Gerais.

⁵ Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

1.1. NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

O desenvolvimento capitalista no Brasil é marcado pela incorporação subordinada aos países hegemônicos, inicialmente europeus e em seguida, Estados Unidos.

Essa incorporação econômica, tecnológica e institucional permite o desenvolvimento de um mercado capitalista interno, mas com um componente específico: a acumulação de capital deve ser repartida entre os núcleos internos e externos.

Em termos abstratos, as aparências são de que esses setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais (FERNANDES, 1981, p.45).

Ao contrário do que se possa imaginar, o que ocorre não é uma imposição das nações hegemônicas para seu projeto de sociedade, mas uma articulação entre as burguesias externas e internas. A classe dominante interna não se propõe a romper com essa condição de dependência, mas sim, se esforça para garantir as condições desejadas pelos parceiros externos, obtendo dessa forma uma vantagem estratégica para a realização de seus próprios fins.

No entanto, como no modo de produção capitalista, a acumulação se dá pela exploração do trabalho vivo por aqueles que detêm os meios de produção, os encargos desse padrão compósito de dominação burguesa recaem sobre a classe trabalhadora que se vê duplamente expropriada nesses países, resultando no que Fernandes (1981, p.57) denomina de “sobre apropriação repartida do excedente econômico”.

O padrão de dominação que atravessa a história do país não se restringe ao campo econômico, mas perpassa a totalidade da vida social, atravessando os planos político, social e ideocultural.

Para manter a situação de sobre expropriação das classes trabalhadoras – de forma que seja eficaz e não ponha em risco a ordem social vigente – e as vantagens relativas obtidas com a articulação aos países centrais, são necessários mecanismos de coerção, mas também estratégias de obtenção de consenso para esse projeto de sociedade, recorrendo a burguesia brasileira a um processo de contrarrevolução permanente e prolongada.

As ações contrarrevolucionárias postas em prática pela classe dominante têm a finalidade de, uma vez estabelecida a ordem burguesa, reconstituir permanentemente suas margens de lucro e reproduzir seu projeto de sociabilidade, em decorrência das constantes crises em que seu desenvolvimento está submerso (LIMA, 2006).

Os processos contrarrevolucionários, não necessariamente estão vinculados à violência e repressão abertas, como numa ditadura declarada, que Fernandes denomina de “contrarrevolução a quente”, mas pode se dar por meio de um conjunto de relações jurídicas e políticas, nas quais a atuação do Estado tem uma importância fundamental. O que não quer dizer, no entanto, que em fases de “contrarrevolução a frio” não existam ações repressivas.

(...) a burguesia combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, mas uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídico-política formal que convive com as desigualdades sócio-econômicas, fazendo com que as relações de classe, os antagonismos entre capital e trabalho sobrevivam até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal (LIMA, 2006, p.25).

O modelo de desenvolvimento capitalista vivenciado no Brasil a partir da década de 1930 se caracteriza por um desenvolvimento, nos marcos dos países de capitalismo dependente, centrado na industrialização por substituição das importações, sob a tutela de um Estado forte e financiador e pela presença do capital estrangeiro, seja através de empréstimos do Estado ou na forma de investimento externo direto, na perspectiva da internacionalização da economia brasileira (BRUM, 1993, apud VENTURA, 2001).

Sob a sujeição ao Estado ditatorial o país experimentou uma onda de forte crescimento, o “milagre econômico brasileiro”, quando as empresas monopolistas nacionais e estrangeiras auferiram grandes lucros. A produção nacional pautada em bens industrializados para um mercado interno restrito, produção de bens primários e industrializados para a exportação se mantinha por um padrão de acumulação que se estruturava através de um processo de superexploração da força de trabalho, com baixos salários e prolongamento da jornada de trabalho (ANTUNES, 2002-2003).

A modernização promovida pelo Estado ditatorial, criando os pressupostos de uma nação industrializada, propiciou o desenvolvimento de uma sociedade civil forte e articulada, pela complexificação das relações sociais, surgindo uma diversidade de interesses entre as diferentes classes e frações de classes (FONTES, 2006).

Em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, esse modelo de desenvolvimento começa a dar sinais de esgotamento, agravado pelo cenário de mudanças estratégicas no âmbito internacional, pelo crescimento da dívida externa brasileira, pela aceleração inflacionária e pela recessão industrial, além do crescimento da pobreza e miséria no país (VENTURA, 2001).

O período apelidado de “década perdida” pelos economistas representou um avanço nos movimentos de organização dos trabalhadores e da sociedade civil, que se articulavam na luta pela redemocratização do país, bem como de grupos conservadores que se articulavam para tentar impedir que organizações políticas das classes trabalhadoras chegassem ao poder.

Várias organizações, tanto de base empresarial quanto popular, surgiram nesse período e se aglutinaram na luta contra a ditadura militar, contra a repressão e pela “democratização”, em sua maioria sem considerar as questões de classe social, permanecendo no campo das reivindicações mais imediatas, com a proliferação de ONG’s ligadas a demandas específicas, movimentos anti-racistas, anti-sexistas, associações de moradores, entre outros (FONTES, 2006).

A crescente organização e mobilização da sociedade civil, em torno da redemocratização e das discussões da constituição de 1989, exigiam das classes dominantes brasileiras ações de recomposição da sua hegemonia, agora sem poder recorrer ao uso da ditadura aberta.

O desenrolar desse embate entre interesses divergentes e até antagônicos na sociedade brasileira se deu nas eleições presidenciais na qual Fernando Collor de Melo sai vitorioso, sinalizando os “novos rumos” da sociedade brasileira, mediante a adoção do ideário neoliberal, proposto pelos países centrais aos países periféricos cujo objetivo principal é mais uma vez recompor-se de uma crise estrutural do modo de produção capitalista e retomar as taxas de crescimento e extração de mais-valia.

As reformas neoliberais serão aprofundadas e aprimoradas ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva (PAULANI, 2008; BOITO JR., 2003; LEHER, 2003).

A adesão aos pressupostos do neoliberalismo se evidencia na reorganização do aparelho do Estado, pelo intenso processo de privatização ocorrido nos anos 1990, pelo maior

controle nos gastos públicos, na descentralização e mercantilização dos bens públicos e na desregulamentação.

Embora algumas esperanças tenham sido depositadas em torno da candidatura do presidente Lula, em virtude de sua origem e luta num partido imbricado nas lutas sociais, o que se nota é que:

Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários (BOITO JR., 2003, p.9).

Antes de se constituir em uma alternativa ao neoliberalismo, o governo Lula/PT, ao contrário, adota a “mais conservadora das políticas econômicas conservadoras já experimentadas pelo Brasil” (PAULANI, 2008, p.7).

Segundo Paulani (2008), o governo que assume em 2003, utiliza-se da retórica de que o país estaria à beira do precipício econômico para continuar e aprofundar a política econômica que foi a tônica dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a alegação de que o país precisava recuperar a “credibilidade” junto aos agentes internos e externos, para que a partir daí o país pudesse se lançar a um projeto de desenvolvimento.

Para alcançar essa “credibilidade” e salvar o país, foram tomadas as medidas para garantir a inserção de fato do Brasil no circuito de valorização financeira. Paulani (2008, p. 70) apresenta ainda três razões pelas quais o governo Lula poderia ser taxado de neoliberal, que embora interligadas, serão abordadas separadamente:

1. Sua adesão ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional;
2. Seu discurso de que só há uma política macroeconômica correta e cientificamente comprovada: a política de matiz ortodoxo;
3. Seu investimento na “política social” ancorada nas “políticas compensatórias de renda”, que sancionam as fraturas sociais ao invés de promover a tão falada “inclusão”.

Segundo Boito Jr. (2003), dado o projeto empreendido pelo governo, de continuísmo da política neoliberal dependente, o governo Lula/PT tem conquistado o apoio da grande burguesia brasileira e do capital financeiro internacional e agido como seu franco representante. No entanto, eles ainda encontram base de sustentação em outras classes e

frações de classe como a fração superior da classe média e setores das classes populares, incluindo setores operários.

No campo das classes trabalhadoras, o primeiro ponto de apoio surge entre os trabalhadores que representam o núcleo duro do novo sindicalismo e que acreditam ter chegado ao poder com o novo governo encabeçado por um presidente sindicalista. Esses trabalhadores, de um modo geral, usufruem condições de trabalho e de remuneração superiores aos da grande massa operária e dispõem de maiores condições de organização e de luta sindical; são trabalhadores das montadoras de veículos e outras grandes empresas multinacionais, tais como os petroleiros, os bancários de grandes bancos privados e estatais e alguns outros setores. Acreditam que mais do que romper com o modelo capitalista neoliberal, deve haver a promoção de um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego.

Ainda, de acordo com Boito Jr. (2003), o segundo ponto de apoio popular para o continuísmo de Lula/PT se localiza nos setores pauperizados e desorganizados da sociedade brasileira, que se encontram nessa condição, em boa medida, em virtude do próprio modelo econômico adotado pelo país⁶. A revolta desse setor contra a desigualdade social acaba sendo capitulada pela burguesia neoliberal e se manifesta em reações contra o Estado e o funcionalismo público, constituindo-se em suporte para o “Estado mínimo”, reduzindo direitos e cortando serviços públicos, enquanto se faz apologia e se põe em prática políticas sociais focalizadas. Ocultam-se com isso, os reais objetivos de ajuste fiscal e a possibilidade de abertura de novos setores para a acumulação capitalista, haja vista a reforma da previdência iniciada pelo governo FHC e brilhantemente concluída pelo governo Lula/PT. A política de ajuste fiscal aparece assim travestida num discurso sobre justiça social.

Além disso, as políticas focalizadas se voltam para a conformação de uma parcela da classe trabalhadora, que, por sua condição de vida, está sempre no limiar de “botar em xeque” a hegemonia burguesa.

A experiência recente na América Latina e na África ensina que a focalização está inscrita nos programas do Banco Mundial de “alívio” a pobreza: não fortalece as políticas públicas (igualitárias, universais e referenciadas na

⁶ Uma parte importante desse setor, no entanto, tem se colocado em oposição ao capitalismo neoliberal, são exemplos disso: O movimento dos sem-terra (MST), movimentos pela moradia e outros movimentos que em virtude da perda da terra, do emprego ou da moradia tem sua sobrevivência física imediatamente abalada, se constituindo em movimentos de urgência (BOITO JR., 2003).

cidadania), contribuindo para a ampliação da esfera privada (ONGs, Terceiro Setor) e não altera as causas que produzem a pobreza e a miséria, não escapando, por conseguinte, da lógica neoconservadora que associa pobreza, segurança e governabilidade (LEHER, 2003, p. 90).

Algumas mutações organizacionais e tecnológicas, no interior do processo produtivo e de serviços, também puderam ser apontadas, além de novas formas de organização social e “sexual” de produção, que segundo Antunes (2002-2003, p.16) tiveram como determinantes:

1. A necessidade das empresas brasileiras buscarem sua inserção na “competitividade internacional”;
2. As imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em alguma medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação;
3. A necessidade das empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo e da rebeldia do trabalho, que procurava estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho e que teve forte traço de confrontação, desde as históricas greves do ABC paulista, no pós-78.

O processo de reestruturação produtiva, mediado pela ascensão das tecnologias de base microeletrônica, acarretaram ainda um crescimento do desemprego, da precarização do trabalho, da perda de direitos dos trabalhadores, das ideologias ligadas ao empreendedorismo, cooperativismo e trabalho voluntário, além de um rebaixamento salarial (ANTUNES, 1995).

Todo esse processo de mudanças econômicas, políticas, institucionais e tecnológicas vão “acirrando as contradições inerentes a esse sistema que vê diminuir o capital produtivo (que gera renda real) enquanto engorda o capital financeiro (que extrai renda real do sistema e incha ficticiamente nos mercados secundários, exigindo maior renda)” (PAULANI, 2008, p.99) e que está aprisionado a um modelo no qual crescimento e emprego não são prioridades.

Segundo Frigotto (2006) esses ajustes na economia brasileira, mediante a reforma do Estado e internacionalização econômica, buscam naturalizar o ideário da “globalização” e da inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho.

De acordo com Fiori (1997), o fenômeno da “globalização” seria uma versão atualizada da ideologia econômica liberal. O fim do controle sobre o movimento dos capitais, a desregulamentação dos mercados, a gestão autônoma da moeda, as taxas de câmbio flexíveis e o livre comércio entre os povos inaugurariam um mundo constituído em um único bloco, um só povo, com o fim dos Estados nacionais e um desenvolvimento econômico inclusivo e homogeneizador. Contudo, o que se vê por trás desse discurso ideológico são as “relações

assimétricas de poder e dominação”, um acirramento da exploração e a polarização entre os países e entre as classes que os compõem.

Mas o Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm. Esse seu papel, juntamente com sua função de produzir bens de baixo valor agregado e, de preferência, com a utilização de mais-valia absoluta (afinal de contas, o custo irrisório da mão de obra é nossa verdadeira “vantagem comparativa”!), completa a caracterização da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo (PAULANI, 2008, p. 131-32).

A política social, no governo Lula/PT, se configura como mais um exemplo da sua estreita relação com a política econômica neoliberal: baseada na ideia de focalização, pauta-se em conceitos restritos de desigualdade e pobreza.

As desigualdades são tratadas no âmbito exclusivo da classe trabalhadora e suas diferenças, desconsiderando as razões e os mecanismos estruturais que reproduzem a desigualdade e que se assentam sobre a relação entre capital e trabalho, bem como à estrutura e dinâmica do modelo de desenvolvimento capitalista em vigor e à política econômica a ele associado (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

Retirando a pobreza e as desigualdades do âmago das relações entre as classes, remete sua explicação ao plano individual e familiar, procurando identificar eventuais atributos que diferenciam os ricos dos pobres – dentre eles a qualificação.

No limite, chega-se ao seguinte argumento tautológico: as famílias e indivíduos pobres estão na situação de pobreza porque não têm “capital humano⁷”; nessa situação, não tem capacidade ou estímulo em investir para obter esse capital; logo, permanecerão na pobreza (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.144).

Diante desse argumento, a solução estaria na implementação de políticas focalizadas de transferência de renda e condicionadas a ações e iniciativas das famílias, sendo dirigidos aos mais pobres entre os pobres.

As políticas sociais são mais eficazes quando são integradas e voltadas para o público alvo (...). Para erradicar a pobreza, as famílias pobres devem ser capazes de cobrir suas necessidades básicas por si sós. Programas sociais (...) criam condições que permitem que as famílias pobres aproveitem as

⁷ Sobre a teoria do capital humano consultar item 1.2 O Neoliberalismo na Educação e na Educação Profissional e Frigotto (2006b).

oportunidades disponíveis para melhorar sua situação. Embora muitas famílias que vivem em pobreza não conseguiriam atender suas necessidades básicas sem a ajuda dos programas sociais, essa ajuda não pretende ser permanente. Ela é um incentivo para que, ao cumprir as condições estabelecidas pelo programa, como manter os filhos na escola e cumprir os cuidados básicos de saúde, as famílias se preparem para manter-se por si só (Levy, 2007)⁸.

Na definição do público alvo dessas políticas, utilizam-se linhas de pobreza, delimitadas de forma arbitrária, que subestimam as necessidades mínimas das famílias, reduzindo o público a ser atendido e, conseqüentemente, o montante de recursos a serem empregados, constituindo-se em estratégia de ajuste fiscal permanente, realizado com a obtenção de crescentes e elevados superávits fiscais primários, ressaltando-se a sua articulação com a política econômica liberal (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

Os autores ainda apontam que, do ponto de vista social, essas políticas compensatórias de renda se articulam com os processos de flexibilização e precarização do trabalho, transformando os cidadãos portadores de direitos em consumidores tutelados, negando os direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores – inclusive o direito ao emprego – e as políticas sociais universais.

1.2. O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO E NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Como foram analisadas anteriormente, as transformações no modo de produção capitalista, modificam não só o processo produtivo ou a organização do trabalho, mas abarcam o conjunto das relações sociais de produção; portanto, terão influência também sobre a forma de organização, gestão e requisitos intelectuais e técnicos no campo educativo, mormente na educação profissional, com vistas a adequá-lo ao novo modelo de sociabilidade proposto pelo capital na sua fase atual.

Com a expansão dos setores industrial, de serviços e comercial, no Brasil, a partir da década de 1940, tornou-se necessária a formação profissional para ocupar as vagas nesses mercados sob influência do modelo de acumulação taylorista-fordista.

⁸ Paulo Mansur Levy, diretor de Estudos Macroeconômicos do IPEA e co-autor de "Uma Agenda para o Desenvolvimento Econômico e a Redução da Pobreza".

Essa formação vai se dar de forma claramente diferenciada entre as classes sociais, com uma educação profissional especializada, parcelar, voltada para a repetição de uma série de procedimentos adequados às necessidades de disciplinamento da maioria dos trabalhadores e uma educação propedêutica, restrita àqueles que tinham condições de cursar o nível superior e que constituiriam o quadro de dirigentes. Essa dualidade estrutural estava em consonância com um “processo produtivo que se caracterizava pela fragmentação, pela estabilidade e pela transparência das tecnologias, predominantemente de base eletromecânica” (KUENZER, 2007).

Os pressupostos teóricos educacionais estavam pautados, sobretudo a partir da década de 1960, na teoria do capital humano, como campo teórico que buscava analisar e explicar as diferenças de desenvolvimento econômico, nacionais e individuais, pela diferença no nível educacional, e não, como uma característica essencial do modo de produção capitalista.

Essa visão reducionista postula que um incremento em educação, escolar ou não, capaz de transmitir um conjunto de habilidades intelectuais, o desenvolvimento de determinadas atitudes e conhecimentos, capazes de produzir um aumento na produtividade, levaria ao desenvolvimento da nação, no nível macroeconômico, e à mobilidade social no nível individual. Dessa forma, os países que quisessem galgar níveis “superiores” de desenvolvimento deveriam investir também em educação. Essa teoria encontra espaço para sua propagação na fase de desenvolvimento monopolista do capital sob a égide de um Estado intervencionista, com um importante papel ideológico de ofuscamento das contradições entre capital e trabalho (FRIGOTTO, 2006b).

Sob as incipientes transformações no mundo do trabalho e no campo educacional, essa teoria adquire uma nova roupagem, sendo a educação apontada, no discurso burguês, como meio de tornar o país competitivo no quadro mundial e como via de superação da condição de pobreza da população; no entanto, se anteriormente o incremento em educação deveria ser garantido pelo Estado, para a elevação do país a níveis maiores de desenvolvimento, na atual fase do capitalismo, cabe ao indivíduo buscar as oportunidades educacionais disponíveis para se inserir no mercado de trabalho flexível ou mesmo criar suas próprias formas de inserção, através do auto-emprego (GENTILI, 1998).

Se anteriormente caberia ao Estado a centralidade no planejamento, captação de recursos financeiros e na atribuição e distribuição de verbas para a educação, em tempos de

neoliberalismo, há uma mudança no seu papel político e econômico, que passa a dividir essa função com os indivíduos e com a iniciativa privada, através da noção de público não-estatal.

A forma e o conteúdo da educação profissional também recebem novos contornos, sendo a formação especializada em ocupações parciais que antes eram complementadas pela formação no trabalho, substituída por uma formação geral, garantida por uma escolarização de nível básico ampliada, que assegure ao trabalhador o domínio de competências cognitivas complexas, a ser complementada por cursos profissionalizantes aligeirados de caráter abrangente.

Até mesmo aquela fração da classe trabalhadora que, historicamente, aprende os conteúdos do seu trabalho no ato da produção, passa a ser envolvido num discurso que coloca a qualificação profissional como meio de obtenção de melhores ocupações no mercado de trabalho, sendo a formação desse grupo voltada especialmente para a formação de habilidades, comportamentos e competências, não necessariamente contemplada com conteúdos técnicos do trabalho.

Segundo Kuenzer (2007):

Estas novas formas de disciplinamento vão contemplar o desenvolvimento de subjetividades que atendam às exigências da produção e da vida social, mas também se submetam aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho (KUENZER, 2007, p. 5).

Os “arautos das reformas que se efetivaram no país”, – organismos internacionais (CEPAL, Banco Mundial) e empresários e intelectuais conservadores – apontavam para o campo educacional uma “neo-teoria do capital humano” e passaram a condicionar os empréstimos aos países, à adesão às suas propostas de reformas, a partir do Estado, que além da privatização e descentralização, buscam uma nova racionalidade dos seus agentes sob os preceitos do mercado (CORAGGIO, 1996).

Pensando as novas formas de atuação do Estado, Giddens (2001), afirma que para acompanhar a nova economia, a intervenção estatal deve ser redirecionada, no sentido de se voltar para grupos que realmente necessitem (focalização) e não pode ocorrer sem a participação ativa da sociedade civil.

Assim, a sociedade civil é considerada como fundamental para restringir o poder dos mercados e do governo, numa visão em que essas instâncias são tomadas como esferas

autônomas e independentes e não em inter-relação e interdependência, não sendo um local do antagonismo e disputa entre as classes sociais, mas o local da colaboração e do diálogo.

Para esse autor, o desenvolvimento do capital humano é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, bem aos moldes criticados por Frigotto (2006b), e para desenvolvê-lo é primordial o investimento em educação para estimular a *eficiência econômica* e a *coesão cívica*, devendo se *concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida* (GIDDENS, 2001, p.79). Além disso, fundamenta a ideia de empreendedorismo, onde mais importante que formar um novo empresário, o que se pretende é difundir a cultura empresarial:

Uma sociedade que não estimula a cultura empresarial não pode gerar energia econômica que provém de ideias mais criativas. Os empresários sociais e cívicos são tão importantes quanto aqueles que trabalham diretamente em um contexto de mercado, uma vez que o impulso e a criatividade necessários no setor público, e na sociedade civil, são os mesmos de que se precisa na esfera econômica (GIDDENS, 2001, p.80).

Com isso, observa-se nas políticas públicas, inclusive educacionais, maior participação da iniciativa privada, um maior controle no gasto público, o oferecimento de cursos de curta duração, voltados para o atendimento das demandas imediatas do mercado possibilitando direcionar os projetos educativos para um novo modelo de desenvolvimento econômico, sustentado pelos pressupostos da competitividade e flexibilidade.

A formação do trabalhador ganha relevância pautada num discurso do determinismo tecnológico, da necessidade de qualificação do trabalhador para atuar sob novas bases produtivas e da importância estratégica na inserção competitiva do país no mundo globalizado. Além disso, se apresenta ideologicamente como equalizadora das eventuais diferenças de interesses entre capital e trabalho e como possibilidade para os trabalhadores de alcançarem melhores condições de vida (CÊA, 2007).

A educação profissional é reformulada com o intuito de adequar-se a “nova realidade brasileira” com vistas a formar o novo cidadão moderno, criativo, flexível e polivalente, capaz de mudar de funções ou até mesmo de emprego com facilidade ou criar suas próprias formas de ocupação, mas, sobretudo, um cidadão conformado e colaborador, de modo que não coloque em risco a coesão social.

A partir da década de 1990, o Estado toma diversas iniciativas referentes à educação da classe trabalhadora, nomeadamente na esfera da educação profissional e, com menor intensidade, na elevação da escolaridade no nível do ensino fundamental.

No entanto, as ações do Estado, coadunadas com as proposições do meio empresarial, se limitam a estimular os sujeitos para que desenvolvam suas capacidades através de programas de qualificação de mão de obra desenvolvidas por instituições e entidades da sociedade civil, visando a elevação da empregabilidade dos trabalhadores, ao passo que se desresponsabiliza de ações potencialmente geradoras de emprego (CÊA, 2007).

Como analisamos no item anterior, a política econômica levada a cabo no país a partir da década de 1990, que privilegiando o fortalecimento do país como plataforma de valorização financeira, traz como consequência uma retração no setor produtivo, que associado aos processos de reestruturação produtiva, tende a agravar cada vez mais os índices de desemprego.

No âmbito legal, as iniciativas concernentes à educação se materializam pela regulamentação da educação profissional via Decretos, primeiro com o Decreto 2.208/97 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, sendo reformulado, posteriormente, pelo governo Lula da Silva/PT, tornando-se Decreto 5.154/04⁹ (que tomou a forma da Lei n. 11.741/2008 ao ser incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e pelas iniciativas de âmbito federal por meio dos Planos Nacionais de Qualificação, PLANFOR e PNQ, nos respectivos governos citados.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) impõe regulamentação da educação profissional através do Decreto 2.208/97 que tem como objetivos declarados promover a transição entre a educação e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos para o exercício de atividades produtivas, e (re)qualificá-los para o mercado de trabalho, independente do nível de escolaridade. Por esse Decreto, a educação profissional fica dividida em três níveis: a) básico; b) técnico; c) tecnológico (BRASIL, 1997, art 1º).

Contudo, o mesmo decreto estabelece uma nítida distinção entre a formação propedêutica e a formação profissional, limitando-se a estabelecer a concomitância ou a sequencialidade como únicas alternativas de vinculação entre a formação profissional e a

⁹ Após quatro anos, o referido decreto tomou a forma da Lei n. 11.741/2008 ao ser incluído na LDB (Lei n. 9.394/96) - Seção IV-A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, artigos 36-A a 36-D.

elevação da escolaridade, desvalorizando a educação básica como requisito fundamental para a formação científico-tecnológica sólida do trabalhador.

A desarticulação do ensino médio e da educação profissional teria por objetivo retirar do raio de cobrança da população a manutenção da educação profissional pelo poder público, já que segundo o Banco Mundial, os países deveriam priorizar o financiamento apenas da educação básica do ensino regular (OLIVEIRA, 2001).

Os cursos de formação básica¹⁰, interesse principal desse trabalho, além de acontecerem dissociados da rede escolar de educação básica, caracterizam-se por serem cursos de curta duração, fragmentados, ligados às demandas pontuais, voltadas para o atendimento de uma parcela da classe trabalhadora dita “vulnerável”, com caráter predominantemente assistencialista.

Além do seu papel compensatório, a educação profissional tem um forte apelo ideológico, pois, num contexto de desemprego estrutural, responsabiliza a má qualificação do trabalhador pelos altos índices de desemprego e coloca sobre ele a responsabilidade pelo alcance de um padrão de vida com melhor qualidade.

O Decreto 2.208/97 foi duramente criticado pelos educadores, pois estabelecia de forma inequívoca a dualidade estrutural do ensino, sendo intensificados os debates, por ocasião da sucessão presidencial em 2002. Os posicionamentos favoráveis à revogação do decreto ganharam força política após a eleição, mas esses se dividiam quanto à necessidade de promulgação de um novo decreto¹¹, saindo “vitoriosos” àqueles que apostavam numa nova regulamentação para a educação profissional.

O então presidente Lula / PT, revoga o Decreto 2.208/97 e exara em seu lugar o Decreto 5.154/04, admitindo a possibilidade de uma formação integrada na educação técnica no âmbito do ensino médio. A medida adotada, no entanto, restou frustrada para seus idealizadores, por colocar a formação integrada no mesmo patamar que as formas sequenciais e concomitantes, ratificando a desvinculação entre a educação básica e a formação para o trabalho.

¹⁰ Posteriormente chamados de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores pelo decreto 5.154/04.

¹¹ Para maiores detalhes sobre os embates teóricos acerca da necessidade ou não da promulgação de um novo decreto para regulamentar a educação profissional consultar: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação no governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educação e Sociedade, Campinas, vol.26, n.92, p.1087 – 1113, Especial. Out. 2005.

Além disso, o decreto não avançou na garantia da ampliação de vagas para esse nível de ensino, bem como tem sido realizada com perda da carga horária da formação geral quando realizada de forma concomitante.

Na esfera da formação básica, o novo decreto a renomeia de formação inicial e continuada de trabalhadores, sem alterar na essência suas determinações já explicitadas, passando a incorporar a possibilidade – não obrigatoriedade – de articulação com a educação de jovens e adultos.

Consoante com o pensamento de Rummert (2006, p. 4):

Assim, para aqueles a quem foram negados os direitos sociais, entre os quais se destaca o direito à educação regular, pública e de qualidade, são implementadas ações cuja análise evidencia a manutenção do caráter de profunda dualidade do sistema educacional brasileiro, como expressão do grave quadro de desigualdades sócio-econômicas que caracteriza o país.

Emblemáticos, nesse sentido, são as iniciativas de formação profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) em vigência durante os dois governos de FHC e que se torna Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula.

1.3. O PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

1.3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Ao longo dos anos 1990, foi sendo construído no Brasil, um consenso em torno da qualificação profissional de trabalhadores, envolvendo Estado, empresários e representantes da classe trabalhadora, apontando o desemprego estrutural - fruto da reconfiguração do mundo do trabalho em face da incorporação das tecnologias de base microeletrônica, poupadoras de mão de obra e das relações sociais capitalistas – como relacionado à falta de qualificação da força de trabalho (CÊA, 2003).

A construção do consenso teve como mote principal a disputa pela distribuição de um fundo público, o FAT¹² (CÊA, 2003) e a adesão das entidades representativas dos trabalhadores ao ideário neoliberal e da globalização.

Como nos mostra Rummert (2006), a oferta de cursos de qualificação propiciava um caminho para o estabelecimento de novos laços entre o movimento sindical e suas bases e uma ampliação dos recursos financeiros, pelo acesso ao FAT, num quadro de redução drástica da arrecadação em virtude do crescente desemprego. Nem mesmo as entidades historicamente combativas à ordem do capital se eximiram de aderir a uma postura que estabelecia vínculos diretos entre qualificação profissional e ações de combate ao desemprego, incorporando “padrões essenciais da cultura-ideologia difundida pelas forças dominantes” (RUMMERT, 2007).

A qualificação profissional se configura como uma importante frente de implementação das políticas públicas de emprego a partir da década de 1990, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de onde emanam os conceitos e orientações práticas para a formação do trabalhador brasileiro.

O “consenso da qualificação” culminou em 1995 com a implantação do PLANFOR, Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Como política de qualificação da classe trabalhadora, articulado ao programa de Seguro-Desemprego, o projeto se constituiu como uma política de formação em massa da mão de obra brasileira, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades para o aumento da empregabilidade dos trabalhadores, voltado para as demandas do mercado de trabalho.

A execução de suas ações ocorria de forma descentralizada, realizada por diferentes atores da sociedade civil, desde ONGs, centrais sindicais e sistema “S”, mediante a distribuição dos recursos do FAT. O plano vigorou durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique, compreendendo os anos de 1995 a julho de 2003.

De acordo com Cêa (2003), O PLANFOR, embora na sua face fenomênica representasse um programa de qualificação profissional, “integrou e constituiu o processo de

¹² O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

reconfiguração das relações econômicas e políticas desencadeadas no período” (p. 250) e das novas relações entre Estado e sociedade civil como estratégia para obtenção de consenso para a modernização das relações entre capital e trabalho, consolidação da estabilidade econômica e nova configuração do Estado capitalista, além de assumir um caráter de instrumento de regulação social, frente às necessidades de coesão do sistema de reprodução do capital sob o regime de acumulação flexível. Esse fato fica evidente na valorização de aprendizagens atitudinais, por parte dos trabalhadores, em detrimento do domínio de um ofício.

O referido plano, circunscrito às ações de formação profissional básica¹³, com cursos de curta duração, vinculados às demandas imediatas do mercado de trabalho e desvinculados do aumento da escolaridade do trabalhador ocasionava, segundo CÊA (2003, p. 252), o “aprisionamento dos trabalhadores no trabalho simples, precário e desvalorizado nas relações de produção”.

Assumindo um caráter de “política pública renovada”, segundo Cêa (2007), o plano parte de uma nova relação entre sociedade política e sociedade civil, pautada na descentralização das ações mediante a distribuição de um fundo público, o FAT, sendo que as entidades privadas foram as mais beneficiadas na obtenção de recursos, sobretudo o Sistema S¹⁴:

Pode-se definir o Plano, no marco da referida reforma, como uma política prEstadora de serviços sociais (sua área de atuação), de caráter público não-estatal (sua forma de propriedade), pautada numa perspectiva gerencial (sua forma de administração) e executada de forma descentralizada pelo Estado, organizações sociais e empresas privadas (sua forma de implementação) (CÊA, 2007, p.194).

Como o consenso possui uma essência contraditória, tensa em potencial, por não eliminar as contradições fundamentais da sociedade de classes e se firmar entre forças políticas convergentes, divergentes e/ou antagônicas, é necessário estar sendo constantemente revisto e reelaborado. As constantes críticas ao PLANFOR poderiam colocar “em xeque” esse consenso.

¹³ O primeiro nível da formação técnico-profissional que tem como objetivos qualificar e reprofissionalizar jovens e adultos, independente da escolaridade prévia e com cursos não sujeitos a regulamentação curricular.

¹⁴ A expressão sistema “S” refere-se à rubrica “Serviço Social Autônomo” que incluem as instituições de formação profissional e os serviços sociais como SESI, SENAI, SESC, SENAC, etc.

Durante seu desenvolvimento, o PLANFOR passou a sofrer intensas críticas, principalmente com relação aos cursos, que apresentavam baixa qualidade e eram inadequados para o público-alvo e para as demandas do mercado de trabalho, como também à falta de articulação com as demais políticas de inserção de mão de obra e acesso à microcréditos; à falta de transparência na utilização dos recursos e à falta de preocupação com a recuperação da escolaridade dos trabalhadores, para citar alguns.

Embora o PLANFOR tenha desencadeado a realização de um grande número de ações de qualificação profissional em nível nacional, as avaliações do Plano realizadas pelas universidades, promovidas pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, apresentaram um quadro preocupante sobre as reais possibilidades de o PLANFOR atingir as metas a que se propunha¹⁵.

Os principais problemas apontados se relacionavam com a baixa qualidade dos cursos oferecidos e sua inadequação tendo em vista a população-alvo e as demandas do mercado, problemas na estrutura das instituições contratantes, falta de preocupação com a recuperação da escolaridade dos trabalhadores. Segundo as avaliações, o Plano se apresentava como um paliativo ao desemprego, de caráter assistencialista, destinado mais a justificar do que a minimizar a exclusão social.

Na avaliação de Lessa (2010), o PLANFOR significou um marco positivo ao demarcar a importância da qualificação dos trabalhadores na estrutura do MTE, mas que, por estar inserido numa conjuntura de ações neoliberais e de reforma do Estado, tem cumprido o papel político de adequação da formação do trabalhador ao modelo de acumulação flexível, podendo ser identificado como um dos elementos que corroboram a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Com as eleições presidenciais, o governo que assume no ano de 2003, liderados pelo presidente Lula/PT, indica um quadro de crise da qualificação profissional de trabalhadores no Brasil, revoga o PLANFOR e institui, em seu lugar, um novo plano de qualificação de trabalhadores, o PNQ.

¹⁵ Conclusões do Seminário Nacional “A Qualificação Profissional como Política Pública” realizado no município de Santo André no período de 05 e 06 de dezembro de 2002, organizado pela Secretaria de Educação e Formação Profissional da Prefeitura de Santo André em conjunto com a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) (mimeo).

1.3.2. A QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES NO GOVERNO LULA / PT 2003-2007

A chegada ao poder do governo Lula/ PT, no ano de 2003, não representou uma ruptura com o projeto de sociedade que vinha se constituindo no país desde fins dos anos 1980, de adesão ao projeto neoliberal de sociabilidade e ao ideário da globalização: pelo contrário, dá continuidade à política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso e às diretrizes do Banco Mundial e FMI.

No bojo das políticas implementadas, a partir de então, é lançado em 2003 o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), durante o primeiro mandato do governo Lula, cujo objetivo principal é a “qualificação social e profissional” dos trabalhadores. Ele vem substituir o PLANFOR, sob a alegação de que o país estaria vivenciando uma crise da qualificação profissional, que precisaria ser revista e relançada sobre novas bases.

O adjetivo “social” incorporado à qualificação profissional do trabalhador remete à educação para além do aprendizado de um ofício, abrangendo atitudes e valores para a construção de uma “nova cidadania ativa”, um chamado para a participação, colaboração, atuação em associações e movimentos sociais, em busca de uma ampla participação da sociedade civil para a construção de um projeto hegemônico que, em última análise, se configura como um projeto a favor do capital.

Não é aleatório que os movimentos sociais sejam alvo das políticas capitalistas: é uma necessidade para a ordem capitalista a *captura da subjetividade antagonista* e a incorporação das lógicas vigentes que não podem permitir seu questionamento estrutural. Essa *captura* produz um *efeito de estabilização* do real, é uma necessidade radical para preservarem a ordem vigente. (DIAS, 2010, p.148).

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ), proposto para o período de 2003 a 2007, tinha como finalidade redefinir conceitualmente os fundamentos da qualificação profissional que deveria assumir uma concepção de “construção social, um direito, uma política pública de inclusão social e de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e renda” (MORAES, 2005).

Apesar de essa concepção estar expressa nos documentos, ela não é compatível com o projeto de sociedade posto para o Brasil, onde a política econômica aponta para o agravamento da questão do desemprego, ou gera empregos precarizados e de baixa

remuneração, num contexto em que os direitos conquistados vêm sendo suprimidos a favor de uma política de focalização que almeja a adequação do trabalhador ao modelo de sociabilidade burguês.

Os objetivos expressos no art 2º da resolução nº 333/2003 do CODEFAT são:

- I. A formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as;
- II. Aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
- III. Elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a educação de jovens e adultos;
- IV. Inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;
- V. Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;
- VI. Elevação da produtividade, melhoria dos serviços prEstados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda;
- VII. Efetiva contribuição para a articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação.

A formação integral proposta pelo PNQ parece se restringir ao aprendizado de rudimentos de um ofício atrelada à difusão de valores e atitudes que devem ser apreendidos para o cidadão contemporâneo, além de abarcar alguns conhecimentos sobre educação moral e cívica, educação para a paz, educação para a igualdade de oportunidades, educação ambiental, para que ele possa trabalhar e conviver na sociedade capitalista contemporânea. Bem distante da concepção de educação integral, que busca o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades, articulando ciência e cultura, humanismo e tecnologia. Nas palavras de Frigotto (2005, p. 36):

Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral.

Os conceitos de cidadania e democracia contidos no PNQ se limitam à concepção liberal burguesa: “Uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e

capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a “elite” e a “multidão trabalhadora”” (WOOD, 2003, p.184).

A cidadania de campo de luta passa a ser defendida como construtora de consensos, sendo assim uma das formas privilegiadas de subalternizar os trabalhadores, as classes instrumentais, que se pensam como iguais aos seus dominantes. (DIAS, 2010, p.147).

Para atingir seus objetivos, o novo Plano apresenta um conjunto de seis mudanças, que o diferenciariam substantivamente de seu antecessor, sendo elas nas seguintes dimensões (BRASIL. MTE, 2005):

1. Política: devendo as políticas públicas ser encaminhadas para o universal, reconhecidas como direito, priorizando, no entanto, aqueles com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho; ênfase na necessidade de um Estado democrático e participativo;
2. Conceitual: apresenta a qualificação como uma relação social, como espaço de conflito e a centralidade da categoria trabalho;
3. Institucional: busca a integração com as demais Políticas Públicas de Emprego;
4. Pedagógica: visa uma melhoria na qualidade dos cursos, com elevação da carga horária para uma média de 200 horas e articulação com a elevação da escolaridade;
5. Ética: tem o propósito de garantir a transparência na distribuição dos recursos;
6. Operacional: prevê a criação de um sistema de planejamento, monitoramento, avaliação das ações de qualificação;

Contudo, de acordo com Cêa (2007), essas mudanças não apresentam rupturas significativas com o que vinha ocorrendo até então com o PLANFOR, com alguns avanços no campo conceitual e no campo pedagógico.

Com relação aos avanços conceituais, a autora destaca a concepção da qualificação profissional como política pública orientada para objetivos sociais, como espaço de negociação de visões em conflito, como um direito e meio de formação integral do trabalhador em articulação com a elevação da escolaridade. Entretanto, como observa Rummert (2005), ao se comparar esses avanços conceituais com os objetivos expressos na Resolução 333/2003 do CODEFAT¹⁶, no item VI, em especial, o aumento da produtividade e da competitividade do trabalhador, percebe-se “um discurso híbrido e revelador da hegemonia do ideário que expressa os interesses do Capital”.

¹⁶ Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. A citada resolução institui o Plano Nacional de Qualificação

A partir desses objetivos, fica mais evidente a relação que o plano estabelece entre qualificação e acesso ao mercado de trabalho, unindo de forma linear trabalho, educação e desenvolvimento. Essa relação se reveste de um forte caráter ideológico ao não explicitar as reais condições do mercado de trabalho na atual fase do capitalismo, caracterizado pelo desemprego estrutural em massa e pelas relações de trabalho cada vez mais precarizadas, responsabilizando os indivíduos pela busca da qualificação, da empregabilidade e até mesmo pela busca de alternativas para sua inserção no mercado, através do empreendedorismo, ou do incentivo às parcerias público-privadas para a condução das políticas públicas.

No que diz respeito ao campo pedagógico, o PNQ prevê o aumento da qualidade e da carga horária dos cursos, bem como a articulação destes com a elevação dos índices de escolaridade dos trabalhadores, sendo ainda avanços de pouca expressão prática se forem consideradas as necessidades e defesas históricas dos trabalhadores (CÊA, 2007, p.206).

As ações de qualificação são definidas com base nas demandas do mundo do trabalho e propõem-se a atender os grupos de trabalhadores mais vulneráveis, definidos como sendo os “trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social, conseqüentemente com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho” (BRASIL, MTE, 2003). Dessa forma, o PNQ prioriza ações voltadas para desempregados de longa duração, mulheres, jovens, etnias mais discriminadas (negros e índios), portadores de deficiência e pessoas com mais de 40 anos.

A focalização das políticas sociais se justifica no Plano pela necessidade de *redução* das desigualdades sociais e na igualdade de oportunidades. O Estado deve garantir os meios para que aqueles que se encontram em extrema desvantagem possam individualmente buscar a satisfação das suas necessidades, sem se colocar em pauta a extinção das desigualdades sociais. Pelo contrário, a desigualdade estimula a competição, o impulso criativo e o desenvolvimento da sociedade (GIDDENS, 2001).

A importância em se atacar a pobreza extrema, através dessas políticas sociais, está em seu impulso desagregador, que pode trazer sérias conseqüências para a sociabilidade burguesa.

Com vistas a uma maior efetividade e eficácia do Plano, as ações devem ser orientadas para uma crescente integração com outros programas e ações que envolvam geração de trabalho e renda como seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, microcrédito, economia solidária e outros.

Neves (2005), ao analisar o projeto neoliberal de educação, aponta que sua efetivação consiste na submissão técnica e ético-política da classe trabalhadora aos objetivos da burguesia brasileira, tendo como principais metas a difusão e sedimentação da cultura empresarial, a educação da classe trabalhadora com vistas a naturalizar o desemprego, a flexibilização das relações de trabalho, a perda de direitos históricos e a recorrência à competição, individualismo e passividade política como estratégias de sobrevivência social.

Tal fato se torna evidente no PNQ, tendo em vista a formação voltada para o mercado de trabalho, para o desempenho do trabalho subalterno no processo de produção, a ênfase na disseminação de valores pautados na empregabilidade, empreendedorismo e outras formas de auto-emprego.

Sob o discurso da democratização e ampliação da participação da classe trabalhadora nas decisões políticas, os cursos e recursos para a qualificação são definidos por comissões tripartites, que envolvem representantes do Estado, dos empresários e dos trabalhadores, como se os interesses do capital e do trabalho fossem coincidentes. Além disso, as decisões se restringem à esfera da execução e não abarcam as diretrizes e concepções gerais do plano. Essas medidas buscam uma reelaboração e redefinição do consenso das forças políticas e sociais brasileiras para a qualificação profissional e a adesão ao projeto neoliberal de sociabilidade, que tem, no mercado, o regulador das relações sociais.

As ações de qualificação profissional, no PNQ, são conduzidas de forma descentralizada por diferentes atores sociais, como centrais sindicais, sistema “S”, confederações patronais, instituições educacionais públicas e privadas e ONGs e operacionalizada através de três mecanismos (MTE, 2003, p.31 e 35):

1. Plano Territorial de Qualificação – PlanTeQ: são responsáveis pelas ações de qualificação profissional circunscritas a um território (unidade federativa, município), devendo articular e priorizar as demandas levantadas pelo poder público e sociedade civil organizada, bem como supervisionar a execução do plano.
2. Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs: são responsáveis por desenvolver estudos, pesquisas, desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação.
3. Planos Setoriais de qualificação – PlanSeQs: instrumento complementar aos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, foi instituído por meio da Resolução nº 408, do CODEFAT, de 28 de outubro de 2004, orientados ao atendimento emergencial de demandas que não tenham sido previstas e em articulação direta com oportunidades concretas de ocupação nos novos empregos gerados.

Todos esses mecanismos devem se orientar para os públicos considerados prioritários, em projetos que estabeleçam nexos claros com políticas de desenvolvimento local, promovam ações de elevação de escolaridade, valorizem conhecimentos prévios dos trabalhadores, incluam ações de encaminhamento ao mercado de trabalho e tenham como contratadas instituições reconhecidamente idôneas.

Essas demandas por qualificação devem ser levantadas pelo poder público e sociedade civil organizada, levando-se em conta as necessidades e potencialidades de desenvolvimento local e regional e a oferta efetiva das ações devem ser realizadas por instituições públicas ou privadas que venham a firmar convênios para a execução de projetos e programas por intermédio dos PlanTeQs.

A execução das ações se dá de forma descentralizada, cabendo à União, via Ministério do Trabalho e Emprego o papel de gestor, co-elaborador, co-identificador das demandas, co-supervisor, co-avaliador e co-financiador do PNQ, bem como aos governos Estaduais e Municipais a função de gestores locais e co-financiadores dos respectivos PlanTeQs, ficando a cargo de entidades da sociedade civil, tais como sindicatos, ONG's, instituições educacionais públicas e privadas, Sistema "S", a execução das ações de qualificação profissional, bem aos moldes das orientações da cartilha neoliberal de descentralização.

Dessa forma, o Estado assume o papel de assegurar as condições para o esforço próprio e cultivar a responsabilidade individual – buscando desenvolver no âmbito dos trabalhadores uma cultura empreendedora – e social – incentivando as organizações da sociedade civil a assumirem parcerias com o Estado na realização das políticas sociais.

As relações do Estado com a sociedade civil, através das parcerias e da concepção da educação como de caráter público não-estatal, criam e justificam os mecanismos de transferência dos recursos públicos para as instituições privadas, longe dos controles públicos da União (KUENZER, 2007).

A resolução nº333/2003 do CODEFAT, que institui o PNQ, define a qualificação social e profissional como aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, devendo para isso, as ações de educação profissional, abarcar de forma integrada os conteúdos:

1. Conhecimentos básicos: comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio lógico-matemático, saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, direitos humanos, sociais e trabalhistas, relações interpessoais no trabalho, informação e orientação profissional;
2. Conhecimentos técnicos: processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações;
3. Conhecimentos de gestão: gestão, autogestão, associativismo, cooperativismo, melhoria da qualidade e da produtividade, empoderamento.

Esses conhecimentos, apontados como essenciais para o trabalho na acumulação flexível, mediado pela base técnica microeletrônica, são disponibilizados de forma diferenciada por origem de classe ao longo da cadeia produtiva. Para aqueles que vão trabalhar nos setores precarizados, ocorre o que Kuenzer (2007) denomina “inclusão excludente na ponta da escola”, onde há uma aparente disponibilidade de oportunidades educacionais, restrito, na maioria das vezes, a um caráter certificatório, que não asseguram o domínio dos conhecimentos técnicos, teóricos e práticos, de forma a possibilitar o desenvolvimento da autonomia intelectual, ética e estética.

Como parte desse processo, o PNQ parece restringir ao campo do discurso a integração entre a educação básica e profissional, com conteúdos trabalhados de forma superficial e aligeirada, mas que contribui para justificar, pela incompetência do trabalhador, a “exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (KUENZER, 2005).

Kuenzer (2007) aponta, ainda, que a articulação entre a educação básica e profissional, dentro das políticas de educação profissional, não extrapolam o nível do discurso, e a qualificação social fica reduzida a “reprodução do conhecimento tácito” (p. 28), aprendizagem de alguns fragmentos do trabalho, domínio de algumas ferramentas de informática e das linguagens e discussão sobre algumas dimensões da cidadania como capacidade de intervenção social, configurando a “educação para a inclusão social” (p.28). Sem ignorar a importância desses conteúdos para a formação da classe trabalhadora, a autora enfatiza que:

(...) a forma superficial e aligeirada, na maioria das vezes descolada da educação básica de qualidade, reveste as propostas de caráter formalista e demagógico, a reforçar o consumo predatório da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas (KUENZER, 2007, p. 28).

Por outro lado, quando ocorre o encaminhamento para iniciativas de elevação de escolaridade, ele se dá através da modalidade educação de jovens e adultos (EJA). No entanto,

conforme mostra Ventura (2001), a concepção de EJA, defendida pelas forças hegemônicas a partir da década de 1990, oferecida de forma aligeirada e voltada para a lógica do mercado, “mantém o caráter descontínuo, irregular, fragmentado e compensatório da política educacional brasileira dirigida para essa modalidade” (VENTURA, 2001, p.97).

De acordo com o anuário de qualificação social e profissional (2006), o PNQ contou com 121.860 trabalhadores inscritos em 2005 e 123.645 em 2006, muito abaixo das necessidades nacionais, se tomado como referência o número de trabalhadores inscritos no SINE: 4.977.552 em 2005 e 5.141.918 em 2006¹⁷, representando aproximadamente 2,4% dos trabalhadores qualificados em cada ano. Comparando com o número de desempregados das regiões metropolitanas e Distrito Federal, que totalizaram 3.411.000¹⁸ no ano de 2005, percebe-se a distância entre a abrangência do plano e as necessidades dos trabalhadores brasileiros.

Os indicadores de desempenho do PNQ/PlanTeQs, relativos aos anos de 2003 e 2004, demonstram que o plano conseguiu melhorar seus índices de efetividade social, com relação ao PLANFOR, sobretudo com relação ao atendimento à “população vulnerável”, como mostra a tabela 1,¹⁹ abaixo, e com relação ao atendimento a trabalhadores sem ocupação, cujo percentual passou de 66% no PLANFOR 2002, para 71,7% no PNQ 2004²⁰.

Segundo o governo, a efetividade social se constitui num índice de avaliação qualitativa do desenvolvimento do PNQ, que vai além dos critérios de eficiência (cumprimento de metas) e da eficácia (cumprimento de metas financeiras), devendo avaliar a inter-relação entre os objetivos mediatos alcançados e as referências e proposições do plano, nos campos social, institucional e econômico. Esse índice deve indicar o grau de integração entre as políticas de qualificação profissional, inclusão social e desenvolvimento (MTE, 2003).

¹⁷ Anuário dos trabalhadores 2007.

¹⁸ Anuário dos trabalhadores 2007.

¹⁹ A meta é estabelecida através de uma análise das demandas do mercado de trabalho e das demandas para a integração com outras políticas voltadas especificamente para cada grupo específico da população.

²⁰ A efetividade social é calculada através da subtração entre o % do PNQ e o % da PEA resultando num percentual relativo.

Tabela1: Efetividade Social - Cobertura Relativa por grupos específicos da população vulnerável

Grupos vulneráveis específicos	PNQ		PLANFOR	Meta
	2003	2004	2002	PNQ
Mulheres	131,6%	139,3%	139,3%	120%
Pretos, pardos e indígenas	122,4%	119,0%	105,0%	150%
Baixa escolaridade	89,7%	88,6%	88,4%	100%
Jovens	185,0%	210,0%	165,7%	150%

Fonte: Elaboração própria do autor a partir de Brasil (2005)

Nota: Exclui educandos sem declaração

No ano de 2004, o PNQ atendeu 39,3% a mais de mulheres que a participação desse grupo na PEA (população economicamente ativa), embora a meta fosse superar em 20%. Com relação à etnia, os índices ficaram abaixo da meta de 50% acima da participação na PEA, mas, ainda assim, superaram em 19%. Ainda para o ano de 2004, pode-se perceber que os jovens tem sido o grande público do Plano, com um atendimento que corresponde ao dobro da participação desse grupo na PEA brasileira. Com relação à população de baixa escolaridade, o PNQ não conseguiu alcançar a meta de atender a um percentual relativo à participação desse grupo na PEA.

Esses valores demonstram um esforço do PNQ em atingir maior integração com as demais políticas públicas, sobretudo de trabalho e de inclusão social, evidenciando seu caráter de política pública focalizada e de caráter compensatório.

Com relação à carga horária, apesar da abreviada formação de 200 horas/aula estabelecida como meta, em 2003, muitas ações foram desenvolvidas com carga horária inferior à exigida e, em alguns casos, isso foi justificado como uma necessidade de alguns trabalhadores, sobretudo rurais e aqueles que precisam gerar algum tipo de renda de subsistência, que tinham dificuldades de se ausentar das atividades por muito tempo (SAUL E FREITAS, 2007).

Essa carga horária deve ser composta por 75% de ações formativas, denominadas cursos, não podendo ser inferior a 40 horas e 25% com ações denominadas seminários, oficinas, laboratórios e que não poderão ter carga horária inferior a 16 horas/aula. O que se percebe por essa divisão é que, embora se estabeleçam 200 horas de aula como meta, ações com 56 horas/aula ainda se encontram dentro do permitido.

Segundo Lessa (2010), baseada em documentos oficiais do DIEESE e MTE, a carga horária média nacional foi de 197,4 horas/aula em 2004, 184,3 em 2005, 195,3 em 2006 e em 2007 foi de 195,11 horas/aula, o que evidencia que embora a média venha melhorando ao longo dos anos, ela ainda se encontra abaixo da prevista no PNQ. A autora acrescenta que as ações com maiores cargas horárias foram executadas nas escolas técnicas públicas com média de 232,4 horas/aula, seguidas pelo Sistema “S” com 199,1 horas.

1.3.3. PlanTeQ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Com o intuito de aprofundar a análise sobre a forma de implementação e execução do PNQ, a partir dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), serão feitas algumas considerações a respeito do PlanTeQ/MG.

Os PlanTeQs são os “veículos” de operacionalização do PNQ no âmbito do território, podendo ter um caráter municipal, mesorregional ou macrorregional, devendo ser implementados através de uma gestão compartilhada entre as Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho/Emprego e as Secretarias Municipais de Trabalho ou outros órgãos gestores dos Arranjos Institucionais Intermunicipais (BRASIL, 2003).

De acordo com o PNQ 2003-2007, os PlanTeQs devem ter como objetivos:

1. Orientar-se para os públicos prioritários estabelecidos pelo PNQ
2. Estabelecer nexos claros e viáveis com as Políticas Públicas de emprego, de educação (elevação de escolaridade) e de desenvolvimento regional/estadual/local
3. Incluir necessariamente ações de orientação e encaminhamento ao mercado de trabalho ou outras formas de emprego e geração de renda
4. Reconhecer e valorizar os saberes e capacidades dos trabalhadores adquiridas no trabalho e outras experiências de vida
5. Baseadas em instituições idôneas, habilitadas e identificadas com os objetivos estratégicos da política pública de qualificação social e profissional
6. Indicar os canais e metodologias que garantirão uma gestão participativa
7. Apresentar metas/produtos alinhados qualitativa e quantitativamente aos objetivos do PNQ

Além de seguir os princípios e diretrizes estabelecidos pelo PNQ 2003-2007, os PlanTeQs devem se constituir num momento de consulta pública, de articulação e mobilização da sociedade e de negociação política entre os atores envolvidos, tendo como objetivo

principal promover a articulação entre as políticas, identificar e atender demandas sociais levantadas pela sociedade civil organizada e otimizar a utilização de recursos.

A responsabilidade de articular e mobilizar os representantes dos movimentos sociais, sindicais, políticos atuantes no território para atividades de debate ou consulta cabe às Comissões/Conselhos Municipais de Emprego/Trabalho (CME's), bem como o compromisso com a divulgação, acompanhamento e avaliação das ações de qualificação.

As Comissões/Conselhos Municipais de Emprego/Trabalho são formadas por representantes do Estado, representantes do setor empresarial e dos trabalhadores, que deverão levantar as demandas de qualificação profissional, tomando por base as tendências de desenvolvimento local, as características da PEA e os públicos prioritários para o PNQ.

Esses objetivos demonstram a articulação que se estabelece entre qualificação, desenvolvimento e educação, sendo este último restrito à elevação da escolaridade e não, à política de educação do Estado ou município. O plano de desenvolvimento local, as perspectivas de novos empreendimentos são o principal elemento considerado para a definição das demandas para a qualificação profissional.

O PNQ apresenta ainda que os empregadores se beneficiam da qualificação, pois ela contribui para a elevação da produtividade e para a melhoria e eficiência dos serviços prestados pelos trabalhadores e pelas melhores condições socioeconômicas da localidade a partir das possibilidades de elevação do salário ou da renda²¹.

Minas Gerais é um dos Estados da federação que recebe maiores montantes em recursos do FAT via PNQ, ficando, no ano de 2004, atrás apenas do Estado de São Paulo que recebeu o montante de R\$ 9.755.799,00. Os valores repassados a Minas Gerais podem ser observados na tabela 2 à frente:

²¹ Folder elaborado pelo ministério do trabalho e emprego para apresentação do Plano Nacional de Qualificação

Tabela 2: Repasse de recursos do FAT para Minas Gerais e sua participação no total de recursos do Brasil

Estado	Valor do convênio do FAT (em reais)				Var % 2003-2008
	2003	2004	2005	2008	
Total Minas Gerais	3.325.786,00	4.811.998,00	4.812.175,00	2.151.100,00	-35,32
Participação % de MG	9,76	9,45	9,45	8,96	-8,18
Total Brasil	34.069.297,00	50.919.134,00	50.923.907,00	24.000.200,00	-29,55

Fonte: Elaboração própria do autor a partir de Brasil (2005)

Nota: Os dados dos anos de 2006 e 2007 não foram disponibilizados

Embora, seja um dos Estados que mais recebam verbas para a qualificação profissional, esses recursos ficam ainda muito abaixo das demandas de Minas Gerais, que, para o ano de 2003, orçou as ações em R\$ 10.000.000, para o atendimento de 23.967 trabalhadores, enquanto as entidades executoras enviaram 1.640 projetos de qualificação totalizando R\$ 52.000.000 e o Estado foi contemplado com um total de R\$ 3.325.786,83 para a qualificação de 8.940 trabalhadores (PlanTeQ/MG, 2003).

Essa realidade não corresponde apenas ao Estado de Minas Gerais. Lessa (2010), ao analisar o PlanTeQ/RJ, demonstra que para as intenções declaradas no Plano e o porte econômico do Estado, a abrangência também é bastante frágil, como foi observado para a realidade nacional em tópico anterior.

Outro dado a se observar: os recursos previstos para o ano de 2008 representaram uma queda de 35,32 % com relação ao primeiro ano do PNQ e uma queda ainda maior, de 55 % com relação ao ano de 2005. Essa diminuição dos recursos para o Estado de Minas Gerais é acompanhada da queda dos recursos em âmbito nacional, cujos percentuais declinaram em 52% com relação ao ano de 2005, e em 29,55% se comparado ao ano de 2003, em que o PNQ recebeu menores recursos.

Lessa (2010, p. 130) aponta que o governo Lula/PT inicia seu primeiro mandato com o montante de 0,3% de investimento dos recursos do FAT para a qualificação profissional, em 2003, apesar de apontá-la como fundamental para o desenvolvimento em seu Plano de Governo e Plano Plurianual, permanecendo essa média praticamente inalterada, chegando a 0,4% em 2007: “Certamente é um investimento mínimo para uma ação que tem *status* de

programa essencial de governo e que é apontada como estratégia fundamental para o desenvolvimento”.

O PlanTeQ/MG se desenvolve em articulação com a SEDESE²² tendo como principais objetivos:

Contribuir para o desenvolvimento integrado das políticas sociais e para a articulação das ações das ações de qualificação social e profissional, em conjunto com as demais políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, promovendo gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação (PlanTeQ/MG, 2003, p.12).

A partir daí, se observa que o PlanTeQ/MG se encontra alinhado aos objetivos propostos nacionalmente para os PlanTeQs. Para alcançar esses objetivos, o plano se propõe a atuar de maneira articulada com as Comissões/Conselhos Municipais de Emprego (CME's) para levantamento das demandas com foco no mercado de trabalho, para supervisão e monitoramento das ações em busca de uma gestão eficiente, democrática e descentralizada com a participação mais ampla da sociedade.

As novas relações preconizadas para Estado e sociedade civil, a criação de uma sociedade civil ativa, se manifestam nas comissões tripartites que compõem as CME's bem como na forma descentralizada de execução das ações através de parcerias com entidades da sociedade civil.

A seleção das entidades executoras é feita por processo licitatório público, seguida pela avaliação da qualidade das propostas pedagógicas apresentadas pelas concorrentes, sua competência e capacidade de execução das ações. Segundo Relatório Final de Avaliação do Planejamento do PlanTeQ – MG/2004, realizado pela UNITRABALHO²³. Esse procedimento dificultaria as práticas clientelísticas e malversação de recursos públicos. No entanto, de acordo com as CME's, a referida forma de seleção não tem garantido a qualidade e

²² SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, cujo objetivo é Planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado que visem ao fomento e ao desenvolvimento social da população, por meio de ações relativas às políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de assistência social e de promoção e garantia dos direitos humanos. Disponível em <http://www.sedese.mg.gov.br/>. Acesso em 31 jan 2009.

²³ A rede UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), foi criada em 1996 e congrega 92 universidades e instituições de ensino Superior de todo o Brasil, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas e capacitações sobre o trabalho. Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/>. Acesso em 31 jan 2009.

cumprimento total das exigências dos contratos, pois muitas entidades não conhecem bem a realidade local e não criam um forte compromisso com o projeto de desenvolvimento local.

As entidades executoras afirmam, no entanto, que essa rigidez burocrática impede que entidades sérias, mas com poucos recursos executem as ações, o que pode explicar uma “certa concentração de ações para o SENAC, que é uma grande organização de treinamento profissional, com fontes permanentes de recursos que garantiriam sua competitividade” (UNITRABALHO, s/d, p. 28).

De acordo com o anuário de qualificação social e profissional (2007), a distribuição dos cursos por entidades executoras se deu da seguinte forma, para o período de 2004 a 2006:

Tabela 3: Distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ por tipo de instituição executora
Brasil 2004-2006 (em %)

Tipo de Instituição Executora	2004	2005	2006
Associação comunitária (1)	5,6	6,6	8,7
Associação de produtores	2,0	1,7	1,8
Empresariais (2)	4,8	4,0	3,6
Escolas técnicas públicas	2,8	3,8	2,8
Especializadas em qualificação social e profissional (3)	9,7	7,3	11,2
ONGs	20,1	19,8	22,2
Outras	7,0	10,6	14,6
Sistema S	28,4	32,6	24,2
Sindicais (2)	12,2	8,3	8,3
Ensino superior (4)	7,4	5,3	2,7
TOTAL	100	100	100

Fonte: elaborada pelo próprio autor a partir de DIEESE, 2007, p. 162

Notas: (1) Inclui instituições religiosas e grupos de afinidade

(2) Inclui centrais sindicais, escolas, instituições, fundações, confederações, associações outros

(3) Inclui fundações, instituições e escolas

(4) Inclui universidades, institutos, faculdades e fundações

Obs.: Dados parciais

Outra medida é manter uma estreita sintonia com os mecanismos de cadastramento de trabalhadores e intermediação de mão de obra, além de assegurar a elevação da escolaridade do trabalhador por meio da instalação de telessalas nos postos de atendimento, bem como o encaminhamento a alternativas disponibilizadas pelo sistema educacional do Estado (PlanTeQ/MG, 2003, p.17).

A superintendência de trabalho e renda de Minas Gerais vem buscando a elevação da escolaridade dos trabalhadores, além dos tele cursos, em cursos de suplência em parceria com Associações Educacionais Culturais e Filantrópicas (PEPM, 2005-2007).

A proposta de promover a elevação da escolaridade dos trabalhadores através de telessalas e acesso a supletivos demonstra o descaso com a educação básica de qualidade para a classe trabalhadora, ponto agravado pela baixa conexão das ações com a elevação da escolaridade e encaminhamento posterior para o emprego ou formas alternativas de geração de emprego e renda como demonstra a avaliação realizada pela UNITRABALHO sobre o PlanTeQ/MG em 2004.

Outra questão levantada pela avaliação foi a atuação marginal das CME's na apresentação das demandas por qualificação, embora seja bastante enfatizada a necessidade de constante articulação e diálogo com essas instâncias para promover uma maior participação da sociedade civil no desenvolvimento das ações.

Outra Crítica recorrente ao Plano é quanto o descompasso entre os cursos solicitados pelos municípios e aqueles que efetivamente são oferecidos pela SEDESE, demonstrando uma incoerência na proposta de promover cursos de acordo com as demandas do mercado de trabalho local.

A avaliação da UNITRABALHO contou com uma amostra de 3.598 indivíduos a partir do qual traçou o seguinte perfil dos frequentadores dos cursos:

1. Sexo: 55,8% do sexo feminino e 44,2% do sexo masculino;
2. Faixa Etária: 22,4% na faixa etária de menores de 18 anos; 16,9% entre 18 e 21 anos; 16% entre 21 e 25 anos; 31,9% de 25 a 40 anos;
3. Escolaridade: 4,4% analfabetos; 69,4% cursaram o ensino médio; 12% com ensino superior completo ou incompleto; 43,3% estavam fazendo outros cursos;
4. Situação de Trabalho: 69,1% desempregados, sendo que desses 25,9% nunca trabalharam e 2,2% são aposentados; dos 30,9% que estavam trabalhando, 71,8% tinham carteira assinada e apenas 2,8% declararam trabalhar sem carteira assinada;
5. Ramo de Atividade: 55,9% nos serviços; 19,5% no comércio e 10,1% na construção civil, além de 10,1% na indústria e 4,4% no setor primário.
6. Renda: 72,2% declararam renda entre um e quatro salários mínimos.

O perfil traçado demonstra que os alunos que chegam às ações do PlanTeQ/MG não apresentam “baixo” nível de escolaridade, tendo a maioria concluído o ensino médio. Não obstante, isso não se refletiu em melhor situação de trabalho, visto que 69,1% se encontrava desempregada e nem em melhores colocações no mercado de trabalho, fato evidenciado pela concentração no setor terciário da economia (75,4%), que, em geral, apresenta menores salários e maior precariedade das relações trabalhistas.

De acordo com Lessa (2010), existem três hipóteses para que o Plano não consiga atingir a população com níveis mais baixos de escolaridade, conforme a orientação: a) o PNQ se realiza em territórios urbanos (no caso de Minas Gerais, na região Sudeste do país) onde os níveis de escolaridade são mais altos; b) trabalhadores com a mais baixa escolaridade, em geral, não têm acesso ao mercado formal de trabalho, não chegam ao SINE e, portanto, dificilmente terão acesso às informações sobre os cursos e c) esses trabalhadores, dadas suas necessidades mais imediatas de vida, não podem despende tempo e dinheiro em qualificações.

Com relação à carga horária dos cursos de qualificação profissional, enquanto a meta do PNQ é atingir 200 horas/aula, ficou-se nos anos de 2003 e 2004 com uma média de 110,97 e 193,35 horas respectivamente. Algumas cidades mineiras, por exemplo, Juiz de Fora, mantinham em 2003 cursos de 40,50 e 70 horas e em 2004, uma carga horária que variava de 67 a 100 horas (NETTEC/UFJF – Planilha de supervisão atualizada [2005]).

Ainda tomando como exemplo a cidade de Juiz de Fora, os cursos oferecidos em 2003 foram de “Competências Básicas para o Trabalho”, “*Office-boy/girl*”, “Porteiro Zelador de Edifícios” e “Auxiliar de Serviços Domésticos” e, para o ano de 2004, foram oferecidas vagas para “Educação Ambiental”, “Empreendendo o Turismo Rural” e “Gestão Ambiental”, todos realizados pelo Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Os cursos, quando não explicitamente voltados para setores subordinados do mercado de trabalho, colocam em dúvida sua qualidade em virtude da pequena carga horária.

O que se percebe é que embora as diretrizes e concepções do PlanTeQ/MG estejam alinhadas com as diretrizes e concepções nacionais, as avaliações vêm demonstrando que mesmo nos limites desse Plano - de uma educação precária, voltado para a população em vulnerabilidade social, articulado com as demandas imediatas do mercado de trabalho, de curta duração, dentre todos os outros apontamentos já realizados até aqui – ele não tem

conseguido se efetivar na prática, apresentando cargas horárias abaixo do exigido, descompasso entre as demandas das CME's e as ofertas das ações, fraca articulação com as políticas de elevação da escolaridade do trabalhador, além de atender uma pequena parcela da população demandante.

No capítulo seguinte, serão abordadas as diretrizes e objetivos apontados para a qualificação profissional de mulheres em documentos oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, em face do reconhecimento de que as mulheres se encontram inseridas de forma subordinada no mercado de trabalho. Serão ainda discutidas as limitações da categoria gênero na análise das pesquisas sociais, assim como a falácia do discurso que vincula qualificação e igualdade entre homens e mulheres.

CAPÍTULO II

A QUALIFICAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA

O presente capítulo aborda a questão do trabalho feminino num contexto de intensas transformações no mundo laborativo, buscando apreender a situação das mulheres com relação ao mercado de trabalho e à qualificação profissional.

Em seguida, será realizada uma discussão sobre a categoria gênero nas pesquisas sociais, almejando apontar as limitações desse tipo de abordagem para a apreensão e análise da realidade, reafirmando a classe social como categoria central de análise.

Na sequência, serão analisados os documentos e textos publicados no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego, que fazem referência à qualificação da mulher trabalhadora, buscando perceber seus principais objetivos e diretrizes para a qualificação profissional e as relações que eles estabelecem entre qualificação, mundo do trabalho e combate à discriminação da mulher. Para finalizar o capítulo, a discussão se concentrará sobre a qualificação profissional das mulheres trabalhadoras no âmbito do PNQ.

2.1. TRABALHO FEMININO E QUALIFICAÇÃO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

A existência do trabalhador (enquanto mercadoria) pressupõe a sua separação dos meios de produção. Durante o processo de trabalho, esses dois fatores se encontram novamente unidos, mas sob condições estabelecidas pelo capital e determinadas pelo “objetivo de valorização, de maximizar a produção de mais-valia e, tanto quanto possível, de eliminar todos os outros objetivos potencialmente conflitantes” (BRIGHTON, 1991, p.17).

Nesse contexto, a introdução da maquinaria é o auge do processo de desenvolvimento de subordinação real do trabalho ao capital, permitindo que o capital aproprie para si todas as funções de especificação, organização e controle da produção independente do trabalhador, e impondo seus objetivos de tal forma, que a relação do trabalhador com as condições de produção seja antagônica, tornando-o um “servente da máquina”: o trabalhador deve agir segundo a máquina.

Assim, o processo de trabalho capitalista é aquela forma específica de trabalho coletivo baseada na maquinofatura na qual o capital, tendo o

monopólio do conhecimento e do poder sobre as relações entre o trabalhador e os meios de produção, usa este poder, esta dominação real, a fim de fazer valer o objetivo da valorização (BRIGHTON, 1991, p.27).

Todo esse processo gera uma crescente desqualificação do trabalho, pois o capital deve visar rotinas calculáveis, padronizáveis, que possam ser executadas à velocidade máxima e que seja executado por uma força de trabalho barata e facilmente substituível.

O modo de produção capitalista, ao colocar a precedência da produção dos valores de troca sobre os valores de uso e concentrar o trabalho produtivo da mulher na produção de valores de uso, enquanto o masculino está na produção dos valores de troca, produz como resultado a sujeição da mulher e um acirramento da divisão sexual do trabalho, excluindo-a da produção social. Dessa forma, a sujeição da mulher guarda íntimas relações com a propriedade privada e com o uso que o capital faz de seu trabalho (PENA, 1981).

Com o advento da indústria moderna, sob o modo de produção capitalista, em que a utilização da maquinaria tornou a força muscular dispensável, ocorreu também a incorporação do trabalho feminino e infantil como força de trabalho disponível ao capital. Essa incorporação trouxe consequências para o conjunto da classe trabalhadora como analisa Marx no capítulo XIII de O Capital.

Dentre essas consequências, destaca-se o aumento do número de assalariados, “ampliando o material humano de exploração” (MARX, 1984, p.23) e estimulando a concorrência entre os trabalhadores e, com isso, baixando o custo da força de trabalho. Além disso, outro fator que contribui para a desvalorização da força de trabalho é o valor dessa mercadoria: antes determinado pelo tempo de trabalho necessário para a reprodução da família do trabalhador, agora é repartido entre todos os membros da família, ampliando também o grau de exploração, já que o capital consegue extrair mais excedente a um custo menor.

Ao incorporar na máquina uma série de operações a ser desempenhada por um único trabalhador, a indústria moderna rompeu com a hierarquia da manufatura entre trabalhadores qualificados e desqualificados com base no desempenho de atividades simples e complexas e em maior ou menor treinamento para a aquisição da qualificação. Ocorreu uma desqualificação do conjunto dos trabalhadores ao reduzir as tarefas a um mesmo nível e ao minar a capacidade do trabalhador de ter controle sobre o processo de trabalho, permitindo a participação feminina na sua execução e quebrando a resistência dos trabalhadores masculinos ao processo de desqualificação (PENA, 1981).

As funções familiares relegadas às mulheres, como as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, que não se tornam suprimíveis, precisam ser substituídas por trabalhadoras mais ou menos equivalentes e pelo consumo de mercadorias prontas, estimulando a produção e circulação de mercadorias e aumentando os gastos para a reprodução da família. “Ao menor dispêndio de trabalho doméstico corresponde, portanto, maior dispêndio de dinheiro” (MARX, 1984, p. 23, nota 122).

Conclui-se, dessa forma, que as desvantagens sociais sofridas pelas mulheres permitiram que sua força de trabalho fosse incorporada ao moderno sistema industrial em favor do capital na medida em que permitiu “o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que o masculino” (SAFFIOTI, 1976, p.36).

Segundo Nogueira (2004), o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, não só por destinar às mulheres os empregos mais precários e de baixos salários, mas também reservando para elas espaços específicos de atuação que, na maioria das vezes, estavam relacionados a atividades ditas “adaptadas” às suas capacidades inatas, tomando essa divisão como algo natural.

É de fundamental importância destacar que a divisão sexual do trabalho não é resultado da natureza feminina ou masculina, mas está inscrita nos próprios fundamentos da produção capitalista como modo de produção que se assenta sobre a desigualdade de classe, mas que se apropria de desigualdades de toda ordem para ampliar sua base de exploração (sexo, idade, etnia, entre outras). Sendo assim, embora o patriarcalismo seja anterior a ele, o capitalismo o utiliza e reforça como parte de sua própria dinâmica (PENA, 1981).

O trabalho feminino, no modo de produção capitalista, tem desempenhado funções de natureza idêntica ao do exército industrial de reserva como uma massa flexível de trabalhadores que está disponível para ser explorada de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital, acompanhando seus ciclos de expansão e de crise (PENA, 1981).

Tudo isso permite ao capital estimular a competição entre os trabalhadores por postos de trabalho, baixando o nível geral dos salários e contribuindo para uma menor resistência e maior sujeição da classe trabalhadora a trabalhos cada vez mais precarizados.

Ainda segundo Pena (1981), a participação feminina é central na organização interna desse exército industrial de reserva, pois à medida que o avanço tecnológico expulsa os

trabalhadores masculinos dos setores modernos da economia, as mulheres vão sendo incorporadas de forma crescente no comércio e nas indústrias tradicionais.

O quadro crítico que se abateu sobre o capitalismo a partir da década de 1970, como exposto anteriormente, de crise estrutural do capital, e que se estende até os dias de hoje, suscitou uma série de medidas de reestruturação com vistas a recuperar o ciclo reprodutivo do capital, por meio de transformações no próprio processo produtivo, e, ao mesmo tempo, recompor seu projeto de dominação societal, procurando “gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas de sociabilidade” (ANTUNES, 1999).

A nova forma de organização do trabalho, baseada no modelo de acumulação flexível, se fundamenta no uso das novas tecnologias microeletrônicas, sob uma estrutura produtiva mais flexível, que se utiliza da produção horizontalizada e das empresas terceirizadas, bem como de novas formas de gestão do trabalho, disseminando no plano discursivo o advento de um novo trabalhador, mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente, que propiciaria novas relações entre capital e trabalho e superaria as contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista.

No entanto, percebe-se com essas transformações uma intensificação da exploração e da precarização do trabalho, materializadas na crescente desregulamentação dos direitos do trabalho, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, destruição do sindicalismo de classe em favor de um sindicalismo de parceria com as empresas (KELLY²⁴ apud ANTUNES, 1999).

Segundo Nogueira (2004), todas essas transformações no mundo do trabalho mediadas pela reestruturação produtiva e pela emergência do modelo de acumulação flexível, levariam a um processo de “feminização do mundo do trabalho”. Esse crescimento do trabalho feminino pode ser constatado em nível mundial, superando os 40% da força de trabalho em diversos países ou superando o trabalho masculino como ocorreu no Reino Unido (ANTUNES, 1999).

No Brasil, desde a década de 1980, vem crescendo constantemente a participação feminina na população economicamente ativa (PEA)²⁵, tendo um aumento de 111,5% entre os anos de 1981 e 1998. Elas representavam 14,8% da PEA em 1981, passando a 31,3% em 1998

²⁴ Kelly, J. *Union Militancy and Social Partnership*, 1995.

²⁵ A PEA compreende o potencial de mão de obra disponível, incluindo a população ocupada e desocupada

(NOGUEIRA, 2004, p.69) e atingindo a marca de aproximadamente 43% em 2004 (DIEESE, 2006).

O aumento da participação feminina, no mercado de trabalho, também pode ser justificado por um aumento da participação das mulheres nas lutas de classe e na organização política e sindical, em busca do direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho reprodutivo e o enfrentamento em relação ao discurso conservador que destinava à mulher a posição de mãe e esposa (NOGUEIRA, s/d)²⁶.

No entanto, esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho não se dá de forma indiferenciada entre homens e mulheres: pelo contrário, se sustenta sobre uma divisão sexual do trabalho, em que as mulheres tendem a continuar auferindo menores salários e ocupando postos de trabalho mais precarizados e vulneráveis.

De acordo com Melo (2005), o trabalho das mulheres se concentra em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Ainda de acordo com a autora, a intensa terceirização da economia brasileira a partir da década de 1990 tem favorecido a inserção das mulheres no mercado de trabalho, visto que é na prestação de serviços que sua ocupação predomina, sendo o serviço doméstico remunerado sua maior alocação, abarcando 19% das trabalhadoras brasileiras. Segundo dados do PNAD/IBGE (2003), as mulheres representam 93,5% dos trabalhadores domésticos, 69% daqueles na produção para o autoconsumo e 55% dos não-remunerados (PNPM, 2004).

²⁶ Retirado do site:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/O%20trabalho%20femenino%20e%20as...pdf> acesso em 25/01/2010

Tabela 4

Distribuição das pessoas ocupadas por grupo de ocupação - Brasil 2001

Segundo sexo e tipo e de família²⁷

	Pobres			Indigentes			Não pobres nem indigentes		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Técnica, científica artística e assemelhada	1%	4%	2%	1%	1%	1%	7%	16%	11%
Administrativa	3%	3%	3%	1%	1%	1%	15%	17%	16%
Agropecuária e produção extrativa vegetal e animal	40%	30%	36%	65%	53%	60%	14%	10%	12%
Indústria de transformação	26%	8%	19%	13%	7%	11%	26%	9%	19%
Comércio e atividades auxiliares	9%	11%	10%	6%	8%	7%	12%	16%	14%
Transporte e comunicação	4%	0%	2%	2%	0%	1%	8%	1%	5%
Prestação de serviços	3%	36%	15%	2%	27%	11%	3%	23%	11%
Outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada	15%	8%	12%	10%	4%	8%	15%	8%	12%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003 apud Melo (2005, p.35) grifos nossos

A prestação de serviços é a primeira ocupação da mulher brasileira, independente da situação financeira, sendo superada apenas pela ocupação das mulheres consideradas por Melo (2005) como indigentes que se localizam no setor primário. Conseguem “melhores” ocupações no mercado de trabalho apenas as mulheres que não são consideradas nem pobres e nem indigentes.

Assim podemos concluir que a situação da mulher trabalhadora, nos países de capitalismo avançado da Europa, paralelamente à significativa feminização da força de trabalho, vem sofrendo acentuadas desigualdades no que tange a questão salarial, ao trabalho precário, ao trabalho em tempo parcial, ao subemprego e ao desemprego, o que configura uma significativa diferenciação na divisão sexual do trabalho naqueles países (NOGUEIRA, 2004, p.55).

Em seguida, a autora conclui que, embora esse fato seja recorrente, tanto nos países de capitalismo avançado quanto nos de capitalismo dependente, nos últimos, principalmente após a onda neoliberal e a reestruturação produtiva, ele foi muito mais acentuado.

²⁷ A autora faz a divisão dos tipos de família baseada na elaboração de linhas de pobreza, que levam em consideração o critério da renda

Segundo Hirata (2001-2002), a mundialização do capital, sobretudo a partir dos anos 1990, produziu efeitos complexos, além de contraditórios, com a regressão do trabalho masculino e o crescimento do trabalho feminino, principalmente em virtude da liberação dos mercados e a intensificação da concorrência internacional. Entretanto, pode-se inferir que esse processo nada tem de contraditório: ao contrário, segue a lógica de desenvolvimento capitalista ao utilizar a força de trabalho disponível, valendo-se das suas diferenciações internas para este ou aquele emprego, de forma a aumentar o seu rendimento.

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho, operada pelo capital, reserva para o trabalho masculino os postos de trabalho onde predominam atividades de concepção e capital intensivo – que envolve um número cada vez menor de trabalhadores – ao passo que as atividades que exigem menor qualificação, muitas vezes baseadas no trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras e aos demais grupos discriminados (negros, imigrantes, entre outros) (ANTUNES, 1999).

O que explica a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho em momentos de crise, como o quadro que se vivencia agora, é o fato de a mulher constituir um importante reservatório de mão de obra barata, flexível, sendo utilizada nos setores mais precarizados, como arma do capital, para dismantelar as normas de emprego dominantes e quebrar a resistência dos trabalhadores, com isso degradando o conjunto da classe trabalhadora.

Com relação ao nível educacional, constata-se que em 2003, a média de anos de estudo para o total das mulheres, no Brasil, era de 6,6 anos, enquanto a dos homens ficava em 6,3. Entre a população ocupada urbana, a diferença era ainda maior: 8,4 anos de estudo para as mulheres e 7,4 para os homens (PNAD/IBGE, 2003). A situação educacional das mulheres no Brasil tem melhorado, sobretudo no que se refere à queda na taxa de analfabetismo que passou de 20,28% em 1991, para 13,50% em 2000, entre aquelas com mais de 15 anos de idade (PNPM, 2004). No entanto, apesar de as mulheres apresentarem grau de escolaridade superior ao dos homens, isso não tem se refletido em melhores ocupações no mercado de trabalho.

Bandeira (2005) afirma que, mesmo nos países em que as mulheres conseguiram níveis educacionais equivalentes aos dos homens e onde foram disponibilizados sistemas de proteção contra a discriminação, como nos Estados Unidos e na Europa, as mulheres continuam sofrendo com o aumento do desemprego e /ou com sua natureza precária, aumentando a proporção de mulheres entre os pobres (BANDEIRA, 2005).

A pesquisadora Helena Hirata (2002), em estudo comparativo entre Brasil, França e Japão, conclui que o emprego das novas tecnologias não tem os mesmos efeitos sobre os homens e mulheres, quer se trate de países centrais ou periféricos, bem como atinge, de maneira diferenciada, as diversas categorias de trabalho, dependendo do lugar que ocupam na divisão técnica e social do trabalho, além do nível de qualificação.

Enquanto as pesquisas tendem a generalizar seus resultados, pautadas nos trabalhadores homens, em um só país muito industrializado ou em uma única categoria de assalariados, corroborando as assertivas acerca do surgimento de um novo trabalhador flexível, polivalente, participativo e mais qualificado, para as mulheres mão de obra flexível significa frequentemente mão de obra barata, contratada em tempo parcial (HIRATA, 2002).

Como destaca Toledo (2008), a qualificação é uma construção social definida de acordo com os interesses dominantes, levando, na sociedade capitalista, as mulheres a ocuparem cargos que não exijam responsabilidades, tomada de decisão, restando para elas as atividades monótonas, repetitivas, sendo as suas qualificações reconhecidas, apenas, como talentos femininos.

De acordo com Hirata (2002), as fronteiras entre a masculinidade e a feminilidade sociais, não são fixas. No entanto, a sua mobilidade parece decorrer das próprias exigências do processo produtivo em dado período histórico, de forma que o próprio capital se opõe a uma transitividade total dos atributos sexuais. Outro fato é que, embora possam variar esses atributos, o trabalho masculino é sempre mais valorizado que o feminino.

A divisão sexual do trabalho encontra-se em todas as sociedades; historiadores, sociólogos e etnólogos demonstraram que as modalidades dessa divisão variam fortemente no tempo e no espaço (...), mas embora as modalidades mudem, a verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino (KERGOAT apud HIRATA, 2002, p.280).

Abreu (1993, p.125) aponta que a ideia de que a incorporação das novas tecnologias de base microeletrônica permitiria uma igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, por eliminarem os trabalhos pesados e sujos, foi sendo desmentida ao longo das décadas, diante da “constatação irrefutável da reconstrução continuada das diferenças que mantinham o fosso entre trabalho qualificado dos homens e trabalho desqualificado das mulheres”.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não representou também uma diminuição das suas tarefas no trabalho reprodutivo. Sendo assim, elas acumulam as funções de trabalhadora do setor produtivo com as atividades domésticas e de cuidado com os filhos, tornando-as mais suscetíveis aos contratos parciais, temporários ou atividades informais que possam desenvolver “em casa”, que permitam que elas conciliem suas tarefas, aumentando o grau de flexibilização e precarização do seu trabalho.

O paradigma da “naturalidade” da divisão sexual do trabalho, impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, com um ônus alto pelo conjunto das funções reprodutivas. Mesmo o aumento de sua participação no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, e tampouco gerou, ainda, uma ruptura total com a estrutura patriarcal (MELO, 2005, p.4).

Conforme Harvey (2004):

Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa (HARVEY, 2004, p. 146).

O autor ainda pontua que uma das grandes vantagens do capital obtidas com o retorno a formas antigas de processo de trabalho, é o solapamento da organização da classe trabalhadora, como os sindicatos, por exemplo, que dependiam do acúmulo de trabalhadores nas fábricas. Nos trabalhos efetivados no âmbito doméstico a consciência de classe já não derivaria mais de uma relação clara entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares.

2.2. AS ANÁLISES PAUTADAS NA DISCUSSÃO DE GÊNERO

As divergências, até mesmo no campo da esquerda, sobre a questão de que a luta pela emancipação humana vai se dar no terreno da luta de classes têm feito surgir movimentos que se pautam cada vez mais em bens “extraeconômicos” como a emancipação de gênero, a igualdade racial, paz, ecologia e cidadania democrática (WOOD, 2003).

Nesse sentido, a partir dos anos 1980, surgiram os chamados “estudos de gênero” como “tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina

é sustentada em suas múltiplas manifestações” (ARAÚJO, 2000). Passou-se a investigar as relações entre homens e mulheres no campo das significações simbólicas, nos diversos domínios da cultura, da sociedade e da história (BENOIT, 2000), sendo essa concepção hegemônica nas pesquisas relacionadas ao gênero.

Nesses estudos, a dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres ganha destaque: a dimensão simbólica se sobrepõe à análise das bases materiais.

Gênero deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina (ARAÚJO, 2000, p. 69).

Restringindo a luta pela emancipação feminina ao campo da linguagem e do simbólico, alguns autores como Suárez²⁸ (apud BANDEIRA, 2005) destacam que a palavra “gênero” vem sendo utilizada com o propósito de demonstrar a relação histórico-cultural da desigualdade entre os homens e as mulheres, tirando o foco das diferenças naturais, podendo essa categoria “viabilizar simbolicamente a equidade entre homens e mulheres” (p. 8). Ainda segundo a autora, o uso reiterado dessa categoria pode possibilitar “a explicação da forma como a cultura constrói o masculino e o feminino, abrindo margem para uma desconstrução que é geradora de rupturas e transformações”.

Joan Scott, uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história, a define como uma forma primeira de significar as relações de poder, como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos: “estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social (1990, p.16).”

O conceito de gênero vem sendo requisitado como elemento central de análise da vida social, desvinculado de contextos sócioeconômicos concretos e das análises críticas às relações sociais capitalistas: “As desigualdades construídas socialmente, a partir do

²⁸ Suarez, M. “Gênero: Uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico.” **Gênero no mundo do trabalho**. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do fundo de gênero no Brasil. p. 16-30. Campinas: 2000.

sexo/gênero e da cor/raça, são eixos estruturantes das desigualdades sociais no Brasil, ou seja, atravessam as relações sociais da sociedade brasileira” (BRASIL, MTE, 2004c, p.24).

Mesmo quando se considera o sujeito como pertencente a uma classe social e/ou a uma etnia, quando esses elementos não se encontram num mesmo patamar de apreensão da realidade, o gênero assume a primazia. Saffioti (1994, p.274), ao discutir as ideias de Lauretis (1987) afirma que para a autora “É crucial reter essa ambiguidade do gênero, assim como a mobilidade e a multiplicidade de seu sujeito. Os sujeitos históricos têm suas relações reguladas pelo gênero, conjunto de representações absolutamente central na sociedade”, afirmando que para ela a subjetividade é privilegiada, podendo ser reconstruída nos interstícios das práticas constituídas, nas margens dos discursos e nas brechas das estruturas de poder/saber. No entanto, em seguida alega que:

Afirmar que o gênero vem em primeiro lugar significa atribuir-lhe primazia sobre os demais eixos de estruturação social, o que contraria as ideias nucleares aqui expressas. Colocam-se os três eixos na mesma posição, acreditando-se que não cabe ao cientista ordená-los em termos de sua capacidade de estabelecer ópticas de percepção e análise da realidade. A conjuntura do momento determinará qual dos três eixos deterá a preeminência nos sujeitos em interação (SAFFIOTI, 1994, p.280).

Além disso, a falta de um recorte de classe nessas pesquisas acaba por localizar na mesma luta, tanto as mulheres da burguesia quanto as da classe trabalhadora, como se seus interesses e necessidades não fossem diametralmente opostos. É muito diferente ser uma mulher escolarizada, com posses, vivendo numa área nobre de um grande centro e ser uma mulher sem escolaridade, sem emprego, sem condições mínimas de sobrevivência, nas ruas ou nas favelas da cidade.

Estivemos juntas, mulheres profissionais liberais, mulheres donas de casa, mulheres trabalhadoras rurais, mulheres extrativistas e da floresta, mulheres índias, mulheres lésbicas, mulheres de todos os créditos religiosos, mulheres urbanas, enfim, mulheres que entendiam o sentido dessa conferência: inscrever definitivamente na estrutura das políticas do nosso país a perspectiva da igualdade entre homens e mulheres (CNPM, 2004, p. 19).

Pela citação, percebe-se um chamado à participação e à colaboração em prol de um suposto objetivo comum, que poderia ser alcançado pelas mulheres, caso elas lutassem juntas, independente de origem ou classe social, ocultando as contradições entre capital e trabalho.

Com a agravante da Queda do Muro de Berlim, do “colapso do socialismo real” e da emergência das teses do fim das classes sociais, fim das ideologias e da história e, conseqüentemente, da utopia de uma sociedade alternativa ao capitalismo apregoa-se o nascimento de uma nova ordem mundial.

Essa “nova (des) ordem mundial” – marcada pela globalização, internacionalização, reestruturação econômica, mudança na base técnica do trabalho – possibilita a emergência e a difusão do pensamento que critica o universalismo, as concepções teóricas de caráter totalizante, em favor de uma aceitação do particular, do contingente e relativo.

As correntes que hoje buscam orientar as pesquisas em ciências sociais, amparadas nas ideias do pensamento pós-moderno, admitem o efêmero, o fragmentário, o descontínuo e a mudança caótica. Com isso, negam as metanarrativas, a metalinguagem, insistindo na pluralidade, onde a realidade não é tomada como um todo estruturado, mas como um somatório de particularidades onde as práticas políticas e econômicas são descoladas de sua materialidade e vistas como esferas autônomas, sendo impossível ao sujeito ter um conhecimento objetivo da ciência, que é sempre relativa e dependente do tempo e lugar (HARVEY, 2004).

Essas concepções se materializam nas teses sobre o fim da história, fim das classes sociais, sociedade pós-industrial e sociedade do conhecimento, cujos efeitos são a busca pela naturalização do modo de produção capitalista como único e último modo de produção possível.

Dessa forma, o conceito de classe social passa a ser questionado como elemento estruturador das relações sociais para dar espaço às “diferenças” tais como gênero, raça, etnia.

Segundo Frigotto (1995), essas transformações também tem implicações para o campo da esquerda:

(...) intelectuais de tradição de esquerda, que emigram de suas posições teóricas e políticas para as teses do pós-modernismo, vaticinam: o fim das classes sociais, dos paradigmas calcados na razão, da utopia de uma mudança estrutural das relações capitalistas, o fim do trabalho como categoria fundamental para entender a produção do ser humano como espécie e como evolução histórica (FRIGOTTO, 1995, p.78).

No campo teórico, segundo Marilena Chauí (apud FRIGOTTO, 1995, p. 79-80), a crise se manifesta pela negação de quatro aspectos teóricos básicos: a existência de uma esfera da

objetividade, propondo em seu lugar uma espécie de “subjetivismo narcísico”; uma continuidade temporal e um sentido histórico a ser captado pela razão, emergindo uma perspectiva do “descontínuo, do contingente e do local”; a presença de uma estrutura de poder materializada nas instituições e a crença no surgimento de micro-poderes disciplinadores do campo social; a negação de categorias universais, cedendo lugar à “diferença, alteridade, subjetividade, contingência, descontinuidade, privado sobre o público”.

Para Stabile (1999), as tendências pós-modernas teriam suas origens ligadas tanto aos sucessos do modo de produção capitalista, nas décadas de 1950 e 1960, quanto nos fracassos que se seguiram. Mattos (s/d) localiza o questionamento das pesquisas vinculadas às classes sociais na ampliação do poder de consumo da classe trabalhadora e melhor distribuição de renda nos países de capitalismo central, levando os cientistas sociais a apregoar o “fim da classe operária e a homogeneização das sociedades de capitalismo avançado, com a afirmação de uma onipresente “classe média” (p. 13).

Dois movimentos estruturais definem de forma sintética a essência do pós-moderno: 1) o esvaziamento do concreto pelo abstrato; 2) a redução do capital à invisibilidade através do efeito simulacro ou intensificação histórica da superfície (FINELLI, 2003, p. 102).

A subsunção real de toda a sociedade ao capital implica, portanto, uma fortíssima intensificação do fetichismo, cujas consequências – no plano da produção das ideologias e da difusão do consenso – expressam-se na hegemonia de filosofias e teorias de desmaterialização, que reduzem a realidade a algo constituído apenas por símbolos linguísticos, ou seja, fazem com que *o ser nada mais seja do que a linguagem* (FINELLI, 2003, p. 103, grifos no original).

A soma desses fatores levou a premissas sobre a impossibilidade de se analisarem as relações sociais a partir da luta de classes e a falta de perspectivas de uma transformação estrutural da sociedade.

Esse tipo análise pressupõe a realidade como imutável, a-histórica e, dessa forma, coaduna com uma ideologia que visa imobilizar a ação dos sujeitos enquanto capazes de conduzir a sua transformação e busca apaziguar os conflitos ao naturalizar as relações sociais, negando seu caráter histórico e colaborando para a manutenção da ordem vigente, a capitalista, que se baseia na exploração do homem pelo próprio homem.

Segundo Chossudovsky (apud BENOIT, 2000), os estudos de gênero fariam parte da contraideologia atual, cujas pesquisas são generosamente financiadas por agências e

instituições, como o Banco Mundial, para dar uma aparência de debate crítico e de compromisso com a mudança social, desde que não se toquem nos fundamentos sociais do sistema de mercado global.

Como expressão dessa tendência, vários documentos de conferências e convenções internacionais vêm sendo elaboradas no âmbito das Nações Unidas, como a Plataforma de Ação da Conferência Mundial das Mulheres, que ocorreu em Beijing (1995) e que tem forte repercussão na organização das mulheres.

Sob o discurso de que “o conceito de gênero serve como instrumento político de análise das relações entre homens e mulheres” (MORAES, 2005, p.12), busca-se justificar a diferenciação entre ambos os sexos no mercado de trabalho como fato determinado pela hierarquização entre os gêneros e que:

pensar a inclusão social, a construção de uma sociedade justa, igualitária, com vistas à cidadania de homens e mulheres, passa obrigatoriamente pelo reconhecimento das diferenças, da diversidade e pela rejeição de mecanismos discriminatórios de gênero e raça (MORAES, 2005, p.17).

Os processos educacionais e de formação profissional aparecem como de extrema importância para a elaboração de procedimentos e práticas que “desmistifiquem a concepção preconceituosa de gênero e possibilite a formulação e implementação de políticas públicas capazes de erradicar as diversas maneiras de discriminação contra homens e mulheres das diferentes raças, etnias” (MORAES, 2005, p.17).

Ao identificar as relações de gênero como estruturantes do conjunto das relações sociais, coloca-se a superação das desigualdades entre homens e mulheres como condição para que se resolvam os conflitos e contradições no mundo do trabalho, da política e da cultura.

Na Ordem do Capital é impossível resolver a questão da opressão/exploração. Séculos e séculos de prática social burguesa demonstram que esta só pode existir pela permanente expropriação subjetiva e objetiva das classes trabalhadoras. Estas têm, portanto, uma luta de classes crucialmente sobredeterminada. (...) A igualdade abstrata proclamada serve, serviu e servirá, para ocultar a desigualdade concreta. Todo esse processo de construção da “igualdade” revela-se produto de uma abstração formal, sem historicidades, sem determinações. A desigualdade real expressa, contudo, uma negação dessa opressão classista apresentada como “natureza humana” e como “regra do jogo”. A ideia de “natureza humana” é decisiva. Por ela cala-se as historicidades reais, concretas; cala-se a voz do subalterno (DIAS, 2010, p.149-152).

Esse tipo de abordagem, em que o gênero se configura como um fator determinante ou autônomo para a análise das relações sociais não dá conta de apreender a realidade como totalidade concreta, “quer compreender a realidade, mas frequentemente consegue ter “em mãos” apenas a superfície da realidade ou uma falsa aparência (KOSIK, 1976, p.129).

Desse modo, é primordial compreender que, embora existam especificidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, não é a desigualdade de gênero que explica o desemprego feminino ou as más condições de trabalho a que as mulheres estão submetidas. É a desigualdade de classe. É o desemprego estrutural, fatos que atingem o conjunto da classe trabalhadora.

Wood (2003) sinaliza que o capitalismo é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora, reduzindo-as a unidades intercambiáveis de trabalho, mas é flexível na capacidade de se valer de opressões, histórica e culturalmente construídas, como a opressão de gênero, para ocultar a lógica necessária do capitalismo e acirrar as condições competitivas do mercado.

Sendo a acumulação de capital garantida pela exploração da diferença de classe, em primeiro lugar, seguida pelas demais diferenças (geopolíticas, de raça, gênero, etnia, idade), deve-se supor que o aumento da acumulação só pode resultar do aumento das diferenças, como nos mostra Finelli (2003, p. 104, grifos no original), *“se a diferença é condição constitutiva da identidade acumulativa do capital consigo mesmo, então a acumulação do capital só pode implicar o aumento da diferença”*.

Assim, as opressões extraeconômicas escondem a realidade estrutural do sistema capitalista de exploração daqueles que detêm os meios de produção sobre aqueles que necessitam vender a força de trabalho, contribuindo para a fragmentação da classe trabalhadora.

Antunes (1995), ao analisar as metamorfoses no mundo do trabalho na contemporaneidade, aponta como principais características: o aumento do desemprego estrutural, a redução do operariado industrial e fabril, a subproletarização, o aumento do trabalho precário e o assalariamento crescente no setor serviços. Essas mudanças têm ocasionado, segundo ele, maior heterogeneidade, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, bem como o emprego crescente da mão de obra feminina.

A subproletarização do trabalho, marcado pelo trabalho precário, em tempo parcial, com contratos temporários, subcontratados, “terceirizados”, vinculados à “economia informal”, acarretam uma maior precariedade do emprego e remuneração, desregulamentação das leis trabalhistas, regressão dos direitos sociais e decréscimo do poder sindical (ANTUNES, 1995, p. 44).

Todas essas transformações, mediadas pela reestruturação produtiva e pela emergência do modelo de acumulação flexível, levariam ao que Nogueira (2004) denomina de “feminização no mundo do trabalho”, sendo acompanhada simultaneamente de uma maior precarização e exploração do trabalho.

Segundo Hirata (2001-2002), o capital tem usado a força de trabalho feminina como instrumento para dismantelar ainda mais as normas de emprego dominantes, pelo fato de elas terem menores coberturas legais no trabalho e nos sindicatos, podendo esse modelo se estender ou generalizar para toda a população ativa, inclusive a masculina, com consequências, portanto, para o conjunto da classe trabalhadora. Inclusive, no curso de seu desenvolvimento, o capitalismo tem se utilizado da força de trabalho feminina sempre que haja necessidade de baixar os custos da produção ou acelerar o ritmo de crescimento econômico (SAFFIOTI, 1976).

Também contribui para o aumento da participação feminina, nos trabalhos temporários e em tempo parcial, o fato de que cabe às mulheres o trabalho doméstico, na esfera da reprodução, sendo este imprescindível para o processo de valorização do capital (ANTUNES, 1995).

As análises, pautadas no conceito de gênero, que excluem as análises da materialidade das relações sociais no modo de produção capitalista, assentadas na divisão da sociedade em classes sociais, não só não são capazes de dar conta da totalidade, como acabam por reforçar a ideologia dominante.

2.3. POLÍTICA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO PARA A MULHER TRABALHADORA

A institucionalização das demandas com relação às mulheres no cenário político brasileiro possui uma história recente, acontecendo inicialmente com o Conselho dos Direitos da Mulher, no ano de 1985, que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, passou a se vincular ao Ministério da Justiça, sendo criada em 2002 a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao mesmo ministério. As principais demandas da Secretaria se referiam ao combate à violência contra a mulher, à participação da mulher no cenário político brasileiro e sua inserção no mercado de trabalho como estratégia para o combate à pobreza da população feminina (BANDEIRA, 2005).

Por ocasião das eleições presidenciais no Brasil, no ano de 2002, o então candidato Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), assume o compromisso de enfrentar as desigualdades de gênero e raça no país. Uma vez eleito, esse compromisso vai se refletir na criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e na incorporação do “desafio de diminuir a desigualdade de gênero e raça no país” no Plano Plurianual 2004-2007.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 1 de janeiro de 2003, tem como principal objetivo assessorar, direta e imediatamente, o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, a SPM, que atua com *status* de ministério, foi responsável pela mobilização dos diversos ministérios e secretarias, dentre eles o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), para a construção de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), onde estaria expresso o compromisso do governo e o reconhecimento do papel do Estado, como promotor e articulador de ações políticas, que garantam um Estado de direito e que deve promover políticas públicas que alterem as desigualdades sociais existentes (BRASIL, SPM, 2004b).

Com o intuito de compreender os objetivos da proposta de qualificação profissional de mulheres, expressos nos documentos disponíveis no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego, na subdivisão “combate à discriminação no trabalho” e de que forma eles se articulam com as novas exigências do mundo do trabalho, serão tomados para análise, os seguintes documentos, escolhidos por tratarem, direta ou indiretamente, da qualificação profissional de mulheres:

- I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Anais 2004 (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM)
- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM)
- Seminário de Transversalização de Gênero, Raça e Etnia no PNQ
- A Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas (Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres - SPM)
- Gênero e Pobreza no Brasil (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM)
- Relação Gênero e Raça na Política Pública de Qualificação

A SPM organizou em julho de 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reunindo 1780 delegadas representantes do governo e da sociedade civil, para discussão das propostas que dariam base para construção do PNPM. As propostas discutidas nesse evento foram construídas em plenárias municipais e conferências estaduais. Esse instrumento revela a aproximação buscada pelo governo com a sociedade civil, dando uma aparência de maior democratização. No entanto, essa aproximação, como será exposto ao longo do texto, se resume à discussão no âmbito da pequena política, com o intuito de reafirmar a hegemonia burguesa

Consolidar a igualdade de gênero e igualdade racial no país não depende só da vontade de um governo, mas depende, sobretudo, da construção de uma política de gênero no país, com atribuições claras e bem definidas para as três esferas do governo (...) dialogando e construindo-a com os poderes constituídos, e com a sociedade como um todo, especialmente com os movimentos de mulheres e os movimentos feministas (BRASIL, SPM, 2004a, p.9).

Os documentos analisados abordam a questão da igualdade como uma igualdade formal, jurídica e civil, mas que não entra em choque com a desigualdade econômica, vista apenas em termos de distribuição da renda e não como uma desigualdade de classe, assentada na divisão da sociedade em donos dos meios de produção e detentores da força de trabalho, como se essas relações sociais fossem naturais e imutáveis, aos moldes da hegemonia capitalista.

No primeiro dia, a conferência teve sua programação dividida em mesa de abertura, que contou com vários representantes governamentais, dentre eles ministros, senadores e deputada federal, além do próprio Presidente da República e com uma única representante da sociedade civil. Nessa mesa de abertura, a tônica se deu sobre a valorização e reconhecimento da organização e luta das mulheres em busca de seus direitos e sobre a necessidade de governo e sociedade atuarem juntos, em parceria, para a construção de uma plataforma concreta de trabalho: “As mulheres esperam que todos, governantes e sociedade, se juntem a nós nessa árdua empreitada de construir um mundo mais feliz, mais humano, mais solidário, mais digno” (BRASIL, SPM, 2004a, p.17).

Nessa conferência, além da grande ênfase na questão do diálogo entre o Estado e a sociedade civil, a Sr^a Nilcéa Freire, ministra da SPM, destaca ainda, na mesa de abertura, que as mulheres de todas as classes sociais, de todas as origens e ocupações, devem se manter unidas na luta pela igualdade de gênero, desconsiderando que a luta das mulheres se inscreve na luta de classes e que as mulheres da classe trabalhadora têm interesses antagônicos aos das mulheres da classe burguesa.

No painel 1 da I CNPM, cujo tema refere-se a uma análise da realidade brasileira as palestrantes constataram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, tais como: menor presença nos partidos e movimentos sociais e alta taxa de informalidade no emprego, o que não diferem dos apontamentos feitos anteriormente, no tópico 2.1.

A crítica ao modelo neoliberalista adotado pelo país, a partir da década de 1990, aparece na fala de algumas palestrantes, como da Sr^a. Suely Carneiro, doutora em Educação pela USP e diretora do Instituto da Mulher Negra:

As políticas econômicas neoliberais vêm aprofundando o fenômeno da feminização da pobreza, especialmente nos países não desenvolvidos. Graças à precariedade das políticas sociais, o desemprego estrutural, a migração forçada dos homens em busca de trabalho, a perda de capacidade de investimento dos Estados no desenvolvimento social e econômico dos nossos países (BRASIL, SPM, 2004a, p.41).

A crítica ao neoliberalismo como um modelo “injusto, predatório, insustentável, do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético”, não se estende, no entanto, ao modo de produção capitalista como um todo e a pobreza é abordada como uma má distribuição da renda, cujas bases estão na desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros, rurais e

urbanos sendo que a igualdade de gênero e raça levaria a uma igualdade na distribuição da riqueza.

Percebe-se com isso que não se busca uma ruptura com o modo de produção capitalista, colocando as relações de classe, gênero, etnia e raça como uma distribuição desigual de poder que possuem um mesmo patamar de explicação da realidade, advogando que através de políticas afirmativas e compensatórias, é possível alterar a situação das mulheres no sentido de promoção da igualdade de gênero.

Sob a ordem do capital não há – e nem pode haver – soluções para as crises produzidas pelo enorme fosso existente entre produção social e apropriação privada. É absolutamente claro que a construção social da riqueza tem seu solo matriz na eliminação da possibilidade da distribuição da riqueza, das possibilidades de acesso à cultura, à saúde, ao ócio necessário para a recomposição da capacidade produtiva das classes trabalhadoras, das classes subalternas. Nessa ordem, a totalidade das classes subalternas está submetida ao permanente processo de exploração/opressão (DIAS, 2010, p.143).

Abordar a pobreza, a distribuição desigual da renda, em termos de outras desigualdades que não a desigualdade de classe, pode levar a um obscurecimento das relações sociais que se dão no modo de produção capitalista e que sem a alteração das bases materiais em que essas relações se sustentam, não é possível uma igualdade substantiva na sociedade.

Diante da constatação de que as mulheres enfrentam diversas dificuldades no mundo do trabalho, como a informalidade já citada, menores salários, menores perspectivas de carreira, além de outros problemas como a violência contra a mulher, a ministra defende que um dos eixos centrais de atuação da SPM deve ser o apoio aos programas de capacitação para o trabalho:

Ainda para enfrentar a pobreza e ampliar a autonomia econômica das mulheres, um dos eixos centrais de nossa ação *posto que permite o enfrentamento dos demais desafios* colocados nessa conferência, apoiamos programas de capacitação para o trabalho e acabamos de assinar um convênio com o SEBRAE nacional e a Associação de Mulheres de Negócios para estimular o empreendedorismo feminino e criar oportunidades de geração de trabalho e renda (BRASIL, SPM, 2004a, p. 48, grifos nossos).

Convém destacar que, embora a defesa seja em prol da igualdade de gênero, o que se percebe é uma afirmação da necessidade da igualdade de oportunidades entre homens e

mulheres, o que de forma alguma busca romper com a concorrência entre os trabalhadores, um dos pilares do modo de produção capitalista.

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. (...), não se trava apenas entre diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar o seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses (...) Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele (ENGELS, 2008, p.117-118).

Isso permite perceber o quanto a desigualdade, culturalmente construída entre homens e mulheres, é funcional ao modo de produção capitalista, que permite que mulheres e crianças sejam empregadas em tempos de crise a salários mais baixos, trazendo consequências negativas para o conjunto da classe trabalhadora.

Segundo o documento da conferência, para que a autonomia das mulheres seja garantida, são necessárias políticas específicas voltadas para esse contingente em três níveis: 1) autonomia pessoal e econômica, ou seja, direito ao emprego, à igualdade salarial, acesso à terra e ao crédito, à profissionalização e à educação igualitária; 2) atuação do Estado para alterar a divisão sexual do trabalho em casa e no mercado; 3) autonomia sobre o próprio corpo.

O segundo dia da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres foi dedicado à discussão e definição das propostas que seriam encaminhadas à plenária final. Para tanto, as participantes foram divididas em 5 grupos de trabalho, estruturados por temas:

1. Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho e acesso ao crédito e a terra
2. Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento
3. Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais
4. Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos
5. Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

No que interessa a esse trabalho, convém destacar que foram apresentadas para o eixo temático 1 (enfrentamento da pobreza), 46 propostas de diretrizes para a construção do PNPM, sendo que 33 dessas foram aprovadas pela maioria (50% + 1) e que, em quase ¼ dessas propostas surge a questão da qualificação e o PNQ aparece como sendo o responsável por incorporar as demandas das mulheres em situações de vulnerabilidade.

Esse fato expressa uma aceitação do discurso ideológico que vincula a questão da qualificação profissional ao acesso ao mercado de trabalho e formas alternativas de geração de renda, atrelada às políticas de trabalho e emprego. Ao mesmo tempo em que se desvincula de uma política de educação, embora exista um eixo específico para a educação (eixo 5), a qualificação profissional não aparece em nenhuma de suas propostas.

A partir dessa conferência foi construído o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM), lançado em 2004. Esse documento vem ratificando os apontamentos e deliberações daquela plenária.

Dessa forma, ele reconhece e aponta as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho:

Os dados disponíveis sobre mercado de trabalho indicam as dificuldades que um contingente importante de mulheres, especialmente as mais pobres e com menor escolaridade, ainda enfrentam para poder entrar no mercado de trabalho (BRASIL, SPM, 2004b, p.37).

Mas apesar de fazer esses apontamentos, o que se propõe, para alterar essa situação, é a participação dessas mulheres nos cursos do Plano Nacional de Qualificação:

Visa aumentar a chance de inserção das populações mais vulneráveis no mercado de trabalho, por meio do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), de responsabilidade da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), do MTE, que tem por objetivo planejar, articular e financiar a execução de ações de qualificação, certificação e orientação profissionais, articuladas com as políticas de emprego, educação e desenvolvimento (BRASIL, SPM, 2004b, p.41).

Melo (2005) destaca que as políticas públicas antipobreza devem enfrentar três desafios: impedir que as pessoas morram de fome; possibilitar oportunidades para que os pobres saiam da pobreza via programas de geração de renda, microcrédito e/ou desenvolvimento sustentado local e, por fim, impedir, através de uma política social que se caia na pobreza. É, nesse segundo desafio, que se enquadra a questão da qualificação social e

profissional via PNQ. Contudo, como foi discutido no capítulo anterior, os cursos oferecidos são precários, as ações se concentram no setor de serviços, considerado menos importante e com menor remuneração e que como será abordado a seguir, não enfrentam a questão da elevação da escolaridade dessas trabalhadoras.

O PNPM aponta ainda uma série de tipos de discriminação contra as mulheres trabalhadoras:

Os tipos mais frequentes de discriminação que ocorrem contra as mulheres trabalhadoras estão relacionados à gravidez, à raça, às portadoras de HIV e às mulheres com deficiência ou reabilitadas. Elas são vítimas de assédio sexual, demissão arbitrária e ilegal ou de hostilidades no local de trabalho como forma de forçar pedidos de demissão (BRASIL, SPM, 2004b, p.39).

Mas, ao observar mais atentamente essas formas de discriminação, percebe-se que elas atingem ao conjunto da classe trabalhadora: nenhuma delas é específica das mulheres, excetuando-se a gravidez, por razões óbvias.

As ações do PNPM foram traçadas a partir de quatro linhas de ação: 1) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2) educação inclusiva e não sexista; 3) direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4) enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, SPM, 2004b).

Com relação à primeira linha de atuação, interesse principal desse trabalho, os principais objetivos são (BRASIL, SPM, 2004b, p.42):

1. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.
2. Promover a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho.
3. Promover políticas de ações afirmativas que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos.
4. Ampliar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar.
5. Promover o direito à vida na cidade com qualidade, acesso a bens e serviços públicos.

No próximo tópico, será aprofundada a reflexão acerca da qualificação profissional dessas mulheres.

2.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA MULHER TRABALHADORA

Na primeira parte do capítulo I – Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania do PNPM, é traçado um panorama da situação da mulher no Brasil com relação ao trabalho. Constata-se que as mulheres representam 57% do trabalho informal, recebem menores salários para igual trabalho, se concentram principalmente no setor serviços e em ocupações consideradas menos importantes e com menor remuneração, embora tenham escolaridade superior à dos homens (BRASIL, SPM, 2004b, p.37).

Para reverter essa situação, o documento propõe o investimento do Estado em articulação com a sociedade civil na capacitação profissional dessas trabalhadoras.

A capacitação para enfrentar as desigualdades no mundo do trabalho é vista como essencial para a inclusão social, para crescimento com geração de trabalho e renda ambientalmente sustentável, ampliação da probabilidade de permanência no mercado de trabalho e elevação da produtividade (BRASIL, SPM, 2004b, p.43).

A qualificação profissional, integrada a outras políticas, deve se constituir em um espaço de negociação coletiva e objetivar a integração entre trabalho-educação-desenvolvimento: “A integração com outras políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda, com as políticas de educação e com as políticas de desenvolvimento é o princípio básico da política de qualificação” (MORAES, 2005, p. 28).

Assim, sob o discurso de universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, como, mas priorizando o atendimento de alguns segmentos, busca-se ocultar o caráter de política pública compensatória e focalizada.

A mulher, considerada grupo vulnerável na sociedade, deve ter acesso à qualificação profissional para que possa sair da condição de vulnerabilidade e conquistar a igualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, para atingir o objetivo 1 “promover a autonomia econômica e financeira das mulheres”, as prioridades são 1.1 “ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho” e 1.2 “promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio” (BRASIL, SPM, 2004b, p.44).

A partir dos objetivos e prioridades, é traçado um plano de ação para sua concretização e do plano de ação para a prioridade 1.1, das sete ações propostas, três se referem

especificamente à qualificação, refletindo mais uma vez a relação estabelecida, no discurso, entre a qualificação e o acesso ao mercado de trabalho.

Consoante isso, o PNPM visa aumentar a chance de inserção dessas mulheres vulneráveis no mercado de trabalho por meio do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), aumentando a sua taxa de participação nesse plano em 50%.

Paralelo ao PNPM, o MTE realizou, em setembro de 2004, um seminário intitulado “A Transversalização de gênero, raça e etnia no PNQ,” como parte do projeto “Desenvolvimento de ações no campo da qualificação social e profissional para a promoção da inclusão social de trabalhadores e trabalhadoras”, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo desse seminário era capacitar os coordenadores dos Planteq’s/PNQ estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas afirmativas de gênero, raça e etnia nos programas de qualificação social e profissional.

O documento contribui ainda para reforçar o discurso de que há empregos no Brasil e o que falta são pessoas qualificadas para ocupar as vagas existentes:

As oportunidades estão surgindo, os empregos estão sendo gerados, mas eles somente serão aproveitados se as trabalhadoras e os trabalhadores estiverem qualificados. Se essa equação for resolvida, o Brasil crescerá com inclusão social (BRASIL, MTE, 2004c, p.2).

Embutido nesse discurso, percebe-se o par inclusão/exclusão social sendo tratado como uma “disfunção social” ou como “inadaptação individual”, como se certos grupos ou indivíduos não conseguissem se adequar à vida social e que isso pode ser corrigido ou superado por meio do sistema educacional (FONTES, 1997, p.2).

Nessa ocasião, a Coordenadora Geral de qualificação do MTE, Eunice Léa de Moraes, afirma que o PNQ, por seu caráter “educativo e regulador”, ao incorporar entre seus esforços a “redução da pobreza e a luta contra a discriminação”, permitiria a inclusão de mulheres, negros e índios, podendo trazer grandes contribuições para a sociedade brasileira.

Em outro documento (MORAES, 2005), os processos de educação e de formação profissional aparecem como sendo de extrema importância para a elaboração de diretrizes e práticas pedagógicas capazes de desmistificar a concepção preconceituosa de gênero, possibilitando a formulação e implementação de políticas públicas eficazes para erradicar as diversas maneiras de discriminação.

Mais uma vez, o que não se revela nesse discurso é que a pobreza e a construção sócio-histórica de processos discriminatórios são decorrentes das relações sociais, vigentes no modo de produção capitalista e não podem ser modificadas de forma idealista.

É nesse sentido que Marx (2008, p. 172) afirma que, para acabar com as diferenças de classes em geral²⁹, é necessária a abolição de todas as relações de produção em que elas se apoiam, a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem dessas relações sociais, pois:

(...) os homens, ao desenvolverem sua produção e seus intercâmbios materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 2007, p.94).

Moraes (2005) chega a apontar que há uma diferenciação entre ser uma mulher branca rica e ser uma mulher negra pobre e que elas serão educadas e ocuparão papéis diferenciados na ordem social, mas não articula essa diferença com a estrutura social em que vivem essas mulheres, não conseguindo alcançar a essência, a base dessa diferenciação.

O diretor do departamento de qualificação do MTE, Sr. Almerico Lima, ressaltou na mesa de abertura que o PNQ vem mostrando dados qualitativos e quantitativos animadores, com uma presença maior de jovens e de mulheres frequentando os cursos, mas que o tipo de cursos frequentado pelas mulheres ainda se encontra restrito àqueles ligados à função de “cuidados” ou maternal (BRASIL, SPM, 2004c).

O eixo central das atividades da SPM deve ser o de promover a transversalização de gênero nas políticas públicas brasileiras, devendo as diretrizes de 1) independência econômica por meio do acesso ao emprego e à garantia de direitos; 2) acesso ao crédito; 3) equidade salarial; 4) capacitação profissional, serem norteadoras do PNPM para garantir “a igualdade de oportunidades para mulheres e homens no mercado de trabalho” (BRASIL, SPM, 2004c, p.2-4).

A transversalidade de gênero nas políticas públicas visa a uma integração entre os diversos ministérios e secretarias, devendo essa categoria ser assimilada pelo conjunto das políticas públicas brasileiras, aumentando a eficácia dessas políticas com relação à diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, sendo ainda, o fracasso da transversalização da

²⁹ Entende-se por “acabar com as diferenças de classes em geral” a abolição das diferenças entre as classes e intraclasses sociais.

perspectiva de gênero identificado como uma das principais causas do aumento da pobreza entre as mulheres (BANDEIRA, 2005).

As principais demandas apresentadas para a capacitação profissional são:

- a) Implementação de políticas públicas de escolarização, formação profissional e capacitação, voltadas para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, em condições justas e igualitárias;
- b) Implementação de projetos de qualificação profissional que garantam o acompanhamento psicossocial, elevação da escolaridade e conhecimento tecnológico, visando a inserção no mercado de trabalho, especialmente para as mulheres em situação de violência, gestantes, solteiras e pobres, empregadas domésticas, mulheres com deficiência, refugiadas e ex-presidiárias. Essas demandas deverão ser incorporadas pelo PNQ;
- c) Garantia de vagas em cursos profissionalizantes de gestão do próprio negócio às mulheres em situação de risco social e/ ou pessoal, inclusive as egressas do sistema prisional, em medidas sócio-educativas e portadoras de doenças crônicas (BRASIL, MTE, 2004c, p.5).

O aumento da capacidade produtiva das mulheres seria um fator preponderante para quebrar o ciclo da pobreza feminina (BANDEIRA, 2005, p.12). O acesso ao crédito por parte das mulheres visa a contribuir para a sua inserção no setor produtivo através de iniciativas autônomas e/ ou associativas, devendo ser feito em parceria com instituições financeiras públicas ou privadas.

Além desse claro apoio ao empreendedorismo, o documento também reforça a necessidade de se vincular a qualificação profissional ao mercado de trabalho, orientando os coordenadores estaduais e municipais a realizarem um diagnóstico da situação local para orientar os cursos que devem ser oferecidos em cada cidade.

(...) a qualificação deve ser vista como um conjunto de políticas que se situam na “fronteira” Trabalho e Educação, intrinsecamente vinculadas a um projeto de desenvolvimento incluyente, distribuidor de renda e redutor das desigualdades sociais (BRASIL, MTE, 2004c, p.20).

O documento apresenta como determinantes da pobreza das mulheres e negros: 1) maior dificuldade das mulheres de acesso ao trabalho em função das responsabilidades reprodutivas; menor escolaridade dos negros; falta de qualificação profissional para ambos; 2) desigual valorização social e econômica do seu trabalho; 3) desigual acesso aos recursos produtivos; 4) desigualdade nas oportunidades para participar da tomada de decisões.

Ao apontar esses fatos como determinantes da pobreza, e não, como efeitos que surgem a partir de relações sociais mais amplas, que se baseiam estruturalmente sobre a desigualdade de classe, limitam-se a compreensão da realidade e as perspectivas de ação política.

Não se quer dizer com isso que as mulheres não enfrentam dificuldades e discriminação, mas apresentar a situação de pobreza da mulher como decorrentes da desigualdade entre homens e mulheres e não, a pobreza e as desigualdades sociais como produto necessário das relações sociais capitalistas, não permite identificar com clareza contra quem e contra que deve se orientar a luta de homens e mulheres pela igualdade efetiva.

A igualdade aparece apenas como “igualdade de oportunidades”, propalada no discurso hegemônico como o objetivo a ser perseguido. No entanto, ela não é viável numa sociedade que se ergue sobre a desigualdade e sobre a exploração de uns sobre os outros. Esse discurso reforça a desigualdade e ameniza os conflitos de classe na medida em que responsabiliza os sujeitos pela sua inserção no mercado de trabalho.

A política, sob a Ordem do Capital, aparece como universalizadora e uniformizadora dessa sociedade. Ao propor a igualdade jurídica formal — a cidadania — como padrão da atividade social e ao mostrá-la como algo “natural”, escondem-se as cisões, fissuras, contradições, lutas. Cada indivíduo, sendo igual aos demais, acaba por transformar-se em parceiro. A contradição e a luta metamorfoseiam-se em harmonia. A luta de classes é, então, apresentada como algo demoníaco, inventada pelos que querem destruir a vida social. Basta examinarmos mais de perto a cena política para ver o que o proposto *diálogo entre parceiros* se realiza entre a guilhotina deles e o nosso pescoço. (DIAS, 2010, p.147).

Ao relatar a situação do empresariado, o documento apresenta a necessidade de estímulos aos empresários para que possa aumentar a participação do trabalhador no mercado de trabalho, explicitando a necessidade de flexibilização das relações de trabalho, uma das premissas do neoliberalismo: “É preciso melhorar as relações de trabalho para dar conta desse dilema” (BRASIL, MTE, 2004c, p.13).

A referida escritora deixa ainda como tarefa dos Estados o levantamento diagnóstico da situação do mercado de trabalho e um plano de desenvolvimento para que os cursos sejam balizados nele, a fim de que se evite o oferecimento de cursos que não sejam coerentes com as necessidades locais, numa ligação clara entre qualificação e mercado de trabalho. Outra questão que se coloca para o Estado é que mais do que qualificar a demanda, deve estimular

que a sociedade civil se encarregue disso, como um chamado à participação da sociedade civil através da “responsabilidade social”:

Os coordenadores não precisam imaginar que eles têm que qualificar toda a demanda existente sozinhos. Na verdade, eles precisam assumir um papel de animadores, de integradores dos movimentos sociais, que podem ajudar muito nesse processo. *Mais do que fazer, seu papel é fazer com que outros também façam o que é necessário em termos de qualificação profissional* (BRASIL, MTE, 2004c, p.14, grifos nossos).

A Sra. Eunice Lea de Moraes apresentou durante esse seminário o PNQ sob a perspectiva da transversalização de gênero, raça e etnia considerando que a educação e a qualificação têm um papel fundamental na construção da igualdade de gênero.

A Sra. Gladis Gassen finalizou o seminário dizendo que, para o enfrentamento da discriminação de gênero, dada a sua complexidade na sociedade brasileira, seria necessária uma política articulada partir de uma série de ações (BRASIL, MTE, 2004c, p. 27, grifos nossos):

1. Implementar programas e ações *focalizadas* em grupos de mulheres, particularmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica;
2. Transversalizar essas questões no processo de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas de qualificação social e profissional;
3. Articular a *participação de diversos atores*: governo, organizações sindicais e empresariais, movimento de mulheres e demais organizações e movimentos da sociedade civil;
4. Criar *instâncias de diálogo e concertação social* em torno do tema;
5. Garantir estratégias adequadas de formação par que o programa seja acessível, pertinente e efetivo. Ou seja, *qualificar para o mundo do trabalho*, analisando criticamente as demandas do mercado, *à luz do tripé trabalho, educação, desenvolvimento*.

A partir dessas ações, fica evidente a aproximação do seminário e a elaboração do documento com as premissas neoliberais, com o desenvolvimento de uma política pública focalizada, com um chamado à participação da sociedade civil na execução das políticas, criação de instâncias de concertação social e uma qualificação voltada para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho.

Isso posto, verificamos que a autora não reconhece que o aumento do desemprego e a intensificação da precarização do trabalho vem atingindo o conjunto da classe trabalhadora, não apenas as mulheres, o que é fruto do processo de reestruturação produtiva, com emprego

de tecnologias poupadoras de mão de obra e do modelo de acumulação flexível, adotado pela maioria dos países a partir da década de 1970. Sendo assim, medidas assistencialistas e compensatórias no âmbito das políticas públicas, não são capazes de reverter esse quadro estrutural.

No capítulo seguinte, será abordada a formação da mulher trabalhadora no âmbito do PNQ, passando da análise documental para a materialização dessas iniciativas na cidade de Juiz de Fora no ano de 2007.

CAPÍTULO III

A EXPERIÊNCIA DO PNQ NA FORMAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

Nos capítulos anteriores, foram abordadas as questões da qualificação profissional através do PNQ e as políticas de qualificação para as mulheres tomando por base os documentos oficiais, disponibilizados no sítio do Ministério de Trabalho e Emprego.

Diante da constatação de que as mulheres enfrentam diversas dificuldades no mundo do trabalho, como a informalidade, menores salários, menores perspectivas de carreira, além de outros problemas como a violência, o Ministério defende que um dos eixos centrais de atuação das políticas públicas voltadas para as mulheres deve ser o apoio aos programas de capacitação para o trabalho para “estimular o empreendedorismo feminino e criar oportunidades de geração de trabalho e renda” (BRASIL, SPM, 2004a, p. 48).

A mulher, considerada grupo vulnerável na sociedade, deve ter acesso à qualificação profissional para que possa sair dessa condição de vulnerabilidade e conquistar a igualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, a qualificação aparece como panacéia para os problemas que as afligem e que deve ser estimulada no âmbito do PNQ. Os documentos apresentam um aspecto ideológico, ao apresentar a qualificação como redentora e ao sugerir que, a partir dela seria conquistada uma vaga no mercado de trabalho, maior autonomia financeira e que levaria a essa igualdade de gênero. Dessa forma, se oculta o desemprego estrutural e a inserção subordinada da mulher no processo produtivo.

No capítulo III, pretende-se contrapor as diretrizes dos documentos ao que de fato ocorreu nos cursos de qualificação profissional oferecidos às mulheres na cidade de Juiz de Fora, utilizando como instrumento principal de análise entrevistas semi-estruturadas com mulheres egressas dos cursos do PNQ no ano de 2007, complementadas pela análise do material didático e entrevista com representantes da SEDESE que participaram da execução do plano.

A análise documental se refere ao período de 2003 a 2007 e, por se tratar de entrevistas com egressas, as mesmas foram realizadas em 2009 com mulheres que participaram dos cursos no ano de 2007.

O roteiro de entrevista de egressos aborda questões relativas ao perfil dessas mulheres, dados familiares, situação socioeconômica, antes e depois do curso, e questões específicas sobre o curso.

Foram entrevistadas 17 mulheres, o que representa 17% do total de mulheres atendidas pelo plano, distribuídas nos seguintes cursos: 3 do curso de montagem e manutenção de computadores; 4 de técnicas de recepção; 3 de preparo de pizzas; 4 de preparo de pães e doces e 3 de higiene e manipulação de alimentos³⁰.

O roteiro, direcionado para a pesquisa com gestores da política de qualificação no município, abrange questões relativas ao desenvolvimento do PNQ em Juiz de Fora.

3.1 O PNQ VIA PLANTEQ/MG NA CIDADE DE JUIZ DE FORA

Como foi exposto anteriormente, em cada Estado da federação deve haver um órgão do governo estadual, encarregado da gestão dos assuntos referentes a trabalho e a emprego com a responsabilidade de planejar as ações de qualificação profissional a serem desenvolvidas pelos municípios. A SEDESE (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esporte) é o órgão responsável pela elaboração e monitoramento do PlanTeQ/MG, através da sua Diretoria de Qualificação Profissional (DQP). Cabe a essa diretoria a consulta às prefeituras municipais sobre as suas demandas de qualificação, que devem ser justificadas e condizentes com as necessidades de desenvolvimento econômico e social local.

O diagnóstico das potencialidades e carências econômicas de Juiz de Fora fica sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda, um conselho tripartite, composto por representantes dos empresários locais, representantes dos trabalhadores e de governo, sendo que em nível nacional o governo é representado pela EMBRAPA, o governo estadual pela SEDESE e o municipal pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Cabe então a esse conselho estabelecer meios de diálogo entre os diversos segmentos que compõem a sociedade civil, para que entrem em consenso sobre as demandas de qualificação profissional para esse município.

³⁰ Além desses cursos, foi oferecido o curso de estética corporal, que não é representado por nenhuma das entrevistadas, pois não foi possível localizá-las, em decorrência da ausência de dados no SENAC.

Esse tipo de organização, de forma tripartite, como foi descrito anteriormente, sugere que é possível uma conciliação de interesses entre trabalhadores e burgueses, sob uma aparência de democratização das decisões políticas, camuflando o antagonismo entre essas duas classes.

De acordo com Sandra Bara, funcionária licenciada da SEDESE e que esteve à frente do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Juiz de Fora, desde sua instituição em 1995 até 2005, esse conselho é muito participativo e faz uma pesquisa ampla dentro do município para definir essas demandas:

A gente se reportava ao conselho, então, ao governo municipal, estadual e federal, aos sindicatos e aos empresários, né?! E com isso a gente pedia pra que eles fizessem uma pesquisa dentro de cada seguimento pra que apresentasse pra gente uma proposta do que seria mais interessante em termos de qualificação profissional (SANDRA BARA).

No entanto, ela deixa claro que o objetivo não era atender à necessidade ou à vontade do trabalhador, mas qualificar dentro daquilo que o mercado de trabalho esperava:

Aquilo que o mercado precisava, não aquilo que o trabalhador desejava, mas aquilo que o mercado precisava. Porque? Quando nós começamos a fazer esse trabalho em 97, nós fizemos uma pesquisa bem ampla aqui em Juiz de Fora. Pesquisa de campo mesmo, ouvindo o trabalhador, ouvindo o sistema “S” e outras empresas que promoviam a qualificação profissional. Só que a gente percebeu o seguinte: que havia um desnível entre o que o trabalhador desejava e o que o mercado estava precisando. Não havia uma sintonia nisso (SANDRA BARA).

A falta de sintonia entre as expectativas do trabalhador e do mercado de trabalho deveriam, no entanto, ser ajustadas a favor do mercado, que deve direcionar a política de qualificação profissional no município.

Então a gente começou a direcionar essa preocupação, tá?! Então assim, fazendo reunião com o sistema “S”, reunião com empresários, reunião com trabalhadores, na tentativa de passar a régua, ou seja, criar um denominador comum, que atendesse a demanda do mercado e que ao mesmo tempo diminuísse o nível de desemprego (SANDRA BARA).

Mesmo o trabalhador não tendo suas expectativas atendidas no plano, tem-se uma impressão de maior democratização das decisões políticas, porque todos podem expor suas

demandas. Mas, ao fim do processo, o que prevalece é o interesse do mercado e a noção de que ao trabalhador só interessa o acesso ao emprego.

Por essas falas, percebe-se a afinação do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda ao discurso que vincula qualificação, mercado de trabalho e desenvolvimento. Não há a preocupação com o atendimento das necessidades do trabalhador, de uma educação ampla e integral, nos moldes expostos no capítulo 1 (p.34), mas a de oferecer uma qualificação que possa responder às necessidades do empresariado local, que vai dispor de uma mão de obra qualificada sem precisar investir recursos privados, havendo o financiamento público.

Marcelo do Nascimento, funcionário da SEDESE, que também atuou como secretário executivo do conselho, revela que atualmente a demanda por qualificação profissional no município tem sido levantada majoritariamente pela Secretaria de Assistência Social, com o intuito de reinserção no mercado de trabalho, de pessoas em situação de vulnerabilidade:

As demandas que surgiram no conselho foram baseadas muito no próprio interesse da prefeitura municipal de Juiz de Fora, seja da secretaria de assistência social, na tentativa de reinserção de pessoas que estão fora do mercado de trabalho, numa situação de vulnerabilidade, ou as pessoas que poderiam ir pra uma situação de vulnerabilidade, tentando aproveitar, por outro lado, o interesse da FIEMG /zona da mata, centro industrial e também das centrais sindicais dos trabalhadores que estão representadas no conselho é no sentido de que dê a oportunidade de qualificação dessa mão de obra, uma vez pensando que a gente pode superar as dificuldades que tem em Juiz de Fora de busca de gente qualificada porque há um cenário de empresas que podem vir pra cá, mas também costumam ter que importar mão de obra de outros centros, por não ter pessoas qualificadas aqui (MARCELO DO NASCIMENTO).

Entretanto, ainda que com um conselho atuante, com uma proposta de qualificar para o mercado de trabalho, de acordo com os moldes previstos no PNQ, como já foi evidenciado, ao encaminhar as propostas para a SEDESE para a elaboração das ações a serem executadas no município, essas demandas não eram atendidas:

É, isso aconteceu muito, tá?! A gente mandava sempre um plano, dentro da data legal, da data que tinha que validar, toda a consulta feita previamente junto ao conselho, lê-se: todas as instituições verticalmente ligadas à ele, tá?! A gente fazia essa pesquisa ampla, então o que ia pra Belo Horizonte era realmente a necessidade definida pelo município. Eles mudavam! Muita coisa era mudada lá, infelizmente. Aparecia curso que a gente não pediu,

curso que não foi solicitado, o que foi solicitado... 90% do que foi solicitado não era atendido (SANDRA BARA).

As ações do PNQ em Juiz de Fora, viabilizadas através do PlanTeQ/MG foram executadas majoritariamente pelo sistema “S”, via Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O Senac é uma instituição de capacitação profissional, com foco no aprendizado para a área do comércio, principal ramo de atividade econômica do município.

Tabela 5 - Distribuição nominal da evolução da o emprego da mão de obra em Juiz de Fora por setor de atividade em 2007

Atividade economica	Total Admis	Total Deslig	Saldo
Extrativa mineral	18	12	6
Ind. De Transformação	7.874	7.051	823
Serv. Ind. Util. Púb.	142	70	72
Construção Civil	5.853	5.740	113
Comércio	14.004	12.456	1.548
Serviços	17.872	15.552	2.320
Administração Pública	31	56	-25
Agropecuária	316	395	-79
Outros	0	0	0
Total	46.110	41.332	4.778

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do Anuário Estatístico de Juiz de Fora (2008, tabela 5.77)

Em um Histórico do Centro de Formação de Juiz de Fora³¹ (mimeo), produzido pelo Senac /Minas para atestar sua capacidade executora para a SEDESE, evidencia-se a tradição dessa instituição de ensino na cidade e sua proximidade com as propostas de qualificação do PNQ:

O Centro de Formação Profissional de Juiz de Fora foi criado em 10 de outubro de 1960. Ao longo de sua trajetória procurou construir a sua história em sintonia com as exigências do mercado, sempre ciente do seu papel de formar pessoas que respondam efetivamente à modernidade que se estabelece nas empresas (SENAC, s/d).

Além disso, o Senac era indicado pelo próprio conselho para ser o executor em Juiz de Fora:

[e aqui em Juiz de Fora, o principal executor foi o sistema “s’?] foi o sistema “s”, ta?! Pelo menos a nossa preocupação enquanto conselho

³¹ O acesso a esse documento se deu em pesquisa de campo no Senac Juiz de Fora.

de emprego era sempre recomendar que o sistema “s”, que estava comprometido com a proposta de fazer o alinhamento, fosse o executor, ta?! Não uma empresa, uma instituição, alheia à realidade local.

O Senac é apontado como instituição comprometida com os interesses locais, como se essa instituição fosse “neutra”, ou como se os interesses locais fossem únicos, consensuais, sem contradições de classe. No entanto, como representante do empresariado, é a esse segmento que o Senac visa atender.

Algumas instituições que vieram executar cursos em Juiz de Fora, não tinham estrutura física para oferecer, mesmo sendo esse um pré-requisito para se candidatar à entidade executora:

Por mais que eles pleiteassem, a gente pleiteasse o sistema “S”, acabava vindo alguma instituição de fora, que não conhecia a realidade daqui e caía de pára-quedas para executar os cursos (...) eu nem sei listar pra você quantos, mas muitas instituições de Belo Horizonte, do triângulo mineiro, baixava aqui para fazer. Aí não conhecia nada e saía pedindo apoio ao conselho pra executar, a gente só falava: vocês estão sendo pagos pra fazer isso! Não é nossa função criar a estrutura física. Por isso que a gente recomendava que os cursos fossem ministrados pelo sistema “S” local, que já tem a estrutura física pra isso. [então, mas um dos requisitos pra pessoa se candidatar, instituição no caso, é ela ter condições físicas, instalações, para a execução do curso, não é?] sim, sim, concordo. Pois é! (...) uma coisa é a prática, outra coisa é a teoria. Ela chegava perdida, porque não conhecia a cidade. Então ela veio pra cá executar: “Onde que eu posso fazer o curso? Será que você podia me arrumar isso? Arrumar aquilo?” Ela não conhecia a cidade, ao invés dela vir pra cá com antecedência e se ajustar pra realidade local, ela chegava na véspera e pedia ajuda ao conselho, né?! Algumas vezes a gente até ajudou, mas outras eu falei assim: desaforo! Se vira! (SANDRA BARA).

No ano de 2007, foram atendidas 156 pessoas na cidade de Juiz de Fora, sendo que 99 eram mulheres e 57 do sexo masculino, os cursos oferecidos nesse ano foram de estética corporal, higiene e manipulação de alimentos, técnicas de recepção, montagem e manutenção de computadores, preparo de pães e doces e preparo de pizzas. O número de pessoas atendidas pelo plano é irrisório, se levado em consideração a população local, que é em torno de 460.000 habitantes, sendo que 99,17% se concentram em áreas urbanas.

Os cursos tiveram carga horária de 120 horas, ficando abaixo do estabelecido pelo PNQ 2003-2007 que previa cursos de 200 horas.

Algumas entrevistadas fizeram críticas à curta duração dos cursos: “ah, eu acho que o período foi muito curto pra muita coisa, mas deu pra aprender todas as matérias, mas muito rápido” (ANA CAROLINA, 18 anos).

Foi um curso muito corrido, um curso de um mês, quer dizer, um curso que pra mim talvez demoraria dois meses pra você estar aprendendo, devido a ter um mês e com o professor brincando, você vai aprender nada, não pega nada, nada mesmo (KELLY, 30 anos).

Chamam atenção os cursos oferecidos, que, embora não sejam explicitamente voltados para as mulheres, cumprem esse papel ao se pautarem em atividades culturalmente do universo feminino. O curso de montagem e manutenção de computadores, que escaparia a esse modelo, é o que apresenta a menor taxa de participação feminina, 33%, enquanto em técnicas de recepção é de 83% e no preparo de pães e doces é de 58%. Além disso, a maioria dos cursos propiciaria um rápido retorno financeiro, já que as mulheres poderiam trabalhar por conta própria, em casa, sem precisar encontrar um emprego formal e sem abandonar as atividades do “lar”.

Embora os documentos falem em igualdade de gênero através da qualificação profissional, o que se percebe é a manutenção das atividades femininas em guetos ocupacionais que reforçam a separação entre atividades masculinas e femininas e a inserção subordinada da mulher no mercado de trabalho.

A maior parte das mulheres entrevistadas tinha entre 18 e 25 anos, totalizando 7 mulheres, seguida pela faixa que vai dos 25 aos 40 que corresponde a 6 mulheres, apenas duas tinham menos de 18 e outras duas, mais de 40 anos, ou seja, o curso atende adultos em idade produtiva.

Com relação à cor/raça, 7 mulheres se declararam brancas, 6 negras, 3 pardas ou mulatas e 1 se declarou amarela. Convém destacar que a entrevistada que se declarou amarela, desconhecia que o termo se referia a pessoas de origem oriental e se julgou amarela pela tonalidade de sua pele.

Ao serem questionadas sobre o Estado civil e prole: 8 mulheres são solteiras e não possuem filhos, 6 são mães solteiras, 2 são casadas e possuem filhos e 1 é divorciada e com

filho. Na necessidade de se ausentar, para trabalhar, por exemplo, uma das entrevistadas condiciona suas atividades aos horários dos filhos, mas a maioria deixa os filhos sob a responsabilidade das avós ou tias: “um vai pra escola e o outro fica sozinho, geralmente eu saio quando o mais novo ta pra escola” (ANA MARIA, 31 anos).

A maioria dos lares das entrevistadas era sustentado principalmente pela renda de uma mulher; em 3 casos elas próprias garantiam o sustento familiar e, em 7, as suas mães eram as provedoras. As duas mulheres casadas tinham como principal provedor o marido. Com relação ao trabalho doméstico, em 100%, eram executados pelas mulheres, sem a colaboração do marido ou filhos homens. Esses dados evidenciam a dupla jornada a que a mulher trabalhadora está submetida, sendo duplamente explorada pelo capital, tanto no mercado de trabalho, quanto na esfera privada, onde ela se dedica ao trabalho doméstico “com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do *trabalho não-diretamente mercantil*, em que se criam as *condições indispensáveis para a reprodução* da força de trabalho de maridos, filhos/as e de si própria” (ANTUNES, 1999, p.108, grifos no original).

No ano de 2006, o anuário estatístico de Juiz de Fora (2007), apresentava como custo da cesta básica, mensal por pessoa, em torno de R\$ 120,00; no entanto, 4 das entrevistadas tinham renda familiar abaixo desse valor, podendo chegar a até R\$ 66,00, como na casa de Leidiane, onde residem sete pessoas: “Não, lá em casa só meu pai mesmo que trabalha pra sustentar todo mundo, o resto ta todo mundo desempregado, eu to desempregada, minhas irmã tão desempregada, só meu pai mesmo, é um salário”. Três das entrevistadas tem renda familiar *per capita* mensal um pouco maior que esse custo, chegando ao máximo de R\$ 150,00.

Como era de se supor, dado o público alvo que se pretende alcançar, a maioria das mulheres se encontrava desempregada antes de iniciar o curso, sendo que quinze delas não tinham uma renda fixa, sete estavam desempregadas, três faziam “bico”, cinco não estavam trabalhando, mas nunca tinham trabalhado antes e das duas que estavam trabalhando uma trabalhava como auxiliar de escritório, no programa “jovem aprendiz” para pessoas “carentes” na cidade de Juiz de Fora e a outra, como autônoma.

Em função até dessa situação de trabalho, a maioria das mulheres tinha a expectativa de conseguir um emprego a partir da realização do curso: “era conseguir um emprego imediato, só que eu não consegui, até hoje...” (VALÉRIA, 41 anos); “eu queria assim arrumar um serviço rápido né, pra eu sair um pouquinho dessa área de infantil, mas não consegui não”

(MARISLEI, 30 anos); “eu esperava aprender a fazer tudo direitinho e ir direto pra um emprego né? eu sou doida pra ir assim pra padaria, sou doida pra aprender a fazer pães e doces lá” (MARCELA, 20 anos); “é porque eu achava que...eles falaram que depois do curso a gente ia ter um emprego, né?! a gente ia arrumar um emprego, mas não deu nada... deu nada com nada (LEIDIANE, 20 anos); “além da qualificação assim pro meu currículo, era conseguir um emprego, coisa que não aconteceu” (LARISSA, 20 anos); “pra mim me empregar assim em lanchonete, alguma coisa assim” (DEISE, 21 anos); “a minha expectativa era arrumar um emprego, dentro dessa área” (CARINA, 24 anos); “ah, aparecer alguma oportunidade de serviço, alguma coisa assim” (VERÔNICA, 21 anos). Já Ana Maria, 31 anos, tinha a expectativa de fazer o curso para conseguir abrir seu próprio negócio:

Era aprender a fazer as melhores pizzas, né?! pra que eu pudesse estar fazendo ate pra casa mesmo e talvez ate pra fora também , mas eu ainda não consegui trabalhar pra fora [e você tinha intenção de arrumar um emprego de pizzaiola?] não arrumar um emprego, mas sim produzir em casa [...] ter meu próprio negocio [...] primeiro para ter independência financeira e não ter que depender de marido e depois porque eu acho melhor você ser o patrão do que ser empregado, então é onde que eu sempre quis ter uma coisa minha, ter uma coisa pra mim.

Uma vez qualificado esse trabalhador não tem nenhum encaminhamento ao mercado de trabalho ou acompanhamento, embora essas sejam diretrizes estabelecidas pelo plano:

É, pelo o que eu tenho notícia não há esse monitoramento posterior não [então se ela conseguiu se inserir no mercado de trabalho, se ela abriu o próprio negócio, vocês não tem esses dados?] não, não tem essa parte de monitoramento posterior não, pelo menos eu não ouvi isso, não tem indício de alguma coisa formal nesse sentido não (MARCELO DO NASCIMENTO).

Olha, normalmente, se não me falha a memória, as pessoas que eram qualificadas entravam também no banco de dados do SINE, ta?! Isso aí a gente sempre teve uma preocupação de tentar sempre jogar o pessoal que tava sendo recrutado, selecionado, pra qualificação e a qualificação pra intermediação, então essa tentativa de unificar essas duas pontas sempre teve (...) [mas aí só no sentido de encaminhar ao SINE, não encaminhar a uma empresa...] não, desde que tivesse a vaga disponível. Primeiro ele tinha que se cadastrar, ele estando cadastrado, ele com certeza, tendo a vaga e ele tivesse o perfil, ele era encaminhado. A gente tem que ter vaga, aí quem dita a regra, novamente, é o mercado (SANDRA BARA).

Esse fato é recorrente nas entrevistas com egressas dos cursos no ano de 2007, que, ao serem questionadas sobre o encaminhamento a alguma oportunidade de emprego, a maioria respondeu que não, ou que se limitava ao cadastro no SINE:

Não, não me encaminharam, a gente acabou o curso assim, eles até falavam alguns lugares e tal, mas nunca chegaram a encaminhar, a dar seu nome não, nunca chegaram a encaminhar, só indicar, (...) mas assim, eu nunca cheguei a ser encaminhada não (DÉBORA, 18 anos).

É, eu fiz um cadastro aqui no SINE, né, que ali, através desse cadastro eles encaminhavam a gente pra alguma empresa, né, mas eu consegui esse emprego lá no SESI/Minas, devido realmente ao curso que eu fiz, mas eu que coloquei o meu currículo, através de jornal, porque eu vi um anúncio no jornal e deixei meu currículo (...) mas a maioria das pessoas, tem um responsável do SINE que vai lá e oferece a gente, né, pra gente ir lá fazer uma ficha pra quando houver uma vaga naquilo que a gente se estudou e formou, né, naquele curso, eles encaminham as pessoas pra esses trabalhos [mas eles nunca ligaram pra você?] não, lá não, nunca ligou (VÂNIA, 49 anos).

Apesar do discurso de que a qualificação poderia levar ao emprego (e percebe-se que num primeiro momento, as próprias entrevistadas assumem esse discurso), isso não se materializa na prática. Sandra Bara reforça que quem determina a vaga é o mercado e que conseguirá o emprego aquele ou aquela que tiver o perfil esperado, ou seja, individualiza o problema do desemprego, culpabilizando o trabalhador, na medida em que ele só não se emprega se não tiver o perfil. Em síntese: não há garantia de nada! A qualificação está sendo dada, se o trabalhador souber aproveitar essa oportunidade oferecida pelo Estado e houver a vaga no mercado a fórmula está garantida, sem que o Estado precise se comprometer com uma política efetiva de geração de emprego para esses trabalhadores.

Ainda assim, no documento produzido pelo Senac/Minas, supracitado, eles destacam que fazem esse encaminhamento ao mercado de trabalho, através de parcerias e do “Banco de Oportunidades”, que nem é do conhecimento das entrevistadas, que realizaram cursos de qualificação naquela instituição:

Utilizamos as parcerias que o SENAC possui com supermercados, sindicatos e empresas nas cidades do interior, como apóio para intermediação dos egressos ao mercado de trabalho, onde sempre é destacado junto ao empresariado as competências e habilidades desenvolvidas durante o período do curso, que podem ser comprovadas em visitas técnicas. Na cidade de Juiz de Fora, através do Banco de Oportunidades, mantemos um serviço de cadastramento, orientação e acompanhamento profissional disponível para os

egressos, comunidade e empresas que buscam pessoal qualificado, atuando com profissionais treinados para interagir com os departamentos de Recursos Humanos das empresas (SENAC, s/d).

Embora, no discurso, a qualificação deva se voltar para o mercado de trabalho e as pessoas qualificadas sejam encaminhadas para o emprego, o que ocorre, na prática, é a falta de iniciativa para a inserção desse trabalhador, que se limita à inscrição em bancos de cadastros ou ao ensino de “como elaborar um currículo” ou “como se comportar numa entrevista”:

Olha, a parte que ele me ajudou concernente ao meu trabalho foi nessa questão de como se portar numa entrevista, da elaboração do currículo (AYANNE, 20 anos).

[e você se lembra se eles ensinaram a vocês como conseguir um emprego depois que terminasse o curso?] teve, antes de começar o curso teve a parte teórica de entrevista, de currículo, teve tudo isso (THAÍS, 31 anos).

eu aprendi a montar um currículo, porque a gente, geralmente a gente não tem noção do que vai colocar num currículo, lá ela mostrou direitinho como montar um currículo pra ta mostrando na empresa (MARISLEI, 30 anos).

O material didático utilizado nos cursos, intitulado “Competências Básicas para o Trabalho” traz uma unidade didática, voltada para essa questão, de orientação do trabalhador sobre mercado de trabalho e sobre como conseguir um emprego, abrangendo conteúdos sobre como elaborar um currículo, qual sua finalidade, como deve ser sua apresentação e conteúdos relativos a como se preparar para uma entrevista, envolvendo desde o que deve ser falado até atitudes que devem ser observadas pelos candidatos para que causem uma boa impressão:

Todos nós sabemos que a imagem corporal não é tudo. No entanto, querendo ou não, as pessoas nos avaliam pela nossa apresentação pessoal, pelo nosso jeito de vestir, falar, tratar as pessoas (...) esteja sempre limpo e bem cuidado. O mau cheiro do corpo incomoda as pessoas (...). Muitas pessoas perdem boas chances, em qualquer classe social, por esses motivos. Cuide-se para não causar a impressão de desleixo e descuido, cansaço e falta de interesse (SENAC.DR.MG, 2005, p. 115).

Exemplos como esse não levam em conta a realidade das pessoas, que, muitas vezes, não se encontram “bem apresentadas”, “perfumadas”, não por uma escolha pessoal, mas pelas limitações impostas pela sua condição de vida e ainda acabam por reforçar a ideia de que se

todos atendessem a esse padrão de apresentação pessoal, todos estariam empregados, ou de que, se aquele trabalhador que se qualificou e foi procurar um emprego, não conseguiu se empregar, é porque, em algum momento, ele não causou uma boa impressão, justificando o desemprego pela “incompetência” do trabalhador.

A questão da formação do trabalhador, voltada para o empreendedorismo e o auto-emprego, também aparece ressaltada no material didático analisado, na unidade didática destinada a conhecimentos sobre gestão do trabalho, envolvendo noções sobre organizações comunitárias, microempreendimentos, destacando que em uma sociedade cooperativa o objetivo é atender às necessidades econômicas e sociais através da prestação de serviços em prol do interesse coletivo e os microempreendimentos como forma de execução de uma atividade laboriosa com vistas ao lucro, podendo ser uma firma individual, pequenas empresas ou serviços autônomos.

Na fala das entrevistadas, percebe-se a grande ênfase dada no âmbito dos cursos a essa questão, como forma do trabalhador ter uma atividade que lhe garanta renda, sem necessariamente estar vinculado a um emprego formal, que lhe garantiria uma série de direitos conquistados duramente ao longo dos anos:

Eles focavam mais assim em a gente aprender mais a fazer a pizza e eu acho que por um ponto eles queriam mais que a gente abrisse um negócio [então essa parte de abrir seu próprio negocio foi bem focada?] foi bem focada, no entanto, que a professora ela falava, eu comecei a fazer, eu fazia pizzas e vendia eu tinha uma bicicletinha e eu levava as pizzas pra vender, eu acho que eles focavam isso, e ela falava eu tenho alunos que vendem e aí no entanto que ela ensinou a gente a fazer mini pizzas pra vender, e na época que a gente fez o curso tinha um moço na Getulio que vendia e aí ela falou olha só ele vende, vocês podem vender, eu acho que ela focava mais isso, no entanto, que a gente fazia pizzas assim, em porções menores e não igual acontece em pizzarias mesmo que é aquelas quantidades enormes de massas, de molhos, não. A gente fazia pizzas pequenas pra poder mesmo... eu acho que ela queria focar mais na gente vender, pra gerar uma renda talvez (DÉBORA, 18 anos).

Isso é o que eles mais incentivam, né, porque eles não queriam que a gente dependesse de um patrão ou coisa assim, eles queriam que a gente abrisse o nosso próprio negócio, que a gente trabalhasse pra nós mesmo, que a gente fizesse a nossa pizza e que assim chamasse os nossos próprios cliente, então eles incentivavam muito nós abriremos a nossa própria pizzaria e também pra a gente fazer um curso de né, um curso pra ser um empresário, nesse ramo, porque, uma coisa interliga a outra assim, pra gente poder, a gente não ia somente saber como mexer

com a pizza, como separar, como fazer, mas também como lidar com o próprio negócio, então essa é uma parte que eles incentivavam também, bastante (AYANNE, 20 anos).

Isso, também, eles te ensinam você a calcular os seus gastos, como que você vai gastar, como que você vai comprar, como que você vai vender o seu produto pra você ter uma margem de lucro, como que você vai montar o seu negócio, eu aprendi a manusear os alimentos, a conservar os alimentos, todas as técnicas de higiene que você tem que ter, então não foi só chegar lá, colocar a mão na massa e vamos fazer pizza e acabou (ANA MARIA, 31 anos).

É incentivavam né, que assim se você quisesse, tem fábricas que você pode montar uma cozinha pra você na sua própria casa, igual por exemplo, lá perto da minha casa tem uma malharia, então de repente a malharia procura saber lá no bairro se tem alguém que possa fornecer marmitex, né, isso também foi bem incentivado, pras pessoas montar um próprio negócio, trabalhar com salgados, com doces, eles incentivavam sim (VÂNIA, 49 anos).

A contrapartida para que o egresso pudesse realmente empreender, ou seja, o apoio financeiro para que eles pudessem abrir esse negócio próprio não era garantida pela política de qualificação, ficando a cargo do indivíduo buscar os meios para que pudesse colocar isso em prática:

[empreendedorismo x apoio financeiro] não, não. Por isso que eu to te falando, eles pensam a política, mas não costuram isso, ta?! Então a gente fica completamente disforme na prática, né?! Infelizmente não, ta?! Não teve. Pelo menos que eu conheça (SANDRA BARA).

Não tenho conhecimento não, a nível de um ano de conselho, dessa minha experiência lá, eu não vi isso chegar ao conselho como pauta, não (MARCELO DO NASCIMENTO).

Segundo Sandra Bara, o que pode acontecer é alguma instituição da sociedade civil tomar alguma iniciativa nesse sentido, mas sem nenhuma relação com a política de qualificação profissional ou com o Estado:

O que tem é o micro crédito que hoje a gente funciona como uma OSCIP³², uma ONG, não tem vínculo nenhum com o Estado, com o poder público. E a gente é o que? Empresta um recurso para

³² OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é uma qualificação decorrente da lei 9.790 de 23/03/99.

empreendimentos formais e informais, num valor de 200,00 ate 15.000,00 reais, mas não importa se é formal ou informal [e também não importa se está vinculado a esse curso ou não?] não importa. A qualificação que por ventura vier a acontecer, e já aconteceu, foi por iniciativa da instituição do micro crédito (SANDRA BARA).

Ana Maria, que, como foi exposto anteriormente, tinha a intenção de abrir uma pizzaria para colocar em prática os conhecimentos que obteve com o curso, explicita que ainda não pôde realizar seu sonho por falta de apoio financeiro:

Falta dinheiro pra começar porque você tem que ter um forno, você tem que ter uma cozinha equipada, você tem que tá preparada, não é só começar a fazer a pizza, você tem que ter um ambiente que forneça higiene, tem que ter um forno adequado, tem que ter maquinário, você tem que ter tudo, então falta dinheiro.

Percebe-se, a partir daí, que a preocupação real não é necessariamente a de que esse trabalhador se torne um empreendedor, mas que ele assuma e difunda uma cultura empresarial:

Uma sociedade que não estimula a cultura empresarial não pode gerar a energia econômica que provém das ideias mais criativas. Os empresários sociais e cívicos são tão importantes quanto aqueles que trabalham em um contexto de mercado, uma vez que o impulso e a criatividade necessários no setor público, e na sociedade civil, são os mesmos de que se precisa na esfera econômica (GIDDENS, 2001, p.80).

Outra diretriz que é negligenciada nas ações em Juiz de Fora é o encaminhamento dos concluintes dos cursos para alternativas de elevação de escolaridade. Embora o PNQ estabeleça a meta de articulação com a Educação de Jovens e Adultos e o PlanTeQ/MG privilegie essas ações através da instalação de telessalas com exibição dos telecursos, nenhuma entrevistada foi encaminhada para ações de elevação de escolaridade, configurando-se em alguns casos como um incentivo verbal dos professores, e não, como uma meta a ser atingida:

Olha comigo, nunca falaram nada não, mas assim sempre eles focavam, eles falavam assim pra gente ter juízo, pra gente fazer as coisas certas, mas assim, nunca perguntaram qual é o seu nível de escolaridade não (DÉBORA, 18 anos, superior incompleto)

Não, a professora, ela sempre falava que era pra eu voltar a estudar, correr atrás que ainda dava tempo, a professora sempre foi muito... [mas só como

incentivo e não como encaminhamento?] não, como um incentivo, não como encaminhamento, sempre foi um incentivo (ANA MARIA, 31 anos, 4ª série do ensino fundamental).

Não se tocava nesse assunto [não se tocava no assunto?] não, com relação a estudo, não (VÂNIA, 49 anos, 5ª série do ensino fundamental).

Apesar das falas das entrevistadas, o Senac (s/d) afirma promover essas ações:

Desenvolvemos atividades visando promover a elevação da escolaridade como encaminhamento de alunos para complementação de estudos, (...), bem como, a ênfase dada pelos instrutores na habilidade geral quanto a importância da elevação da escolaridade para a inserção no mercado de trabalho.

Evidencia-se, dessa forma, que as instituições que se propõem a executar as ações de qualificação profissional, não têm se preocupado na prática em cumprir as determinações do PNQ, embora afirmem que o façam. Esse descompromisso acarreta em perda para o trabalhador que não vê atendidas as suas necessidades de elevação de escolaridade, nem mesmo as vinculadas a estratégias muito precárias como as propostas pelo PlanTeQ/MG:

A idade não colabora, né e a gente sem estudo já fica mais difícil, né [a idade não colabora em que? Pra arrumar um emprego?] pra arrumar emprego e a gente sem estudo também já fica mais difícil (...) Então quando eu levei meu currículo no hospital, a nutricionista falou, você tem experiência, tem alguma coisa que comprove que você fez um curso e que você é apta a trabalhar, mas tem que ter o grau de escolaridade, e o que eu não tenho [então a senhora acha que fazendo esse supletivo e elevando seu grau de escolaridade vai te ajudar?] vai, vai, vai me ajudar (VÂNIA, 49 anos).

Numa sociedade em que o emprego não é para todos, sempre terão que ser construídos diferenciais entre os trabalhadores para que se possa justificar, de alguma forma, sua exclusão do mercado de trabalho: em um momento é a escolaridade, em outro a idade, em outro a experiência. Desse jeito o desemprego estrutural no modo de produção capitalista acaba sendo assumido como responsabilidade do trabalhador, trazendo ainda inúmeros benefícios para o mercado: apazigua os conflitos, garante um profissional que está sempre disposto a se qualificar e um exército de reserva qualificado a baixo custo.

Outra observação interessante é que, embora os cursos sejam voltados para pessoas de baixa escolaridade, isso não se evidenciou na pesquisa de campo, onde 5 das entrevistadas tinham concluído o ensino médio quando iniciaram o curso, 1 estava com o curso superior

completo, 2 que estavam cursando o ensino médio, concluíram após o curso, 2 com o ensino fundamental completo e das 7 que não haviam concluído o ensino fundamental quando iniciaram o curso de qualificação, apenas 2 prosseguiram com os estudos, as outras 5 pararam de estudar sem concluir essa etapa.

Mas, embora o nível de escolaridade seja relativamente elevado, isso não se refletiu nas respostas dadas à entrevista, em que muitas entrevistadas não entendiam as perguntas ou sequer conseguiam articular as respostas, além do vocabulário restrito e dos inúmeros erros concordância, se tomada como referência a norma culta da língua portuguesa:

Agora dos negócios que a gente fez, eu gostei muito, a única coisa lá que eu tava doida pra aprender que eles não ensinaram direito, foi fazer mais é os pão, entendeu? Os doces eles ajudaram bastante, mas os pão eu não entendi como faz, os pão doce, os de sal eu consegui fazer, os de doce eles ensinaram assim e depois largaram pra lá (MARCELA, 20 anos, ensino fundamental completo).

Manutenção de limpeza e higiene, mas é porque tava trocado, a gente fez técnico de recepcionista, mas aí deu um negócio lá e eles pos a gente pra fazer esse aí. Mas a gente queria fazer era esse aí mesmo, técnicas de recepcionista, a gente fez pra isso [...] a gente já tava lá já, mas aí já tava no finalzinho que a moça veio falar com nós, a gente não queria fazer esse curso (LEIDIANE, 20 anos, 8ª série do ensino fundamental).

Foi a minha prima que falou aí a gente fomo lá no SINE, aí a mulher deu o papelzinho pra gente informando o dia que ia ser o curso aí a gente fomo lá (VERÔNICA, 21 anos, 8ª série do ensino fundamental).

A mesma entrevistada, Leidiane, revela que teve dificuldades de acompanhar o curso por conta da linguagem:

Eu tive dificuldade com a linguagem né, porque eu sou muito... pra ler sabe, não sei se é porque eu fico nervosa pra ler, na hora de escrever também eu tenho muita dificuldade pra escrever, eu to assim na oitava serie, é sempre assim, porque eu fico sempre só numa matéria: português.

Essa constatação remete às deficiências da educação pública brasileira, em todos os níveis, bem como o descaso para com a educação da classe trabalhadora.

A participação das mulheres no âmbito dos cursos oferecidos pelo PNQ em Juiz de Fora não alterou a situação de suas vidas. Passados dois anos de sua conclusão, a maioria ainda permanece desempregada ou fazendo atividades informais para conseguir alguma renda (“bicos”); as que estão trabalhando com carteira assinada se dedicam a atividades que não

estão ligadas ao curso que fizeram. Tal fato evidencia que a qualificação profissional, por si só, não é capaz de promover a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, como vem sendo abordado nos documentos.

Muitas entrevistadas disseram que não obtiveram nenhum ganho com os cursos, principalmente nenhum retorno financeiro e outras destacaram que seus ganhos se resumiram ao aprendizado e ao convívio que elas puderam ter.

Ainda assim, percebe-se uma avaliação acrítica de sua parte com relação ao curso, pois ao serem questionadas sobre se suas expectativas foram atendidas, a maior parte respondeu que sim, mesmo não tendo conseguido o emprego, apontado como principal motivação para a realização dos estudos. Elas apontam como razões para não terem conseguido o emprego, o mercado de trabalho competitivo, a falta de estudos e de experiência:

Eu entreguei currículo em vários lugares, mas não consegui não [e porque você acha que não conseguiu?] é muito competitivo né, em Juiz de Fora, na área de trabalho tá muito sem espaço, sem lugar, sempre tem gente com mais estudo, com mais cursos, então acaba assim, atrapalhando (MARISLEI, 30 anos).

Não consegui, já mandei vários currículos (...) [e porque você acha que não conseguiu?] por eu ter parado de estudar, porque eu mandei ai falava negócio de oitava série, alguns já falavam negócio de experiência, entendeu? Ai era muito difícil, eu e a minha prima corria atrás, nós duas (MARCELA, 20 anos).

3.2 A EDUCAÇÃO DA NOVA SOCIABILIDADE BURGUESA ATRAVÉS DO PNQ

Como foi discutido no capítulo I, as transformações por que passa o mundo do trabalho, repercutem no conjunto das relações sociais e impõem ao capital a necessidade de uma educação voltada para uma nova sociabilidade, com vistas a se recompor enquanto projeto hegemônico.

Essa educação não se pauta, portanto, apenas sobre os requisitos técnicos do trabalho, ao “saber-fazer” do trabalhador, mas também e principalmente sobre os valores e atitudes que eles devem assumir nessa nova conjuntura, sobretudo para aqueles trabalhadores ligados aos setores subalternos da economia, onde o aprendizado de competências, comportamentos e habilidades se torna fundamental.

A educação da nova sociabilidade burguesa teria por função formar o novo cidadão moderno, capaz de se adequar à flexibilidade imposta pelo mercado de trabalho, mudando frequentemente de funções ou de emprego e, até mesmo, criando suas próprias formas de obtenção de renda, mas, sobretudo, um cidadão conformado e colaborador, de modo que não coloque em risco a coesão social.

A principal força no desenvolvimento do capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a *eficiência econômica* e a *coesão cívica*. (...) Ela era vista tradicionalmente como uma preparação para a vida (...) A educação precisa ser redefinida de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida (GIDDENS, 2001, p.78, grifos nossos).

O PNQ, enquanto um plano de qualificação para os trabalhadores ligados ao trabalho simples, expressa essa preocupação com a sua formação ético-política, como se pode perceber no material didático “Competências Básicas para o Trabalho”, que é utilizado por todos os cursos disponíveis no plano.

O material didático se encontra dividido em sete unidades temáticas, sendo elas: 1) Relações interpessoais; 2) Comunicação; 3) Educação Ambiental; 4) Saúde e Segurança no trabalho; 5) Direitos Humanos, Sociais e Direitos Trabalhistas; 6) Gestão do Trabalho e 7) Informação e Orientação Profissional.

Esse material revela nas suas entrelinhas a preocupação com a formação “social” do trabalhador, buscando educar as subjetividades e os difusores de uma nova sociabilidade, destacando quais as qualidades de um trabalhador ideal, como ele deve se comportar no ambiente de trabalho, que postura deve assumir para ser bem sucedido na sociedade contemporânea, tendo como parâmetro sempre as expectativas da classe burguesa.

Em Juiz de Fora, constata-se a partir das entrevistas que os cursos abrangem uma ampla extensão territorial, atingindo pessoas de bairros periféricos das regiões da cidade (ver anexo V) e que, de alguma forma, possuem uma rede social estabelecida como se percebe ao ver a forma como as pessoas ficaram sabendo dos cursos, que não são amplamente divulgados: “foi o presidente do bairro que veio me fazer a proposta pra eu poder fazer (CARINA, 24 anos); “uma amiga que trabalha no setor da prefeitura e ai ela me falou do curso, e sempre eu to em busca de conhecimentos, então eu sempre procuro saber os cursos que o Senac tem (ANA MARIA, 31 anos);

É uma amiga minha que faz trabalhos aqui pro vereador Rodrigo Mattos, né, e ele deu umas fichas pra preencher no final do ano, né, que tinha esses cursos gratuitos,(...), porque eles dão aqui na câmara de Juiz de Fora, no final do ano, eles dão os cursos, né?! a prefeitura dá os cursos gratuitos, assim pros bairros, né?! assim, eu acho que são umas dez fichas pra cada curso que tem e pros bairros que são selecionados, né? Por que aqui a população é muito grande (...) [então alguém pegou as fichas com o vereador e levou pro bairro, e lá no bairro como foram selecionadas as pessoas?] ela ofereceu assim: algumas pessoas que assim... a maioria das pessoas não quis, lá (VÂNIA, 49 anos).

Na unidade temática I, Relações Interpessoais, percebe-se uma preocupação com os comportamentos e atitudes que devem ser assumidas pelos trabalhadores para uma harmonia no ambiente de trabalho. O trabalhador é incitado a se autoconhecer para que assim possa exercer o controle sobre atitudes que venham a prejudicá-lo no ambiente de trabalho:

Para que nós possamos nos conhecer melhor a cada dia, é preciso muita reflexão sobre nossas atitudes, nossos impulsos em determinada situação; é preciso estar sempre nos interrogando sobre o porquê de certos sentimentos em relação a determinadas pessoas, sobre a causa do nosso mau humor, do aborrecimento ou da angústia. Descobrir os motivos, fica mais fácil chegar a uma tomada de solução ou, no mínimo, a um autocontrole, evitando situações desagradáveis de desentendimento e antipatia (SENAC. DR.MG, 2005, p.5).

O autoconhecimento é reforçado como algo que possa dar clareza sobre os pontos positivos que devem ser reforçados e os pontos negativos, que o trabalhador deve transformar em positivos, evitando que ele tenha problemas de convívio no ambiente de trabalho.

Outra atitude a ser trabalhada é buscar perceber o outro, o colega de trabalho, e, assim ressaltar suas habilidades, ajudando-o a melhorar os pontos que são incompatíveis com as ações comuns da relação. O documento aponta ainda que posturas preconceituosas e discriminatórias devam ser evitadas, pois elas podem gerar situações de conflito social.

Num contexto em que o trabalho em equipe ganha relevância no processo produtivo, percebe-se a importância ainda maior que se dá à questão da harmonia do grupo, onde todos têm que dar o melhor de si, favorecendo a coesão social e, principalmente, o rendimento do trabalho, já que uma equipe desunida não conseguiria realizar seu trabalho de maneira eficaz. Desse modo, os trabalhadores são envolvidos num discurso que visa ampliar sua conformação e seu autocontrole para que o trabalho seja cada vez mais produtivo e, conseqüentemente, lucrativo sob o ponto de vista do capital.

Assim, mesmo com nossas individualidades, nossos hábitos, costumes e personalidades, precisamos ter a visão clara de que, num trabalho em grupo, o produto final da empresa depende da somatória de nossos esforços na participação constante das funções (SENAC.DR.MG, 2005, p. 14).

Os trabalhadores são ensinados a motivar os colegas, a participar e a cooperar, evitando deste modo conflitos e desmotivações, ajudando-os a “reparar uma falha de postura profissional” (SENAC.DR.MG, 2005, p.17).

Dentre as tarefas propostas no material didático, pede-se que os alunos sugiram formas de como contornar as diferenças no grupo, para que todos possam participar e desenvolver suas atividades com *eficiência*: “A nossa participação, no grupo, como já fora dito anteriormente, é de extrema importância para que as metas sejam atingidas” (SENAC.DR.MG, 2005, p. 16); “as falhas devem ser reparadas, os limites devem ser superados e as habilidades positivas devem ser reforçadas” (SENAC.DR.MG, 2005, p. 18).

No tópico que fala sobre *liderança*, abordando os aspectos a serem verificados nas relações em equipe, faz-se uma distinção entre liderança positiva e liderança negativa, como segue:

Para que sua liderança seja eficaz (...) o líder precisa ter visão clara acerca das habilidades, das personalidades das pessoas que dirige; sua liderança deve ser **positiva**, mantendo o grupo em perfeita harmonia para o desempenho de suas funções. O líder negativo é aquele capaz de contagiar um grupo, porém, direcionando-o para a desarmonia, apoiando conflitos, buscando ações apenas para interesses e benefícios próprios (SENAC.DR.MG, 2005, p.19. grifos no original).

Em seguida, vem uma tarefa, solicitando aos alunos que citem grandes líderes na história, identificando se a liderança que exerceram foi positiva ou negativa. Esse tipo de exemplo caracteriza a preocupação com a harmonia, com o apaziguamento de conflitos, com a coesão social, para o desenvolvimento da sociedade capitalista, que extrapola o ambiente estrito de trabalho.

Isso também fica claro na discussão que o material traz sobre ética, ressaltando que, em sociedade, temos que lidar com regras, códigos que indicam a adequação ou não de nossos comportamentos e que, nas relações entre os membros de uma equipe, as normas devem existir para que o grupo possa caminhar junto e atingir seus objetivos, sendo a obediência fundamental para que o grupo cresça de forma harmônica.

A ética profissional, que diz respeito à conduta do trabalhador perante às equipes de trabalho é destacada como essencial para que ele consiga um novo emprego no futuro, sendo um dos pontos avaliados pelas empresas:

(...) as organizações, cada vez mais, estão adotando o saudável hábito de checar e recheckar o passado de todos os candidatos ao emprego. Resultado: quem tem ficha limpa sempre terá as portas abertas nas melhores empresas do mercado (REVISTA VOCÊ S.A. in SENAC.DR.MG, 2005, p. 26).

Exemplos como esse se configuram como uma ameaça ao trabalhador, no sentido de que se ele não se enquadrar às determinações das empresas, não conseguirá mais se empregar em nenhum outro lugar e, na sua face mais perversa, justificam o desemprego na sociedade capitalista, mais uma vez, como uma questão individual e não, como fruto das próprias relações sociais.

A intenção é construir uma subjetividade no trabalhador para que ele aja sempre a favor das necessidades da empresa, do capital, envidando todos os esforços para que as ações que venham a prejudicar a eficiência, a produtividade e o lucro sejam resolvidas entre os próprios trabalhadores, mascarando os conflitos entre capital e trabalho, já que eles próprios se mobilizam para resolver os conflitos, nos marcos da reprodução capitalista.

Alguns desses conteúdos aparecem nas falas das entrevistadas:

E fora as pizzas assim, eu acho que aprendi mais um pouquinho né a ter a relação entre as pessoas, a ter a convivência com as pessoas (ANA MARIA, 31 anos)

Postura, o jeito da gente se vestir numa entrevista, mas o que?... ah, acho que, sobre ética, a gente falou bastante sobre ética, a separação do lado pessoal do lado profissional no local de trabalho (LARISSA, 20 anos)

Ah, várias coisas, ela também assim colocava a gente como patrão e colocava os outros alunos como funcionário, pra gente ter relação também, saber entender como que é, porque às vezes a gente questiona muito eles, né e o patrão também questiona muito o funcionário, então ela fazia esse tipo de exercício com a gente (...) ah eu sempre fui muito presa, muito tímida pra conversar com as pessoas, me ajudou bastante, porque quando vem um cliente, ele quer saber sobre o produto, então você tem que explicar, a pessoa não tem que perguntar, e eu era assim antes, eu ate havia falado isso com a professora na época e ela me pos como cliente, como que eu ia chegar num lugar e ficar parada olhando pra cara do funcionário, ela me pos como cliente... e eu gostei muito. (MARISLEI, 30 anos).

A unidade temática II se refere à Comunicação, nessa sessão destaca-se a postura que o trabalhador deve ter com relação à oralidade em cada situação de trabalho:

Um vendedor, por exemplo, procurará ser o mais agradável possível para conquistar seu cliente e efetivar seu objetivo: vender o produto. Trabalhará sua fala no manejo do tom de voz e na escolha certa das palavras. Já uma recepcionista ou telefonista que fazem uso do telefone, para atendimento ao cliente, não possuem os recursos de expressão corporal para evidenciar a mensagem. Assim, a fala deve ser bem elaborada, carregada de recursos que possibilitam maior clareza a mensagem (SENAC.DR.MG, 2005, p.31).

Já o conteúdo da escrita se resumiu a ensinar aos trabalhadores a anotar recados. Esses conteúdos evidenciam a formação de habilidades para o trabalho simples, para a execução de funções subalternas no mercado de trabalho, onde esses conteúdos, como comunicação verbal e escrita, podem ser negligenciados e mais uma vez negados ao trabalhador.

A abordagem que se faz do conteúdo sobre educação ambiental se limita a buscar uma conscientização para as iniciativas individuais que devem ser tomadas para que os riscos da falta d'água sejam retardados, que o lixo seja reciclado e que não fique só a cargo do governo garantir o direito do serviço de limpeza urbana, mas que cada um faça a sua parte, a discutir formas de se evitar o desperdício de energia elétrica nas residências e a evitar queimadas e outros fatores que possam poluir o ar, como fumar em ambientes fechados e, no sentido contrário, plantar árvores e preservar as já existentes.

A destruição é irreversível! Mas sua consciência é recuperável!
Observe, escute a natureza. Disposição e organização são importantes. Se agirmos individualmente ou em grupo, teremos mais força para garantir um futuro melhor para as novas gerações (SENAC.DR.MG, 2005, p. 61).

Note-se que todas as iniciativas se limitam ao que cada um pode fazer individualmente, sem nenhuma alusão ou discussão sobre as agressões ao meio ambiente, o desmatamento, a poluição do ar e dos rios causados pelas grandes indústrias na exploração desenfreada dos recursos naturais para a produção de mercadorias e geração de lucros.

Um outro ponto de destaque no material didático é o tópico que aborda a cidadania, a começar pela citação de Herbert de Souza (SENAC.DR.MG, 2005, p. 75):

Ser cidadão nesse país é assumir a responsabilidade de construir o mundo, a nossa própria realidade. Essa íntima relação entre homem e natureza, homem e sociedade é tarefa de cada um. Ninguém vai fazer por nós. Ou cada um faz ou não haverá para ninguém.

O “novo cidadão” não deve esperar que o governo faça por ele, deve haver um equilíbrio entre direitos e responsabilidades, o papel do Estado, nessa concepção, é assegurar as condições para o esforço próprio e cultivar a responsabilidade individual e social (GIDDENS, 2001).

A partir daí, inicia-se uma apresentação sobre a importância das associações e movimentos sociais, ressaltando que “se os indivíduos não lutarem em prol de sua autonomia e por sua participação social, nunca serão cidadãos plenos”, ressaltando que o povo deve participar ativamente na busca para a solução dos seus problemas, mas de forma coletiva e organizada (SENAC.DR.MG, 2005, p.84).

A constituição de uma sociedade civil ativa, mobilizada e atuante deve ser estimulada em prol do “objetivo comum”; dessa forma, ela comporta conflitos, mas não antagonismos; a busca de soluções deve se dar por meio do diálogo, da concertação social e nos limites da ordem burguesa, no âmbito da pequena política, sem envolver questões estruturais dentro da sociedade capitalista.

A seguir, aparece um texto intitulado “A Bola”, que, apesar de extenso, será reproduzido na íntegra, pois revela com clareza a proposta de envolvimento que se pretende estimular entre os trabalhadores:

Adão e Eva

No princípio do mundo, Adão e Eva cometeram a primeira falha contra Deus. Os homens passaram a atribuir todo o mal do mundo: as doenças, as crises, os sofrimentos à falta cometida por Adão e Eva.

“A Bola”, o problema, era sempre atribuído ao pecado de Adão e Eva. Acontece que as crises foram aumentando, o mundo desenvolvendo, o homem conscientizando-se e concluindo que a bola não era de Adão e Eva, jogando a bola para o Governo.

A bola passou a ser do governo...

Governo

O governo passou a ser responsável por todos os problemas, por todos os males que envolviam a humanidade. O povo passava fome por causa do governo... A educação não ia bem por causa do governo... Professores não eram competentes por causa do governo... Coitado do governo. Coitado do presidente. Jogavam a bola para a sua mão, responsabilizando-os dos pequenos aos grandes problemas. Acontece que o povo percebeu que a bola não era do governo, mas sim do sistema; e levaram a bola para o sistema.

O sistema

Quem é o senhor sistema? O que ele faz? Onde ele fica? Por que as famílias acusam o senhor sistema como responsável pelos problemas. Responsabilizaram pais, educadores, o senhor sistema pelo elevado número de marginais que aparecem nas grandes capitais. Culpa o senhor sistema de não tê-los educado e não possuírem família. Afinal, a bola é do sistema?

O povo continua a questionar: “De quem é a bola?” e acham como resposta que a bola é do pai e da mãe. .

Pai e mãe

O pai joga a bola para a mãe acusando-a de responsável pela educação dos filhos. Se os filhos vão mal ele diz: “Você não para em casa, você não os acompanha, não cuida da saúde; só pensa em emancipação, quer ter os mesmos direitos dos homens, trabalha dois horários. Essa família vai mal... A mãe, por sua vez, sentindo-se injustiçada, joga a bola para o pai, acusando-o por não estar presente no lar nos momentos difíceis de educar, dizendo-lhes que ele só tem tempo para futebol, trabalho, amigos cerveja no boteco. Essa família vai mal... Acontece que os dois em crise resolvem justificar um erro de responsabilidade, jogando a bola para a escola.

Escola

A escola recebe reflexo dos problemas familiares e sociais, traduzindo-os em alunos subnutridos, carentes, aprendizagem lenta, desajustados... Mas a escola resolve se isentar desta responsabilidade de educar e diz que o problema “A bola” é do pai, da mãe, do sistema, do governo e que ela só vai fazer aquilo que lhe compete. Acontece que a bola continua solta. . .O mundo em decadência, as crises aumentando, os homens se violentando, as crianças se degenerando e o mundo que foi criado para ser um paraíso passa a ser um campo de concentração, de guerra e desamor. “A Bola” sendo jogada pra lá e pra cá, o problema não chega a uma solução porque todos tiram o corpo fora, omitindo-se, alheios diante do amor e da responsabilidade. Portanto, deixando com vocês agora, “A BOLA” (SENAC.DR.MG, 2005, p. 86-87).

As ações de cidadania, segundo o documento, não deve se definir apenas como reivindicação de direitos, organizando-se para fazer o Estado funcionar. A cidadania define o cidadão com relação ao outro cidadão por meio da compreensão, solidariedade e cooperação e, se a mobilização coletiva para lutas reivindicatórias é difícil, pode-se começar com o exemplo individual (SENAC.DR.MG, 2005). A partir desse texto, dos conceitos apresentados e dos exemplos de rádios comunitárias, ONGs, fundações que “fazem cidadania” sugere-se que os alunos apresentem soluções para o que fazer com “a bola”.

É importante salientar que textos, como esse apresentado, transmitem uma visão fragmentada da realidade, não levando em conta a totalidade das relações sociais em que se pauta o modo de produção capitalista, em que as instituições não são neutras, mas cumprem

um papel dentro da reprodução dessas relações. Passa-se assim a ideia de que nessa sociedade não há antagonismos e que cada um deve colaborar para o desenvolvimento do bem comum, reivindicando passivamente seus direitos e, principalmente, cumprindo suas responsabilidades para a harmonia e desenvolvimento da coletividade.

As estratégias de dominação burguesa não se limitam, no entanto, ao consenso. Em situações em que essa dominação se vê ameaçada, de alguma forma, entram em ação as forças repressoras, através da coerção. Nesse sentido, o Estado cumpre seu duplo papel de educador e repressor. Como exemplo disso, tem-se a criminalização de determinados movimentos sociais que ainda garantem em suas pautas o antagonismo existente entre capital e trabalho, como o movimento dos sem terra no Rio Grande do Sul e o uso da força para reprimir as manifestações.

A flexibilização das relações de trabalho, fundamental no processo de reestruturação produtiva em tempos de neoliberalismo, que se configura para o trabalhador em perda de direitos conquistados através das lutas sociais, também aparece destacada no material didático:

Existem diversas formas de trabalho a que você poderá se vincular:

- Trabalhar vinculado a uma empresa, através de um contrato permanente e sob regime da CLT assinado em carteira;
- Trabalhar com contrato temporário, vinculado a uma empresa, em que o tempo de serviço é pré-determinado;
- Exercer uma atividade como autônomo, representando produtos de alguma empresa;
- Trabalhar como autônomo, cuidando do seu próprio negócio (SENAC.DR.MG, 2005, p. 109).

Nota-se que as diversas formas de inserção são apresentadas como algo que esteja à escolha do trabalhador e sem nenhuma alusão às implicações que cada uma delas traz, como a precarização das relações de trabalho, a instabilidade e a perda de direitos.

O trabalho voluntário é ressaltado como algo que deve ser realizado pelo trabalhador como algo que propicia seu desenvolvimento pessoal, enfatizando que essa é uma atitude que vem sendo cada vez mais valorizada pelos empregadores, que percebem no trabalhador seu papel de cidadão e que, portanto, “vale a pena investir seu tempo nas atividades voluntárias na sua comunidade” (SENAC.DR.MG, 2005, p. 109).

A formação da subjetividade do trabalhador passa por este perceber que os tempos mudaram e que deve se adaptar a isso para que “não perca o bonde”. O novo trabalhador deve

estar sempre se atualizando, conhecer novos conceitos gerenciais “caso sua empresa assim o exija” e possuir um perfil profissional adequado:

- As realizações de sua equipe serão a ferramenta de seu sucesso;
- Será estudioso;
- Terá uma visão global das coisas;
- Liderará mudanças;
- Será facilitador;
- Seu salário será conquistado pelo resultado de seu trabalho e de sua equipe;
- Seu conhecimento será fruto de aprendizado contínuo (SENAC.DR.MG, 2005, p.99).

Essa cantilena deve ser professada, de forma acrítica, pelo novo trabalhador. Se ele quiser ter uma chance de conquistar uma vaga no mercado de trabalho flexível e competitivo, deverá incorporar ainda alguns requisitos para que possa ser chamado de profissional:

O que é ser um profissional?

- É possuir uma atitude consciente e coerente com o sentido do dever e responsabilidade com relação a si próprio, sua equipe, sua empresa e, principalmente, com seu público interno e externo.
- É estar continuamente aperfeiçoando seus conhecimentos, habilidades, atividades e relacionamentos.
- É possuir uma ambição legítima, isto é, a de crescer através dos resultados de seu desempenho e de sua equipe.
- É demonstrar através do exemplo, o valor do trabalho.
- É ter orgulho e amor ao seu trabalho e ser respeitado por isso (SENAC.DR.MG, 2005, p.103).

Essa formação, com vistas ao desenvolvimento de subjetividades que assumam para si um projeto que não é seu, a (con)formação da classe trabalhadora para se adequar às necessidades de reprodução do capital, através da transmissão de valores, atitudes, habilidades e competências é que aparece ressaltada nos conteúdos trabalhados no âmbito do PNQ/PlanTeQ/MG na cidade de Juiz de Fora.

Esse projeto de educação da nova sociabilidade burguesa não se direciona apenas para as mulheres, mas para o conjunto da classe trabalhadora e não se restringe ao ambiente de trabalho, mas para o conjunto das relações sociais dentro do modo de produção capitalista.

O problema que se busca combater, nos cursos do PNQ, não se resume à ação em si, à baixa qualidade, à curta duração, à fragmentação e a todas as críticas já feitas ao plano, mas à concepção política, à visão de mundo que ele carrega e incute. As mulheres, como se percebe

nas falas das entrevistas, saem desse curso portando uma visão de mundo pautada no projeto hegemônico e proporcionando a oportunidade de criação de uma nova subjetividade calcada nos preceitos do mercado e nas necessidades de controle social.

CONCLUSÃO

Este estudo se concentrou sobre a qualificação profissional de trabalhadores jovens e adultos no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), como iniciativa do Estado brasileiro para a educação da classe trabalhadora. Dada a prioridade do plano para a educação da população “vulnerável”, dentre elas as mulheres, e diante dos inúmeros documentos que vêm sendo produzidos, focalizando a qualificação da mulher trabalhadora como meio para alcançar a sua autonomia financeira e igualdade de gênero, a pesquisa se direcionou para esse segmento.

Não se pretende chegar a dados conclusivos sobre o tema em questão, tendo em vista que o conhecimento está em constante construção, e, que a cada nova resposta, surgem novas e intrigantes perguntas.

As novas condições históricas do capitalismo em nível mundial, cujas bases se assentam na crise estrutural desencadeada na década de 1970 e cujos efeitos são sentidos no Brasil, mais intensamente, a partir da década de 1990, provocaram um intenso processo de reestruturações nos planos econômico, político, cultural, tecnológico e social.

Esse processo de reestruturação global do capital deu-se em decorrência da incapacidade do modelo fordista-keynesiano, em vigor a partir da II Guerra Mundial, de ampliar a expansão incessante de acumulação capitalista. Caracterizado por ser um modelo de desenvolvimento rígido, com forte intervenção do Estado na esfera econômica e com “excessivos” direitos para a classe trabalhadora, deveria se substituído por um novo modelo de acumulação, que Harvey (2004) vai denominar de “modelo de acumulação flexível”.

Sob a vigência do capital financeiro, constituição do Estado neoliberal e instauração da nova base tecnológico-informacional em rede, a configuração assumida pelo capitalismo na atual fase de desenvolvimento tem importantes repercussões no mundo do trabalho e na organização da classe trabalhadora.

O Estado neoliberal, marcado por um vastíssimo processo de privatização, descentralização, desregulamentação e mercantilização dos bens públicos, começa a ser implantado no Brasil no governo Collor e vem se aprofundando ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Como nos mostra Antunes (1995), o processo de reestruturação produtiva acarreta um aumento do desemprego estrutural, da precarização dos processos e das relações de trabalho, resultando numa intensificação da exploração dos trabalhadores e na perda dos direitos duramente conquistados, além de propiciar o surgimento de ideologias vinculadas ao individualismo, como empreendedorismo e empregabilidade.

Diante desse quadro, ganha relevo o discurso da importância da formação dos trabalhadores para a consolidação da economia brasileira e para a elevação do país à condição de nação competitiva, num claro retorno à teoria do capital humano, que vigorou em meados das décadas de 1950/60 e que atrelava diretamente e de forma linear educação e economia. No entanto, essa “neo-teoria do capital humano” tem um traço bastante característico: se anteriormente o incremento em educação deveria ser garantido pelo Estado, para a elevação do país a níveis maiores de desenvolvimento, na atual fase do capitalismo, cabe ao indivíduo buscar as oportunidades educacionais disponíveis para se inserir no mercado de trabalho flexível ou mesmo criar suas próprias formas de inserção, através do auto-emprego.

Dessa forma, a relação linear que se estabelece entre trabalho, educação e desenvolvimento, possui um caráter ideológico, não explicitando as reais condições do mercado de trabalho na atual fase do capitalismo, caracterizado pelo desemprego estrutural em massa, pelas relações de trabalho cada vez mais precarizadas e pela individualização do problema para o trabalhador.

Outra estratégia central nesse processo é o estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade civil para o fornecimento dos bens públicos, ampliando a participação política da classe trabalhadora, nos marcos do capital, através de ONG's, trabalho voluntário, cooptação de movimentos sociais, entre outros.

Pode-se perceber a partir da análise dos documentos do PNQ, que esse plano se configura como uma estratégia da burguesia brasileira para a educação de uma nova sociabilidade na classe trabalhadora, guardando íntimas relações com o projeto neoliberal e com as recentes transformações do mundo do trabalho.

Essas relações com as políticas neoliberais se evidenciam: 1) no tocante ao seu desenvolvimento, de forma descentralizada, através de parcerias com a sociedade civil e transferência de recursos públicos para entidades privadas, ampliando a noção de público-não estatal nas políticas públicas brasileiras; 2) no que diz respeito às suas estreitas relações com o mercado de trabalho e com o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas,

cognitivas e de gestão afeitas às noções de empregabilidade e empreendedorismo, atendendo a uma concepção produtivista e mercantilista; 3) no direcionamento de políticas focalizadas com o objetivo de alívio da pobreza, assumindo uma dimensão assistencialista e compensatória.

Mais importante que a formação técnica da classe trabalhadora, esse projeto visa a difusão e a sedimentação da cultura empresarial, a naturalização do desemprego e das relações de trabalho cada vez mais precarizadas e flexíveis e a formação de um trabalhador conformado e participativo nos limites do capital.

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado, bem como sua participação nos movimentos sociais, nas lutas de classe e movimentos sindicais em busca de melhores condições de trabalho e de direitos. No entanto, a incorporação do trabalho produtivo da mulher não se dá de forma indiferenciada com relação aos homens, ela ainda se insere de forma subordinada no mercado de trabalho e mantém suas “obrigações” com o trabalho reprodutivo, resultando numa dupla exploração do trabalho feminino.

Os documentos produzidos pelo MTE, que se pautam sobre a categoria “gênero”, colocam as relações de classe, gênero, etnia e raça como uma distribuição desigual de poder que possuem um mesmo patamar de explicação da realidade, advogando que através de políticas afirmativas e compensatórias, é possível alterar a situação das mulheres no sentido de promoção da igualdade de gênero.

Nesse contexto, apresentar a qualificação profissional de mulheres no PNQ como estratégia para se alcançar a igualdade de gênero é falacioso, na medida em que desconsidera que a desigualdade entre homens e mulheres se constrói sobre uma hegemonia burguesa que tem bases materiais concretas, na exploração do trabalho do homem pelo capital.

É dessa desigualdade que o capital se vale para explorar ainda mais a mão de obra feminina, reservando para elas o trabalho em condições ainda mais precárias, com menores salários, concentrado em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego.

Por conseguinte, o discurso de que as desigualdades de gênero seriam as causas da desigualdade do mundo do trabalho oculta as reais relações que se estabelecem no processo produtivo, no qual o capital se vale de todo tipo de diferenciação construída histórica e socialmente para aprimorar sua extração de mais-valia.

Ao se camuflar os reais determinantes da pobreza e das desigualdades, assentadas sobre as relações de classe que se estabelecem no modo de produção capitalista, ficam limitadas as possibilidades de compreensão da realidade, bem como as perspectivas de ação política.

Não se pretende negar com isso que o aumento da participação feminina no mundo do trabalho tenha se constituído como uma conquista das mulheres: “parte do processo de emancipação *parcial* das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho” (ANTUNES, 1999, p.109, grifos no original).

No entanto, o modelo de acumulação flexível tem se apropriado disso, incorporando a mulher de forma subordinada na produção. Esse fato tem efeitos sobre o conjunto da classe trabalhadora, uma vez que acirra a concorrência entre os trabalhadores, quebrando a resistência dos trabalhadores homens ao processo de precarização e flexibilização do trabalho.

O PNQ reforça essa incorporação subordinada, por se concentrar em cursos para atividades simples, com carga horária reduzida, desvinculados da escolarização básica e que transmitem valores adaptados à nova organização da sociedade burguesa.

(...) as reformas educacionais brasileiras, já implementadas ou em processo de implantação, visam, do ponto de vista técnico, à formação de um homem empreendedor e, do ponto de vista ético-político, à formação de um homem colaborador, características essenciais do intelectual urbano na atualidade, nos marcos da hegemonia burguesa (NEVES, 2005).

Mesmo não cumprindo as diretrizes e metas a que se propõe, como evidenciado no decurso da dissertação, o PNQ cumpre seu papel ideológico de transmissão de condutas ético-morais que incluem uma aparência de ampliação da participação política das massas (mesmo que, em última instância, prevaleçam os interesses do mercado) através das comissões municipais de emprego, implementação através de parcerias com a sociedade civil, ocultando a exploração e as reais causas do desemprego estrutural e formando um exército de reserva passivo e colaborador, que possua uma série de valores favoráveis a produção e que não coloque em risco a coesão social.

Como se pode perceber a partir das falas das entrevistadas, essas iniciativas de formação da mulher trabalhadora não repercutiram na sua situação de trabalho e não alteraram sua situação concreta de vida, mas tiveram um papel efetivo na elaboração de seus discursos

adesistas com relação ao empreendedorismo e à vinculação que se estabelece entre qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho: “alcançar mesmo o profissionalismo, quanto mais curso eu tiver mais qualificação eu terei, mais chances no mercado também” (ANA CAROLINA); “eu acho melhor você ser o patrão do que ser empregado” (ANA MARIA). Essas políticas, no entanto, acabam promovendo uma aliança de classes pela qual garantem a harmonia nas relações entre capital e trabalho, além da chamada governabilidade.

As transformações do mundo do trabalho, mais o projeto de educação proposto e colocado em prática pelas classes dominantes, não atingem apenas as mulheres trabalhadoras: atingem a classe trabalhadora em seu conjunto. Evidenciar as relações que o PNQ estabelece com o processo de reorganização capitalista no Brasil, com vistas a formar o novo “homem coletivo”, adaptado à sociedade contemporânea, se torna essencial para pensar as estratégias de luta e organização da classe trabalhadora na construção de um projeto que realmente lhe interessa.

Mantidas as relações sociais capitalistas não é possível a qualquer programa assistencialista romper a jaula de ferro da miséria ou da pobreza, impossibilidade criada pela contradição essencial entre capital e trabalho. Esses programas podem, no máximo, abrandar muito levemente as brutais contradições sociais (...). Os capitalistas não podem, a um só tempo, acumular e redistribuir renda, na medida das necessidades dos subalternos (DIAS, 2010, p. 145-146).

É preciso desenvolver formas contra-hegemônicas de educação da classe trabalhadora brasileira que possam se contrapor às iniciativas gestadas pelo Estado em conformidade com os objetivos burgueses.

Para as mulheres é fundamental identificar contra quem e contra o que se luta, até porque a luta pela superação das classes deve ser uma luta de homens e mulheres que vendem a sua força de trabalho, a ação da classe trabalhadora contra o capital, havendo de ser também uma luta contra as formas histórico-sociais do jugo masculino, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero, mas

o fim das formas de opressão de classe, se geradoras de uma forma societal autenticamente livre, autodeterminada e emancipada, possibilitará o aparecimento de condições histórico-sociais *nunca anteriormente vistas, capazes de oferecer condicionantes sociais igualitários que permitam a*

verdadeira existência de subjetividades diferenciadas, livres e autônomas
(ANTUNES, 1999, p.110, grifos no original).

No âmbito do Estado, novos projetos estão surgindo com a proposta de “inclusão social das mulheres” como o “Mulheres Mil”, que se constrói em parceria com os *colleges* canadenses. Esse projeto valoriza o saber informal, a validação de competências que as mulheres desenvolveram ao longo da vida e a certificação. Apresentando metas irrisórias, em princípio, tudo nos indica ser mais uma iniciativa de conformação da mulher trabalhadora para o projeto do capital e que precisa ser estudado mais profundamente.

Outra mediação importante que não pode ser considerada nessa pesquisa é a influência dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e Unesco na elaboração desses discursos sobre a necessidade de construção de políticas públicas voltadas para o atendimento da mulher, pautados na perspectiva de gênero, reparando-se a forma como essa categoria vem sendo trabalhada sob o paradigma da “pós-modernidade”.

Extrapolando os limites desse trabalho, mas ainda crucial para se avançar na luta da mulher trabalhadora, é a necessidade de se estudar as formas de organização política das mulheres nos movimentos de mulheres e movimentos feministas, em sua contextualização histórica até a contemporaneidade.

Muito resta ainda por se fazer, mas trazer à luz as formas de que a burguesia se vale para ocultar a exploração do trabalho humano, para buscar o consenso ativo dos governados para que o capital possa se reproduzir infinitamente é um primeiro e importante passo para a construção de alternativas de luta para se contrapor a isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. R. P. Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. 35, 1993.

ANTUNES, R. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. In: *Ideias*, Campinas, 9(2)/10(1):13-24, 2002-2003.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensino sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAÚJO, C. Marxismo, Feminismo e enfoque de gênero. In: *Crítica Marxista*. Dossiê Marxismo e Feminismo. n. 11, 2000 p. 65-75.

BANDEIRA, L. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres*. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL, SPM, 2005.

BENOIT, L.O. Feminismo, Gênero e Revolução. In: *Crítica Marxista*. Dossiê Marxismo e Feminismo. n. 11, 2000 p.76-88.

BENSAID, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOITO JUNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista* (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 17, p. 9-35, 2003.

BRIGHTON, L. P. G. O processo de trabalho capitalista. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre, Artes médicas, 1991, p. 15-43.

CÊA, G. A qualificação profissional como instrumento de regulação social: Do PLANFOR ao PNQ. In: CÊA, G.S.S. (Org.) *O Estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: Pressupostos e ações governamentais*. Cascavel: Edunioeste, 2007, p.187- 226.

_____. *A qualificação profissional entre fios invisíveis: uma análise crítica do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor)*. Niterói, 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção? In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs.). *O Banco*

Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez; PUC-SP; Ação Educativa, 1996, p. 75-124.

DIAS, E.F. Projetos hegemônicos: a propósito da crise. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XIX, n. 45, Jan. 2010, p. 143-160

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 11-120.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. v. 01. 263 p

FINELLI, R. O “pós-moderno”: verdade do “moderno”. In: COUTINHO e TEIXEIRA (orgs) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIORI, J.L. Globalização, Hegemonia e Império. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.87-147.

FONTES, V. Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: Lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J.C.F. e NEVES, L.M.W. (Org.). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, v. 1, p. 201-240.

_____. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. *Tempo*, v. 2, n. 3, p. 34-58, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol.26, n.92, p.1087 – 1113, Especial. Out. 2005.

_____. *A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita*. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez Editora, 2005a. p. 21-56.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e tecnológicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J.C.F. e NEVES, L.M.W. (Org.). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, v. 1, p. 241-288.

_____. *A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006b

_____. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2000, p. 70-90.

_____. Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (org). *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis, Vozes, 1995, p.77-108.

GIDDENS, A. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n. 17-18, 2001-2002.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho?* Boitempo, São Paulo: 2002

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. *As relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível*. Texto apresentado na reunião anual da ANPEd, - GT Trabalho e Educação, 2007.

_____. A educação profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. In: *Educação e sociedade*. Campinas, v.27, n.96, edição especial, p.877-910, out 2006.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs). *Capitalismo, trabalho e educação*, 3ª ed, Campinas, Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

LEHER, R. O Governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. *Observatório Social de América Latina*, v. 10, p. 81-96, 2003.

LEVY, P.M. *Programas sociais ou salário mínimo?* Disponível em www.iadb.org. Publicado em 23 de fevereiro, 2007.

LESSA, S. *A sofisticação da aprendizagem simples e a abordagem da pobreza: políticas de formação profissional para o trabalhador pobre*. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, K. Capitalismo dependente e reforma universitária consentida: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: Siqueira, A. e Neves, L. (Org.). *Educação superior: uma reforma em processo*. SP: Xamã, 2006, p. 19-42.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. (7ª ed). São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Método dialético e teoria política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, K. *A Revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A Maquinaria e a Grande Indústria. O Capital*. Livro 1, vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Cap. XIII, p. 423-570, 2002.

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, H.P. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto *Governabilidade Democrática de Género en America Latina y El Caribe*. Brasília: CEPAL, SPM, 2005.

MESZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, E.L. *Construindo Identidades Sociais: Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. Coleção Qualificação social e profissional, v.1, Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

NEVES, L.M.W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o*
consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, C.M. *A feminização do mundo do trabalho: Entre a emancipação e a precarização*. Campinas, Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, R. O Banco Mundial e a educação profissional. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 24-33, 2001.

PAULANI, L. M. *Brasil Delivery: Servidão financeira e Estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. v. 1.

PENA, M.V.J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RUMMERT, S. M. Movimento sindical e políticas públicas para a educação da classe trabalhadora no Brasil. In: Rui Canário. (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. 1ª ed. Lisboa: EDUCA - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2007, p. 81-106.

_____. A educação e as teses de inclusão social. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 58, Março de 2006. ISSN 15196186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 01 mai 2007.

_____. Entidades representativas dos interesses do trabalho: expressão da hegemonia do capital? In: *Trabalho Necessário*. Ano 3, Nº 3, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN3%20RUMMERT,%20S..pdf>>. Acesso em: 11 jan 2009.

SCHAFF, A. *História e Verdade*. (2ª ed). São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SAFFIOTI, H. I.B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI e MUÑOZVARGAS (orgs.) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília: UNIVEF, 1994. p. 271-283.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAUL, A. M.; FREITAS, J. C. (Org.). *Políticas públicas de qualificação: desafios atuais*. 1ª ed. São Paulo: Fundação Interuniversitária de estudos e pesquisas sobre o trabalho - UNITRABALHO, 2007. v. 2000. 206 p.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul.-dez. 1990.

SENAC.DR.MG. *Habilidades Básicas para o Trabalho*. (org.) Aguiar, Lucia Alves. Belo Horizonte: SENAC/MG/ERA/SEMD. 2005

STABILE, C. Pós-modernismo, feminismo e Marx. In: WOOD e FOSTER (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999).

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sunderman, 2008.

VENTURA, J. *O PLANFOR e a educação de jovens e adultos trabalhadores: A subalternidade reiterada*. Dissertação de mestrado. UFF. Niterói, 2001.

WOOD, E. M. *Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003. Tradução: Paulo Cezar Castanheira.

Fontes documentais

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE JUIZ DE FORA / 2008. Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Pesquisas Sociais. Disponível em:
http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/anuario_2008/index.html acesso em 18/02/2010.

BRASIL. Presidência da República. *Anais da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres*. Brasília: SPM, 2004a.

_____. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004b. 104 p.

_____. Relatório do Seminário “A Transversalização de Gênero, Raça e Etnia no PNQ”. Brasília: MTE, 2004c.

_____. *Decreto no. 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

_____. *Plano Nacional de Qualificação: PNQ, 2003-2007*. Brasília : MTE, SPPE, 2003. 56 p.

CODEFAT. Resolução do CODEFAT nº 333, de 10 de julho de 2003. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/Legislacao/Resolucoes/2003/r_20030710_333.pdf>.

Acesso em 25 de janeiro de 2009.

_____. Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Orientações para a Elaboração dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs 2003. – Brasília : MTE, SPPE, 2003.

Disponível em:

<http://www.oitcinterfor.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/ifp/sppe/pnqori.pdf> Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

_____. 1997. *Decreto no. 2.208*, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 30 a 42 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. 1996. *Lei no. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DIEESE . *Anuário da qualificação social e profissional: 2006*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo, 2007. Disponível em:
http://www.dieese.org.br/anu/Anuario_qualificacao_profissional.pdf acesso em 12 de janeiro de 2010.

_____. *Anuário dos trabalhadores: 2007*. 8.ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2007. Disponível em:
<http://www.dieese.org.br/anu/anuario2007.pdf> Acesso em: 12 de janeiro de 2010.

_____.Anuário dos Trabalhadores: 2006. 7.ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.-- São Paulo, 2005. Disponível em:
<http://www.dieese.org.br/anu/anuario2006.pdf> Acesso em 12 de janeiro de 2010.

_____.Anuário dos Trabalhadores: 2005. 6.ed. /. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. São Paulo, 2005. Disponível em:
http://www2.mte.gov.br/pnq/anuario_2005.pdf Acesso em 12 de janeiro de 2010.

PEPM. Plano Estadual de Políticas para Mulheres/ MG disponível em:
http://www.almg.gov.br/eventos/mulheres/Plano_Mulher.pdf Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

UNITRABALHO. Relatório final de avaliação do planejamento do PlanTeQ-MG /2004 (mimeo).

ANEXO I

Roteiro de entrevista com egressas dos
cursos do PNQ

Roteiro de entrevista com mulheres egressas do PNQ em 2007³³

PERFIL

1. Nome:
2. Curso que frequentou:
3. Data de nascimento:
4. Estado civil:
5. Como você se considera com relação em relação à sua cor e/ou etnia?

Branco

Negro

Pardo/Mulato

Amarelo (de origem oriental)

Indígena

DADOS FAMILIARES

6. Tem filhos? Quantos? Qual a idade?
7. Quem é responsável pelo cuidado dos filhos?
8. Quantas pessoas moram com você? Quem são?
9. Descreva o imóvel em que vivem: (próprio / alugado, nº de cômodos, etc...)
10. Quem é o principal responsável pelo sustento da família?
11. Qual é a renda familiar?
12. Quem realiza o trabalho doméstico?

³³ O roteiro de entrevista se baseia, em alguns pontos, na entrevista com egressos realizada pela UNITRABALHO por ocasião da avaliação externa do PNQ em 2006.

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA ANTES DO CURSO

13. Antes de iniciar o curso do PNQ, você fez estudos regulares correspondentes à:

Nível/grau	Até a série	Ano
Ensino fundamental incompleto		
Ensino fundamental completo		
Ensino médio incompleto		
Ensino médio completo		
Educação superior incompleta		
Educação superior completa		
Nunca havia frequentado a escola		

14. Como ficou sabendo do curso?

15. Qual a sua situação de trabalho/ocupação, nos três últimos meses, antes de realizar o curso? (nunca trabalhou, desempregada, empregada com (sem) carteira assinada, atividade familiar, bico, empregador, etc...)

16. Qual era o seu salário mensal neste trabalho?

17. Por que optou por fazer esse curso?

18. Qual era a sua expectativa com relação ao curso?

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DEPOIS DO CURSO

19. Qual é a sua situação de trabalho agora? (nunca trabalhou, desempregada, empregada com (sem) carteira assinada, atividade familiar, bico, empregador, etc...) Chegou a procurar? Por que acha que não conseguiu?

20. Descreva seu trabalho? (o que faz? Como? Por quanto tempo?)

21. Qual é o seu salário mensal neste trabalho?

22. Você percebe alguma relação entre sua situação de trabalho atual e a realização do curso do PNQ? Qual?

23. Ao concluir o curso, você foi encaminhada para alternativas de emprego? Como? Quais?

24. Ao concluir o curso, você foi encaminhada para alternativas de elevação da sua escolaridade? Onde?
25. Qual a sua escolaridade atual? Ter participado do PNQ influenciou você a retomar os estudos? Em que sentido?

O CURSO

26. O curso atendeu as suas expectativas?
27. Faça uma avaliação geral do curso. (peça comentários sobre dificuldades encontradas – linguagem, duração, conteúdo – Conteúdos importantes que foram deixados de lado, dificuldades pessoais para acompanhar o curso, professores, recursos existentes, outras críticas a fazer).
28. Quais os conteúdos foram trabalhados durante o curso?
29. Independente de haver relação ou não com a sua ocupação atual, o curso tem de ajudado nessa ocupação? Como e em que? (se não, por que?)
30. Além de uma possível mudança na situação de trabalho e da renda, que outros ganhos você conseguiu com o curso do PNQ?

ANEXO II

Transcrição das entrevistas com
egressas

Transcrição das entrevistas

Entrevista 1

1. Marislei

2. técnicas de recepção
3. 20/12/1978 [30 anos]
4. solteira
5. Branca
6. sim, um menino, [quantos anos?] 5 anos
7. sou eu
8. eu, minha mãe, meu irmão, minha irmã e meu filho, são cinco
9. alugado, são 2 quartos, sala, cozinha e banheiro [quanto vocês pagam de aluguel?] 320,00
10. minha mãe
11. é que a minha mãe recebe pensão, então chega a quase uns 1500,00
12. assim, quando eu to em casa e não estou trabalhando sou eu, mas geralmente é a minha mãe
13. eu tava fazendo... é que eu tinha parado de estudar e voltei fazendo o supletivo, eu já tava fazendo o supletivo, e vou terminar agora em agosto [então no ano que você fez o curso você tava...?] eu devia ta no oitavo ano
14. foi uma amiga, ai eu fui no sesi e me inscrevi [na verdade ela se inscreveu no Senac]
15. eu até hoje, eu sou professora de dança numa escolinha e trabalho lá na parte da tarde e agora no momento eu to trabalhando na parte da manhã com edição de filme [e nesse trabalho você tinha carteira assinada? Qual era a sua situação?] não, autônoma
16. um salário e meio
17. porque eu acho assim que é novos conhecimentos e você acaba abrindo a sua área de trabalho, né?! Você não fica só focado num lugar, você pode vir a ter outras oportunidades de trabalhar em outros lugares, e eu também já trabalhei com recepção antes de dar balé, eu já trabalhei em lojas de presente, em lanchonete, então tudo tem uma recepção, você tem que recepcionar as pessoas.

18. eu queria assim arrumar um serviço rápido né, pra eu sair um pouquinho dessa área de infantil, mas não consegui não [você procurou?] eu entreguei currículo em vários lugares, mas não consegui não [e porque você acha que não conseguiu?] é muito competitivo né, em Juiz de Fora, na área de trabalho ta muito sem espaço, sem lugar, sempre tem gente com mais estudo, com mais cursos, então acaba assim, atrapalhando.
19. Na escolinha e nesse estúdio fazendo filmagem [e continua sem carteira assinada?] sem carteira assinada, é autônomo.
20. eu tenho dois meses que eu to aqui nesse estúdio, aqui perto da minha casa mesmo, eu trabalho com edição de filmagens, filma casamentos...é um estúdio fotográfico, então ele filma casamentos, aniversários e a gente faz a edição desses filmes, eu trabalho de oito as três da tarde, ai chega de tarde, de quatro as cinco eu dou aula de balé todos os dias aqui na escolinha, que também é aqui perto da minha casa.
21. olha na escolinha é um salário, ali eu já recebo por semana, a cada edição que eu faço eu recebo 15,00 [recebe por edição?] recebo por edição.
22. também porque as vezes eu to editando e ai eu tenho que atender clientes pra ele, então você tem que saber como conduzir, pedir pra esperar, eu acho que tudo na vida é uma técnica de recepção, que ate mesmo pra eu atender você ali, eu tenho que saber te receber, eu acho que tudo é válido quando você faz um curso.
23. não
24. não
25. to terminando o terceiro ano agora em agosto. Como eu trabalho na área de educação infantil, eu quero fazer educação física, eu sempre quis, mas ai eu parei também por esse motivo, de ta aprendendo, de ta fazendo aula e então eu retornei também por esse motivo pra ta fazendo educação física.
26. sim, eu achei assim que a gente quando vai atender as pessoas é muito tímido, a gente tem mania de não conversar, de não se expressar direito com medo, eu pelo menos assim, eu era assim quando eu trabalhava com recepção, eu já chegava e falava pois não, era o que eu falava e não falava mais nada, se o cliente perguntasse que eu ia explicar, falar do produto e não é assim, você já tem que chegar abordando, explicando, perguntando o que o cliente quer ou não , dependendo do que você for trabalhar, e assim eu gostei bastante [você disse que a sua expectativa ao terminar o

curso era arrumar um emprego mais rápido e mesmo não conseguindo esse emprego você acha que o curso atendeu as suas expectativas?] eu acho, com certeza

27. foi tudo ótimo, excelente, principalmente a professora, ela entrosou bastante com a turma, era uma turma muito grande, mas assim, todo mundo se entrosou, foi uma amizade legal [e o fato de ser uma turma grande não prejudicou?] não, de forma alguma, todo mundo ali participava em todas as questões que ela trabalhava em sala, ela dividia a sala em grupos, se um tava melhor que o outro, ninguém... entendeu?! Foi uma turma muito legal, eu gostei
28. além de tudo assim, eu aprendi a montar um currículo, porque a gente, geralmente a gente não tem noção do que vai colocar num currículo, lá ela mostrou direitinho como montar um currículo pra ta mostrando na empresa, eu aprendi também... ah, várias coisas, ela também assim colocava a gente como patrão e colocava os outros alunos como funcionário, pra gente ter relação também, saber entender como que é, porque as vezes a gente questiona muito eles, né e o patrão também questiona muito o funcionário, então ela fazia esse tipo de exercício com a gente, [com relação a direitos trabalhistas, cidadania?] muito, isso trabalhou bastante, foram lidos muitos parágrafos mesmo [e o material que vocês trabalharam nos cursos, foi só as apostilas?] foi só as apostilas... não ela levava também filmes educativos, a gente assistia lá, o próprio lugar lá, teve um dia que eles passaram um filme pra gente não foi só com os livros deles não, a professora acrescentava além [e você lembra quantas apostilas eram?] duas [só duas? era uma de técnicas de recepção e outra de competências para o trabalho?] isso, eu ainda tenho.
29. tem [como e em que?] ah eu sempre fui muito presa, muito tímida pra conversar com as pessoas, me ajudou bastante, porque quando vem um cliente, ele quer saber sobre o produto, então você tem que explicar, a pessoa não tem que perguntar, e eu era assim antes, eu ate havia falado isso com a professora na época e ela me pos como cliente, como que eu ia chegar num lugar e ficar parada olhando pra cara do funcionário, ela me pos como cliente... e eu gostei muito.
30. ganhos? Ganhos não? Eu não trabalhei com isso... Sobre ganhos assim eu não posso falar não

Entrevista 2

1. Valéria

2. Recepcionista, né?!
3. 25/05/68 [41anos]
4. casada
5. parda, ne?
6. tenho três, um é 12, 18 e 24
7. eles mesmo se cuidam né, a minha filha mais velha, ela trabalha, na casa e vídeo, já é independente, a minha filha do meio é casada tem um netinho meu de dois anos três meses e o mais novo estuda, faz curso...
8. eu a Joice, o Breno e o meu esposo
9. casa própria, tem 8 cômodos e uma cobertura
10. meu esposo
11. ah, é 1200,00
12. ate então sou eu, né?! porque eu to desempregada
13. segundo grau completo [ensino médio completo] em 2007
14. foi um senhor lá do SINE que me indicou, porque la no SINE eles estavam fazendo cadastramento e eu ia muito la procurar emprego, ai ele falou assim: - ah, ta tendo um curso de recepcionista, você não quer fazer não? Eu te indico la. Ai ele me indicou e eu consegui a vaga pra mim e pra minha filha, foi eu e a minha filha que fizemos, a Joice.
15. eu tava desempregada, ai eu fiz o curso, ai depois do curso eu consegui um emprego de faxineira numa empresa, na construtora Andrade Gutierrez e agora eu to desempregada porque ela fechou ne?! E mandou os empregados embora. To no seguro desemprego e recebo 470,00.
16. -----
17. porque eu sempre tive o desejo de ser recepcionista, eu sempre tive vontade de atuar nessa área porque eu acho que eu tenho boa aparência, sou educada, trato muito bem as pessoas e eu achei que seria melhor pra mim porque eu já tinha o segundo grau, pra melhorar né, o meu currículo, né?!...
18. era conseguir um emprego imediato, só que eu não consegui, ate hoje...

19. desempregada, porque eles pedem a prática na carteira, não adianta você ter só o curso, você tem que já ter trabalhado.
20. -----
21. -----
22. -----
23. não
24. também não
25. é a mesma, segundo grau, eu não fiz mais curso nenhum, porque só o meu marido e a minha filha que trabalham, a minha filha ganha muito pouco lá na casa e vídeo, eles pagam muito mal, nem ela mesma pode fazer um curso pra melhorar a situação dela lá dentro da empresa, fica difícil... e ela que paga conta de telefone, que ajuda nas despesas né... Porque só o meu marido trabalhando, ele trabalha no abatedouro, o salário dele não dá, é muito baixo.
26. não porque eu não to exercendo a função
27. eu gostei muito do curso, eu achei que eu aprendi bastante, muitas coisas, conheci muita gente, mas eu acho que eles deviam ter um contrato com alguma empresa pra dar oportunidade pra aquelas pessoas que concluíram o curso pra fazer assim uma... como é que fala? Pra ele colocar em prática aquilo que ele aprendeu ali, na prática né? Porque ficou só na teoria. Pra não ficar ali só na teoria, né?! Não teve uma aula prática, só aula teórica mesmo.
28. Foram filmes que eles passaram, apostilas [além dos conhecimentos ligados a parte de recepção mesmo, eles trabalharam outros conteúdos? outros tipos de conhecimentos com vocês?] Como assim? [por exemplo relacionados ao mercado de trabalho, a cidadania, esse tipo de coisa, direitos?] é, eles ensinaram, mostraram pra gente lá na apostila algumas coisas, mas eu acho que faltou mesmo foi a prática, a oportunidade de ... um estágio né?! Pelo menos...
29. -----
30. Eu aprendi que a gente não deve assim, não se conformar, né?! Correr atrás dos sonhos, dos planos com esse curso, mas só que a gente corre atrás, a gente busca, só que a gente não consegue, porque a gente não tem a prática na carteira, então eu acho

que eu não tive muito ganho... eu não tive ganho nenhum... porque eu terminei o curso e consegui um outro emprego, mas um emprego de faxineira também e pra ficar cobrindo férias das pessoas, tem uma semana que eu fui mandada embora dessa empresa porque não tem mais pra quem eu cobrir férias e eles não tem onde me colocar e ai eles me mandaram embora, como faxineira... eu sempre quis trabalhar como recepcionista, como atendente do público ali, porque eu sempre gostei disso, mas a gente não consegue, eu vejo nos jornais, as empresas de trabalho mas eles pedem mesmo é a prática na carteira, ali ué... eles não querem saber se você tem só o curso... O meu marido ele deu sorte, porque ele fez o curso de caldeireiro, ai ele pos o currículo dele no matadouro lá e eles estavam precisando, ele não tinha prática na carteira, mas ele fez o curso e eles estavam precisando de uma pessoa que tinha o curso, não precisava de ter a prática, precisava de ter o curso, mas é muito difícil alguém que vai querer você só com o curso na mão, sem ter a prática ali da função, ele deu foi sorte, ele não tinha a prática na carteira mas ele tinha o curso que ele fez, ele ta trabalhando la todo feliz com o curso dele.

Entrevista 3

1. Débora

2. Preparo de pizzas
3. 10/04/91
4. solteira
5. Branca
6. não
7. -----
8. eu, minha mãe e a minha irmã
9. eu moro numa casa própria, embora esta num financiamento de um empréstimo pra poder construir, ela ta terminando a construção dela, ela tem dois quartos, um banheiro pequeno, a gente escolheu fazer a cozinha maior que é o lugar onde a gente mais fica porque todo mundo gosta de cozinhar e tem uma sala também que é um ambiente um pouquinho maior porque a gente gosta muito de ver filme, ficar la

10. é a minha mãe
11. mais que um salário mínimo, minha mãe ganha um salário, a minha irmã ganha um salário e meio [dois salários e meio então?] isso [só as duas que trabalham?] só as duas eu não trabalho, eu só estudo
12. sou eu que faço, como eu não trabalho aí eu fico por conta mais da casa, porque a minha mãe e a minha irmã elas trabalham o dia inteiro, a minha irmã trabalha de três as onze da noite e a minha mãe de oito as oito quase, então eu que faço [elas fazem o que?] a minha mãe é domestica e a minha irmã é auxiliar de grampo numa industria gráfica
13. eu devia ta... eu tava no segundo ano [você chegou a interromper os estudos?] não, sempre conciliei o estudo, eu estudava de manha, ai eu saia onze e meia e ai pegava no curso uma hora se não me engano, sempre deu pra conciliar sim
14. eu fiquei sabendo através de um amigo meu que tinha visto no SINE, ai ele me falou que tinha o curso e tal, ai a gente foi lá fez a inscrição, mas ai eu queria, na verdade, não sei, eu não me recordo bem se era secretariado que tinha [técnicas de recepção?] isso, mas acabou que tava lotado, ai eu peguei e falei assim, como era de graça, então eu falei já que é profissionalizante, ai eu escolhi o preparo de pizzas que eu falei, deve ser alguma coisa que também vai me auxiliar em alguma coisa que eu possa fazer
15. eu nunca tinha trabalhado, eu sempre fiquei em casa, fazendo o trabalho de casa, mas nunca trabalhei fora, nada, nem na época e nem...
16. -----
17. bom, eu optei porque na verdade eu não tinha opção, então eu escolhi... eu não tive nem opção, tinha entre estética e ele, então estética não era muito a minha área, então eu acabei escolhendo aquele curso porque eu falei, eu vou tirar proveito em alguma coisa e acabou que eu tirei um pouco de proveito [mas tirou proveito em que?] ah, porque no meu currículo, porque a gente teve aula também de manipulação de alimentos, essas coisas assim, de gestão de pessoas, a gente teve uma semana, então eu pude colocar isso e isso chamou a atenção em algumas entrevistas de emprego que eu fiz, assim, embora eu não tenha conseguido um emprego, mas assim, no currículo me ajudou pra que eles me chamassem pelo menos pra entrevista

18. bom, na época eu não sabia muito bem como é que ia ser, então quando a gente chegou lá, eu não imaginava que a gente ia ter aquela gestão de pessoas, como que ia ser o trabalho, eu pensava que a gente ia chegar lá na área da cozinha e fazer, mas assim, foi um curso muito bom, gostei muito dele, me ajudou bastante, eu aprendi muita coisa lá e também como pessoa ali dentro porque tinha gente muito diferente, tinha gente que já trabalhava na área, que era pizzaiolo e tava querendo se especializar, eu aprendi na época eu não sabia cozinhar direito, eu aprendi bastante coisa lá, eu convivi com pessoas que já eram formadas na escola técnica de Barbacena e que me ensinou bastante coisa
19. agora eu não to trabalhando, eu só estudo [mesmo assim, você nunca trabalhou?] nunca trabalhei [você chegou a procurar depois de terminar o curso?] eu procurei assim em algumas áreas de alimentação, só que é muito puxado e aí quando eu entrei na faculdade eu parei de procurar porque eu não ia dar conta das duas [e porque que você acha que não conseguiu nesse período que você estava procurando?] ah, porque quando eu tava procurando eu era menor e eles não queriam me chamar, assim, eu não tinha muita experiência com entrevista assim e não mandei muito bem e por falta de experiência mesmo
20. -----
21. -----
22. -----
23. não, não me encaminharam, a gente acabou o curso assim, eles até falavam alguns lugares e tal, mas nunca chegaram a encaminhar, a dar seu nome não, nunca chegaram a encaminhar, só indicar, tinha até algumas pessoas, a professora falava que de vez em quando iam umas pessoas lá olhar, mas assim geralmente quem pegava assim, já pegava quem trabalhava em pizzaria, geralmente homens também eles davam mais valor, mas assim, eu nunca cheguei a ser encaminhada não [e porque você acha que para o preparo com pizzas eles davam mais preferência para homens?] porque geralmente, os homens que trabalhavam lá, eles falavam que a massa, porque a gente trabalhava com massas pequenas, e eles falavam que lá onde eles trabalhavam era muito assim, seis quilos que eles tinham que virar, num lugar muito grande, que necessitava de força, no entanto que eu conheço a minha prima que trabalha nessa área

de pizzaria e ela falou que só conhece duas pizzaiolas em Juiz de Fora, e eu acho que tem um pouco de preconceito também e eles falavam que tinha que ter força e tal, por isso que eu acho que davam mais ênfase pra eles

24. olha comigo, nunca falaram nada não, mas assim sempre eles focavam, eles falavam assim pra gente ter juízo, pra gente fazer as coisas certinhas, mas assim, nunca perguntaram qual é o seu nível de escolaridade não, mas igual a minha professora, ela tava formando em turismo também, então eu sempre perguntava pra ela como que era, eu sempre me interessava, então ela sempre falava o curso é assim, assim, tanto que ela ate me deu uma blusa de turismo, então ela assim, quem ela via que tava interessado ela sempre guiava assim, e ela também era formada em gastronomia, então ela falava também como que era pra pessoa seguir, ela sempre dava informações pra pessoa ver se se interessava
25. to no segundo período de turismo na federal
26. não, não me influenciou não, antes mesmo de entrar no curso de pizzas eu já queria, assim, me influenciou um pouco pela professora estar cursando turismo, mas não necessariamente por causa do curso, mas por causa dela que me explicou como é que era o curso direitinho ai eu segui mesmo
27. ah, ele atendeu porque tudo sobre pizzas a gente aprendeu e ate mais, a gente aprendeu a fazer as massas e eu sinto assim, que se eu precisar fazer uma pizza eu consigo fazer, eu já tive ate ideia de fazer pra vender, mas ai a falta de tempo que é o difícil, mas assim, eu acho que tudo que tinha que aprender eu aprendi
28. eu acho assim que a primeira semana foi um pouco cansativo, porque a gente teve aquelas aulas sobre como se portar no trabalho, e o professor assim, a aula dele era um pouco cansativa as vezes, mas em relação a aprender a parte de fazer as pizzas eu acho que foi ótimo, porque ela ensinava tudo muito detalhadamente, ela fazia a gente colocar a mão na massa mesmo, a fazer os molhos, ligar, assim, só no forno que ela não deixava muito a gente mexer, era só mais assim, eram mais outras pessoas que mexiam, mas eu acho que com relação a essa área de fazer a pizza eu acho que a gente aprendeu bem
29. a gente aprendeu a fazer massas de pizzas de vários tipos, assim, antes na verdade a gente aprendeu as leis trabalhistas, como que se relaciona no trabalho, essas coisas

assim, mais administrativas, quando a gente foi pra cozinha mesmo é que a gente começou a aprender, aí a gente fez massas de vários tipos, aprendeu varias receitas, é partes assim, coisas essenciais tipo como o molho ficar bom, a gente aprendeu a fazer pizzas doces, salgadas, limpar frutos do mar, picar, porque tem formas certinhas de picar sabe?! A gente fez vários tipos de pizzas. A criatividade nossa, porque teve um dia que ela chegou pra gente e falou eu quero que vocês inventam uma, eu vou dar os ingredientes tais pra vocês e vocês vão pegar e com isso que vocês tem vocês vão inventar, então assim a criatividade da gente... essas coisas assim [nessa primeira semana que você falou que foi mais cansativa, o que mais que foi trabalhado?] ele fez muita dinâmica ele fez uma parte assim também do psicológico da gente, ele colocou... tinha umas coisas lá.... tipo um exame que ele fez com a gente que tinha escrito verde, amarelo, azul e umas outras cores, só que porém as palavras elas tinham cores, por exemplo, o verde tava amarelo, aí ele ficava uma hora mandando a gente falar a cor, pra ficar vendo o psicológico da gente, o bom também era que ele conversava muito com a gente, ele também explicou muito como que é a área da produção de pizzas, do emprego, ele ensinou mais foi essa parte assim de como que você lida com as pessoas [e eles ensinaram como fazer pra conseguir dinheiro, pra conseguir trabalhar depois que terminasse o curso?] essa área eu não senti que foi muito focada não, porque eles falavam muito por alto assim, o lugar tal, o lugar tal, o lugar tal, eles focavam mais assim em a gente aprender mais a fazer a pizza e eu acho que por um ponto eles queriam mais que a gente abrisse um negócio [então essa parte de abrir seu próprio negocio foi bem focada?] foi bem focada, no entanto, que a professora ela falava, eu comecei a fazer, eu fazia pizzas e vendia eu tinha uma bicicletinha e eu levava as pizzas pra vender, eu acho que eles focavam isso, e ela falava eu tenho alunos que vendem e aí no entanto que ela ensinou a gente a fazer mini pizzas pra vender, e na época que a gente fez o curso tinha um moço na Getulio que vendia e aí ela falou olha só ele vende, vocês podem vender, eu acho que ela focava mais isso, no entanto, que a gente fazia pizzas assim, em porções menores e não igual acontece em pizzarias mesmo que é aquelas quantidades enormes de massas, de molhos, não. A gente fazia pizzas pequenas pra poder mesmo... eu acho que ela queria focar mais na gente vender, pra gerar uma renda talvez

30. Como pessoa eu acho que eu me fortaleci muito porque a professora era tão... ela era muito legal sabe? No último dia ela até chorou quando a gente foi embora, e a gente ia... Porque até então eu nunca tinha feito cursos assim, eu acho que eu tava em curso de informática, mas curso de informática você senta lá no computador e quase não tem contato com as outras pessoas e lá eu tinha contato com gente de tudo quanto era lugar, tanto gente que era mais pobre ou que tinha mais dinheiro do que eu, então era assim, um contato com as pessoas e todo mundo era gente boa, tinham aquelas pessoas que eram mais caladas e tinha uma menina lá que falava e falava e ela era muito engraçada então a gente gostava disso, e o professor também na hora do intervalo ele sentava lá com a gente e conversava, eu acho assim, que eu sinto falta de lá porque as pessoas eram muito boas, então eu aprendi a ter contato, a falar mais, e até teve um caso lá que a gente tinha que abrir uma massa redondinha lá, e nossa minha massa ficou horrível, e eu fiquei tão chateada, porque ficou horrível e aí eu aprendi a errar também eu acho, porque até então eu nunca tinha feito essas coisas, e eu aprendi a fazer as coisas erradas, inclusive tinha um menino lá que ele é formado em Barbacena e ele não conseguia abrir a massa de jeito nenhum e ele nossa, eu sei fazer isso, eu sei fazer aquilo, eu sei fazer isso, mas eu não consigo abrir essa massa, entendeu? aprender a errar, aprender que a gente tem qualidades, a gente tem defeitos. [e a respeito do material didático?] se eu não me engano a gente tinha três apostilas, não quatro, não três mesmo, uma que era dessa primeira semana, que era leis trabalhistas, essas coisas assim [competências para o mundo do trabalho?] isso, uma que era de receitas mesmo, tinha receitas de massas, tudo, e a outra era sobre higiene e manipulação de alimentos, essas três que eu lembro, acho que eram só essas três mesmo, elas eram verdinhas... a de receita era maior, e a gente tinha avental, toca, e tinha alguma coisa que a gente trocava todo dia, num sei, não o avental de vez em quando a gente trocava, porque quando sujava a gente podia trocar e a toca também, e a gente sempre lavava as mãos, tinha álcool e ela ensinou pra gente como que limpa tudo, como é que o álcool lá tem que ser 70%, ela sempre ensinava e aí todo dia a gente tinha que lavar a mão, não podia sair com o avental, com a toca pro lado de fora, se lanchava lavar a mão, sempre assim, ela sempre ensinava e o que eu achei mais interessante assim, é que apesar deles focarem sempre os homens lá quem dava a aula, quem ensinava a gente a fazer pizzas

era uma mulher, entendeu?? E ela sempre, ela ensinava a gente muito bem, ela mandava muito bem, só que assim, como ela tinha problema com lactose, só no primeiro dia que ela comeu massa com a gente, porque foi feita com água, depois todas tinham queijo e ela não podia comer.

Entrevista 4

1. Marcela

2. curso de informática, la mesmo no SENAC e curso de Paes e doces [no caso em 2007 então foi o curso de Paes e doces?] isso [e você fez o de informática antes?] foi, antes
3. 28/05/89
4. solteira
5. amarela
6. não
7. são eu e mais dois irmãos e a minha mãe
8. é próprio, tem 5 cômodos, seis com o banheiro
9. minha mãe
10. Nenhum irmão meu trabalha, só a minha mãe eu acho que a renda é 560,00
11. eu [seus irmãos não?] não, tão tudo la pra rua [quantos anos tem seus irmãos?] um tem 17 e o outro tem 12
12. ate a oitava [você completou então o fundamental? Em que ano?] Você ta falando da oitava? Foi em 2007, porque em 2008 eu não ia estudar mais, parei [e você parou então?] é, parei
13. eles ligaram pra cá falando que eu fui sorteada lá também, que eu tinha mandado meu nome, tudo direitinho [você tinha deixado o nome lá no SENAC, pra fazer esse curso mesmo?] isso, ai eu fui [e como você ficou sabendo que tinha que ir la dar o nome?] não, eles que ligaram pra cá pedindo pra mim ir la dar meu nome, os negócio tudo direitinho, pra mim fazer, foi eu e a minha prima aqui dos fundos [eles já tinham o seu telefone lá então?] já, já tinha [por causa do curso de informática?] isso
14. não, eu não tava trabalhando, eu comecei a pegar umas duas crianças pra olhar, mas só na parte da manhã, igual eu to pegando, ai eu só busco só e levo [então você cuida

- dessas crianças? Como uma babá?] isso [e você já estava como babá antes de fazer o curso?] isso [e você não tem carteira assinada?] não, não tenho, não tenho
15. 120,00
16. ah, pela explicação que eles me deram quando ligaram, eu gostei sabe, eu falei ah, vou aprender esses negócios de padaria, esses negócios assim, mexer com isso, né? Ai eu fiquei interessada e fui [dentre os que tinham lá foi o que você mais gostou?] é, foi
17. eu esperava aprender a fazer tudo direitinho e ir direto pra um emprego né? eu sou doida pra ir assim pra padaria, sou doida pra aprender a fazer pães e doces lá [e você não conseguiu?] não consegui, já mandei vários currículos... [então depois que você terminou o curso você chegou a procurar em padaria?] já cheguei já [e porque você acha que não conseguiu?] por eu ter parado de estudar, porque eu mandei ai falava negocio de oitava serie, alguns já falavam negocio de experiência, entendeu? Ai era muito difícil, eu e a minha prima corria atrás, nós duas.
18. olha, agora como eu to no primeiro ano agora, fica difícil porque eu não tenho tempo de correr atrás, sabe? Mais ai eu dou o currículo pra minha mãe, a minha mãe que leva os currículo tudo direitinho e o meu tio falou que tem uma moça pra me ligar, negócio de sapato, loja de sapato e ai eu to esperando pra ver se eu consigo
19. [enquanto isso você ta trabalhando de babá?] isso [e você continua recebendo 120,00 por mês?] isso
20. já tem quatro semanas, porque é em outro agora, né? Então tem quatro semanas, lá eu arrumo eles pro colégio, dou almoço, janta, lavo as roupinhas deles, tudo direitinho [é criança pequena?] é criança pequena
21. não
22. não
23. também não
24. to cursando o primeiro ano
25. com certeza [porque?] porque eu aprendi muita coisa, e lá sempre os professores pedia, sempre tem que estudar, não pode parar, e tudo que faz aqui sempre tem que ter um estudo, ai eu não parei [você ficou parada um ano?] um ano só, um arrependimento, um arrependimento [e você está estudando aqui no bairro mesmo?] aqui no bairro

26. atendeu,[em que sentido?] ah, como é que eu posso explicar?! Eu não sei explicar, ah atendeu assim, rsrs ai gente eu fico nervosa, porque eu nunca gravei essas coisas, ah, sei lá [mesmo você tendo falado que você queria arrumar um emprego e não tendo encontrado, ainda assim, você acha que o curso te serviu?] isso, é, foi
27. os alunos são terríveis, uns queriam aprender, outros queriam só pra brincar, só fazer farra, tinham outros que levavam negocio de bebida [levavam bebida pra aula?] é levavam, acho um absurdo, os professores não esquentavam a cabeça, deixavam pra lá, entendeu? eles podiam ter chegado, ter tirado a satisfação, falar que não podia levar e que isso e aquilo entendeu? Agora dos negócios que a gente fez, eu gostei muito, a única coisa lá que eu tava doida pra aprender que eles não ensinaram direito, foi fazer mais é os pão, entendeu? Os doces eles ajudaram bastante, mas os pão eu não entendi como faz, os pão doce, os de sal eu consegui fazer, os de doce eles ensinaram assim e depois largaram pra lá
28. muita coisa, como assim que você quer?[se eles trabalharam, por exemplo, como que você ia fazer depois pra arrumar um emprego?] assim, eu perguntava muito os professor, eles me falaram que assim depois que eu fosse sair dali, como que eu posso te explicar? Que não deixasse de estudar, entendeu? Que é uma coisa que jamais tem que parar e ali, como eu consegui fazer as coisas, não parasse de correr atrás de emprego, correr atrás e não para [e correr atrás do emprego era o que? Entregar currículo?] isso, entregar currículo [e eles ensinaram como que fazia o currículo?] sim [como que se comportava numa entrevista?] não, negócio de entrevista não, só negocio de currículo [eles incentivavam você a abrir o seu próprio negocio, a fazer pães e doces na sua casa e vender?] ai é uma coisa que eu achei que eles iam falar, mas não falou [então ensinar a calcular como fazer grandes quantidades pra vender, isso não?] isso não [sobre direitos, sobre direitos trabalhistas, cidadania... você lembra?] olha, isso ai eu não lembro, se eles falaram eu não lembro [antes de começar o pães e doces mesmo, as receitas e tudo, teve uma semana que foi mais teórica, ou no seu não teve?] você ta falando assim de explicar?... [isso, porque me parece que você tinha mais de uma apostila, não era?] isso, era [quantas eram, você lembra?] se não me engano eram três cadernos assim pequenininhos, ta? que falava só dos doces e outros dois que era dos pão [não tinha um que era competências para o mundo do trabalho?] isso, e tinha

um que era disso aí [e esse um vocês trabalharam na primeira semana, ou foi...?] não, foi quase nas últimas semanas que a gente já tava fazendo [e nessa apostila você não lembra de ter visto sobre leis trabalhistas?...] não lembro, eu não lembro

29. tá [como?] olha, assim, aí senhor, você tá falando assim de eu tando nesse serviço como se eu tivesse pensando nesse outro? Nesse curso? [não eu tô perguntando se alguma coisa que você aprendeu lá no curso, tá te servindo no seu trabalho hoje?] não, eu fico nervosa e nem consigo explicar
30. ah, outros ganhos você fala assim... me explica? Olha nesse curso, por eu ter ficado interessada, eu fiquei porque eu vi um colega meu, que eu sou muito chegada nele, ele fazendo [fazendo o curso, ou fazendo pão?] fazendo o pão e fazendo o curso também, ele já fez, fez primeiro do que eu, aí ele me chamou lá e começou a me dar umas ideias do curso e tudo, falou assim que como ele fez o curso lá onde eu fiz, lá tem que prestar muita atenção, nessas coisas pra não errar e chegar na hora do emprego... aí ele falou comigo assim que lá, que lá no curso ele tinha feito umas coisas erradas e chegou na padaria ele fez a mesma coisa, porque ele não prestou atenção, entendeu? Aí ele falou, o Marcela, lá você presta bastante atenção, alguns professor, foi o que eu te falei, alguns professor fala uma coisa sendo você tá pensando em outra, e lá cada um tem que dar opinião e os professor não deixa, entendeu? [não deixa dar opinião?] não deixa, a gente tem que ficar quieto escutando eles, prestando atenção... [e deixa eu te perguntar: esse seu amigo fez o curso de Paes e doces e conseguiu o emprego?] conseguiu [e porque você acha que ele conseguiu o emprego e você não conseguiu, se vocês fizeram o mesmo curso?] olha, aí eu não sei, porque eu, igual eu te falei, eu fiquei interessada, ele falou comigo...mas eu acho que ele não ficou... ele só ficou interessado no curso por causa da mãe dele, aí ele fez, não sei se igual eu te falei dos pão, eu não consegui fazer os pão doce, deve ser por isso que eu não consegui, porque eu dei uma entrevista uma vez pra uma padaria, e lá eles me explicaram: você sabe fazer pão assim? E eu falei que não, então deve ser por isso que eu não consegui [e ele sabia fazer?] sabia [você acha que o fato dele ser homem e você ser mulher não tem nada a ver?] não [e você falou que fez o curso de informática? Foi antes?] é, foi antes desse curso [e você procurou emprego com informática?] procurei com informática, nesse negocio de... como é que fala? Em loja assim que tem gente que mexe com

computador, esses negócios? Então eu procurei em lugar que mexe com computador [e você procurou por conta própria? De ir na casa das pessoas arrumar computador?] não, só em loja [e você acha importante continuar fazendo esses cursos?] eu acho interessante, eu acho bom porque também eu não gosto de ficar parada, entendeu? qualquer um que aparece eu pego, entendeu? não falo que não, entendeu? Porque as minhas prima, vários cursos já apareceu pra elas, vários, e elas não pegou [mas a sua prima também fez esse curso que você fez?] fez [e ela também não conseguiu?] não, foi o mesmo caso que eu

Entrevista 5

1. Leidiane

2. manutenção de limpeza e higiene, mas é porque tava trocado, a gente fez técnico de recepcionista, mas aí deu um negócio lá e eles pos a gente pra fazer esse aí. Mas a gente queria fazer era esse aí mesmo, técnicas de recepcionista, a gente fez pra isso... [vocês fizeram a inscrição pro curso de recepção e aí quando chegou pra fazer o curso, o curso foi de manutenção e limpeza?] É a gente já tava lá já, mas aí já tava no finalzinho que a moça veio falar com nós, a gente não queria fazer esse curso [e a turma inteira então fez curso de manutenção e limpeza?] era só nós duas que eles trocaram, só nós duas mesmo, as da minha sala tava todo mundo certo, só nos duas que...mas aí quando a moça foi falar, que a gente foi lá já tinha passado, já, entendeu? [só vocês que fizeram a inscrição pra um curso e fizeram outro?] é [mas não teve o curso de recepção?] teve, mas já tava no finalzinho já.
3. rs, eu fico nervosa sabe...rs 18/12/89 [20 anos]
4. solteira
5. ah, morena, né?!
6. não
7. ----
8. ah, muita, rsrs, minha mãe, meu pai, a juliana, a Gi, a Gabriela, a Iara, nossa muita gente... sete pessoas [são sete pessoas? Sua mãe, seu pai e seis filhos?] é, mas eu não sou de sangue não, sabe...

9. própria, tem três quartos, uma sala, dois banheiros, mas um ta pra arrumar ainda, entendeu?...só, né... mas é grande, bem grande
10. meu pai
11. não, la em casa só meu pai mesmo que trabalha pra sustentar todo mundo, o resto ta todo mundo desempregado, eu to desempregada, minhas irmã tão desempregada, só meu pai mesmo, é um salário
12. eu, rsrs
13. ate a oitava, eu não terminei não, eu repeti de novo, rsrs 2008
14. foi minha irmã, porque ela trabalha com o Custódio [prefeito], entendeu, então foi ela que falou do curso pra mim e pras outras pessoas daqui, entendeu?
15. bico,[que tipo de bico você fazia?] eh... faxina, diarista mesmo, essas coisas
16. 12,00 rsrsrs 12,00 por faxina, eu to rindo ta?! Desculpa, ta?!
17. é porque eu achava que...eles falaram que depois do curso a gente ia ter um emprego, né?! a gente ia arrumar um emprego, mas não deu nada... deu nada com nada
18. ah, ter aprendido mais coisa também né, ah... muita coisa boa, mas...
19. eu tava trabalhando sabe, fiquei um ano trabalhando em loja [de vendedora?] é, de vendedora ai eu parei, porque eu trabalhei um ano sem a mulher assinar a minha carteira, eu falando pra ela assinar, assinar... ai um cara que vai passando assim, como fala? [fiscal do trabalho?] é, fiscal do trabalho, foi passando ele viu, porque já tinham avisado pra ele já, entendeu? ai ele deu uma bronca nela pra ela assinar a minha carteira, ai ela pegou a minha carteira e assim falou que sumiu, sabe?! so pra não assinar, ai eu levei ela na justiça entendeu? Ai agora que ela... agora que a minha carteira saiu, ta pra mim buscar ainda, entendeu? assinada como um ano [e agora você não ta trabalhando não?] agora não to trabalhando não [nem com bico?] nem com bico
20. ----
21. 460,00
22. não
23. não
24. também não, né
25. a minha escolaridade atual é oitava série

26. atendeu em muitas coisas [quais coisas?] rsrs, ah, eu aprendi muitas coisas também né, tipo lavar a mão, assim que eu não sabia, né, na hora de... né?! essas coisas...
27. ----
28. eu tive dificuldade com a linguagem né, porque eu sou muito... pra ler sabe, não sei se é porque eu fico nervosa pra ler, na hora de escrever também eu tenho muita dificuldade pra escrever, eu to assim na oitava serie, é sempre assim, porque eu fico sempre só numa matéria: português [e o curso não te ajudou?] não ajudou não [mas foi bom, foi ruim?] foi bom, foi bom...
29. ai gente, quanto tempo...ai nem lembro, nem lembro [vocês tiveram aula sobre cidadania? Emprego? Mercado de trabalho? Currículo?...] tivemos sim, agora você falando assim, eu to... [a entrevistada não respondeu a pergunta, apenas confirmou os conteúdos que eu apresentei pra ela]
30. nada [nenhum?] nenhum

Entrevista 6

1. **Larissa**
2. no SENAC? Eu fiz auxiliar de escritório, recepcionista, técnicas de recepção e informática [o que você fez em 2007 foi técnicas de recepção?] é, acho que foi
3. 18/05/1989 [20 anos]
4. solteira
5. negra
6. não
7. ----
8. comigo são 5, meu pai, minha mãe e mais dois irmãos
9. ele é próprio, nosso, pela “encasa” e tem 4 cômodos
10. minha mãe
11. ah uns 600,00 por ai
12. ai é dividido, um cadinho pra mim, um cadinho pra minha irmã, é dividido...
13. ensino médio completo, 2007

14. porque eu fiz a inscrição ali no psiu, sempre tem uns projetos ali e tem a amac também, as vezes eles mandavam carta, mandavam a gente ir no psiu e fazer a inscrição, ai eu fiz e deu...
15. eu tava trabalhando como menor aprendiz na amac, [fazia o que?] como auxiliar de escritório
16. eu acho que era meio salário, porque era de menor, então tinha que ser só meio salário, porque tinha que ser meio período
17. ah, é porque eu acho que no mercado hoje esse negocio de recepção, balconista, eu acho que é o que tem mais áreas assim...
18. além da qualificação assim pro meu currículo, era conseguir um emprego, coisa que não aconteceu
19. eu to desempregada, mas a minha tia assim, abriu uma loja e eu to quebrando o galho dela, mas não é nada assim serio, sem carteira assinada, não é nada certo não, é uma coisa assim só pra quebrar o galho mesmo
20. é de 10 as 18:00, de segunda a sexta, la eu faço de tudo, faço serviço de rua, porque lá é uma sala, mas assim, só atende com hora marcada, então eu marco o horário, eu ligo pra ela, falo pra ela quais são as pessoas que estão marcadas, ai ela vem , quando não tem ninguém ela não vem, e assim, serviço de banco, normal... pelo telefone... [mas é uma sala de que?] é de roupa, mas é umas roupas assim, que não tem em Juiz de Fora, ela vai buscar e já tem assim, as clientes certas, não tem vitrine, não tem nada não
21. não tem salário, porque assim, quando ela ta em JF, ai eu vou, se ela não ta eu não vou, so que é assim: uma semana, outra semana não, uns 15 dias... então não tem salário assim, certo.por isso que não é garantido, vamos supor, eu fiquei com ela essa semana, semana que vem ela já vai buscar mercadoria, então não tenho serviço, então essa semana eu posso ter dinheiro, na outra não posso ter [ela te paga por semana?] isso, mas não é uma coisa muito certa não.
22. ah, eu acho que melhorou, melhorou bastante, me ajudou bastante, porque eu fiz varias entrevistas por causa desse curso que eu tenho, só não deu certo também porque eu tava estudando, fazendo farmácia e o horário não tava assim dando muito certo não, não tinha jeito de encaixar...
23. não

24. também não
25. ensino médio mesmo [você chegou a iniciar o curso de farmácia, né?] isso, mas não é curso superior não, é normal mesmo, eu acabei esse ano, comecei do ano eu acabei [é técnico?] não, auxiliar, mas ai é quase um ano, foi legal o curso
26. sim, [em que sentido?] no sentido de me achar assim, de saber o que eu queria fazer assim, no curso superior, pelo menos tentar... achar um ponto pra mim poder começar a dar partida no que eu queria fazer daqui pra frente, assim, mais assim... [mas atendeu as suas expectativas?] sim...
27. assim, eu não tenho crítica ruim não, eu achei assim, que o curso foi muito bom, eu acho que foi pouco tempo, mas no tempo de duração do curso ela passou bastante coisa assim legal pra gente, a gente também teve também, assim, como posso te explicar... teve assim, uma festa, ai foram selecionadas algumas pessoas pra poderem estar recepcionando na festa, porque não tinha como ir todo mundo, ai foram um pouco de gente, então eu acho assim, que foi bem legal, porque as pessoas que foram, eu não fui... pelo menos tiveram noção de como ta recepcionando num evento e tal, e foi bem legal, só foi assim, pouco tempo, mas esse tempo foi bem bom
28. postura, o jeito da gente se vestir numa entrevista, mas o que?... ah, acho que, sobre ética, a gente falou bastante sobre ética, a separação do lado pessoal do lado profissional no local de trabalho eles falou lá com a gente e questão também da gente ta querendo amadurecer, porque na época a gente era tudo mais novinha, eu acho que eu tinha 17, porque eu tirei o terceiro ano com 17, então tava assim, todo mundo querendo saber assim o que que era e o curso ajudou bastante a gente assim a fazer isso [além dos conteúdos relacionados especificamente às técnicas de recepção, foram trabalhados outros conteúdos? Relacionados a mercado de trabalho?] foi... como fazer um currículo também, eles ensinaram pra gente [cidadania, direitos, deveres... você lembra se foram trabalhados?] acho que cidadania foi trabalhado... acho que foi sim...
29. tem porque eu ta lidando com as pessoas assim direto, porque recepção é mais isso, você ta lidando assim com pessoas diferentes, mais isso mesmo
30. assim, em questão assim de serviço não, porque eu já te expliquei o porque, mas eu acho que foi um dado a mais pro meu currículo, e não tenho assim muito ganho não.

Entrevista 7

1. Ayanne

2. preparo de pizzas
3. 09/11/1989
4. solteira
5. branca
6. tenho uma filha, uma mulher, uma menininha de cinco meses
7. eu [e quando vc está no trabalho?] a minha mãe
8. 4, minha mãe, meu irmão e meu padastro, com a minha filha quatro
9. é casa própria, são dois terrenos e são quatro casas nesse terreno, a minha fica nos fundos, tem dois quartos, dois corredores, uma sala, varanda, cozinha, copa, banheiro e um quarto de despejo
10. meu padastro
11. há uns 1.300,00
12. minha mãe
13. até o segundo ano, eu tava no terceiro quando eu comecei a fazer o curso [então você completou o ensino médio?] eu completei
14. eu fiquei sabendo através de uma amiga minha, da minha sala, ela me falou que ela tinha se inscrito nesse curso, ai eu procurei saber e me inscrevi também no de pizzas, porque eu achei interessante [e dentre todos que tinham lá o de pizzas foi o que te chamou atenção?] isso, que me chamou atenção
15. eu não trabalhava, só estudava, [você não estava trabalhando ou nunca tinha trabalhado?] eu nunca tinha trabalhado
16. -----
17. é porque essa parte de culinária me chama muita atenção, então tinham vários cursos, então o de pizzas me chamou atenção justamente por mexer com essa área de comida, essas coisas assim, é o único que tinha me chamado atenção era realmente esse de pizza, ai eu me interessei, tinha vaga e ai eu resolvi fazer
18. eu esperava realmente não que eu trabalhasse nessa área, mas pelo desenvolvimento pra mim, pra minha família, pros meus amigos, então assim, pra mim fazer justamente pros meus amigos, pros meus pais em casa, pra minha família em casa e não pra mim

trabalhar com isso [então você não tinha intenção de trabalhar com isso?] não tinha intenção de trabalhar

19. agora eu to empregada há um ano, aqui nessa loja no shopping independência, e assim a minha situação é tranquila [você tem carteira assinada?] carteira assinada, salário, comissão
20. -----
21. juntando comissão também? Da uns 800,00, oitocentos e pouco
22. não, não [você consegue ver alguma coisa que você aprendeu no curso que te ajudaria nesse trabalho ou em outro trabalho, independente de ter a ver com o preparo de pizzas em si] não, não, por eu ter feito justamente pra mim em casa com a minha família, eu não procurei trabalho em relação ao curso que eu fiz, inclusive na loja, assim, não tem nada a ver, eu não pus em prática nada que eu aprendi lá
23. não
24. eles incentivavam muito a gente a estudar, ate porque a gente tava assim no terceiro ano, eles incentivavam a gente a fazer uma faculdade, ate mesmo quem tava fazendo o curso interessado propriamente no preparo pra trabalhar com isso, com pizzas, eles falavam para fazer uma faculdade mais especializada em culinária, essas coisas dessa área , pra pessoa sei la, se tornar um mestre de pizzas ou em qualquer parte da culinária [mas era um incentivo só verbal, né? nenhuma iniciativa mesmo...] não, não, só verbal mesmo
25. o meu é o terceiro ano, terceiro grau
26. sim, sim, deu pra mim aprender bastante, né e botar isso em prática e é aquela coisa a gente tem sempre que fazer pra não esquecer, então assim, eu gostei muito, foi muito legal e eu boto em prática sempre o que eu aprendi, não só com o preparo de pizzas mas antes a gente teve curso assim, como lidar no emprego, como sabe... então assim, isso ajudou bastante
27. crítica eu não tenho a fazer não, porque foi muito legal, tinha sempre todos os materiais necessários pra gente fazer, os professores também super gente boa, se a gente não tava conseguindo eles ajudavam, né, então assim eu não tenho nada a reclamar, todo mundo assim colaborando um com o outro, os alunos também eram ótimos, super esforçados, e também por ter pessoas mais velhas, mais interessadas,

então assim, eu não tenho nada a reclamar realmente do curso que eles deram, apesar de não ter sido pago, né, ter sido assim, uma coisa de graça, vamos dizer assim, foi muito legal, não teve nada a desejar, nenhum dos professores não tratou a gente de modo diferente por não estar pagando, então assim, nenhuma crítica mesmo, só elogios

28. antes de nós irmos pra parte prática a gente estudou a parte teórica, mas a gente não estudou a parte teórica dos alimentos, essas coisas assim, a gente estudou a parte teórica assim, se a gente fosse trabalhar nisso nesse ramo de pizzeria, como que a gente ia lidar, como que ia lidar ate mesmo ajudando no emprego da gente, a entrevista, essas coisas assim, então assim, nessa parte teórica eu gostei bastante porque é uma coisa assim, pro pessoal que tava interessado em pizzas viu que, com que ia lidar, como que ia se destacar no meio de tantos, porque ali, vamos supor que todo mundo que estivesse ali fosse tentar uma pizzeria, aqui em juiz de fora nós temos várias, mas assim, as mais concorridas, as que pagam melhores, é onde o pessoal ia, então assim isso foi uma coisa concorrida, né, várias pessoas tentando essa vaga do emprego, então como que a gente ia se destacar assim todos, então foi muito legal, eu gostei muito dessa parte e é uma parte que ajuda a gente no nosso dia-a-dia também, né, não só ali quanto ao preparo de pizzas mas também... Até ensinou também ate a gente como lidar no colégio, pra gente dar valor pras coisas ou porque ta em escola particular ou escola pública isso não difere em nada, mas a gente tem que dar realmente valor aos nossos estudos porque é o que vai levar a gente pra um futuro melhor [eles ensinaram como elaborar um currículo?] ensinaram como elaborar, como que a gente faz na entrevista, como que nós mesmos fazemos o currículo, né, pra não precisar de depender de outras pessoas, ensinou bastante coisa assim, nessa parte [e com relação a como trabalhar depois com pizzas, além do incentivo, além de ensinar como se portar numa entrevista, como elaborar um currículo pra levar na pizzeria, eles incentivavam ou diziam como era se a pessoa quisesse abrir o seu próprio negócio?] incentivavam, incentivavam bastante, isso é o que eles mais incentivam, né, porque eles não queriam que a gente dependesse de um patrão ou coisa assim, eles queriam que a gente abrisse o nosso próprio negócio, que a gente trabalhasse pra nós mesmo, que a gente fizesse a nossa pizza e que assim chamasse os nossos próprios cliente, então eles incentivavam muito nós abirmos a nossa própria pizzeria e também pra a gente fazer um curso de né, um

curso pra ser um empresário, nesse ramo, porque, uma coisa interliga a outra assim, pra gente poder, a gente não ia somente saber como mexer com a pizza, como separar, como fazer, mas também como lidar com o próprio negocio, então essa é uma parte que eles incentivavam também, bastante

29. olha, a parte que ele me ajudou concernente ao meu trabalho foi nessa questão de como se portar numa entrevista, da elaboração do currículo, de como a gente se porta no ambiente de trabalho, então essa parte de foi de grande ajuda realmente, porque como eu não mexo com essa parte de culinária, então pelo menos nesse ponto ele me ajudou bastante
30. olha o único ganho foi o conhecimento, né, porque lá a gente aprendeu bastante varias coisas, porque a gente não tava la so pra preparar pizzas, a gente tava la estudando, aprendendo, então não me ajudou assim só pra mim saber como preparar uma pizza, o meu ganho mais foi em conhecimento realmente

Entrevista 8

1. **Ana Maria**
2. pizzaiolo
3. 24/05/78
4. casada
5. branco
6. sim [quantos?] dois [quantos anos] Quinze e dez
7. um vai pra escola e o outro fica sozinho, geralmente eu saio quando o mais novo ta pra escola
8. quatro, eu, meu esposo, e meus dois filhos
9. próprio, são dois quartos, sala, cozinha e banheiro
10. meu esposo
11. mil a mil e duzentos reais
12. eu
13. ate a quarta serie
14. uma amiga que trabalha no setor da prefeitura e ai ela me falou do curso, e sempre eu to em busca de conhecimentos, então eu sempre procuro saber os cursos que o SENAC

- tem. Esse em si, por ser um curso que o governo pagava [então você procurou porque ele era gratuito?] porque era gratuito
15. desempregada [e você nunca tinha trabalhado?] sempre trabalhei como doméstica [e no momento você não estava trabalhando?] não estava trabalhando
 16. porque eu gosto da área culinária, eu gosto dessa área então eu gosto de estar sempre aprendendo alguma coisa que envolva a cozinha
 17. era aprender a fazer as melhores pizzas, né?! pra que eu pudesse estar fazendo até pra casa mesmo e talvez até pra fora também , mas eu ainda não consegui trabalhar pra fora [e você tinha intenção de arrumar um emprego de pizzaiola?] não arrumar um emprego, mas sim produzir em casa [você tinha então a intenção de ter o seu próprio negocio?] isso ter meu próprio negocio [e porque?] porque eu não pude ou porque eu não fiz isso ate agora? [porque essa vontade de ter o seu próprio negócio?] primeiro para ter independência financeira e não ter que depender de marido e depois porque eu acho melhor você ser o patrão do que ser empregado, então é onde que eu sempre quis ter uma coisa minha, ter uma coisa pra mim
 18. atualmente eu continuo desempregada, mas ai eu faço faxina duas vezes por mês
 19. eu faço faxina nas casas, faço todo o serviço, normalmente eu pego as 7:00 e páro as 17:00, 17:30, mais ou menos esse horário
 20. esse, graças a Deus, eu sou bem gratificada, eu recebo 60,00 por cada dia de trabalho mais as passagens
 21. [você então nem chegou a procurar emprego de pizzaiolo?] não [e porque você acha que ainda não conseguiu ainda ter o seu próprio negocio de pizzas?] falta dinheiro [falta dinheiro?] falta dinheiro pra começar porque você tem que ter um forno, você tem que ter uma cozinha equipada, você tem que ta preparada, não é so começar a fazer a pizza, você tem que ter um ambiente que forneça higiene, tem que ter um forno adequado, tem que ter maquinário, você tem que ter tudo, então falta dinheiro.
 22. não, nada a ver
 23. não [nem mesmo procurar o SINE para cadastro?] não, nada
 24. não, a professora, ela sempre falava que era pra eu voltar a estudar, correr atrás que ainda dava tempo, a professora sempre foi muito... [mas só como incentivo e não como

encaminhamento?]) não, como um incentivo, não como encaminhamento, sempre foi um incentivo

25. [então depois que você terminou o curso você também não retomou os estudos?] não
26. atendeu, assim, quanto ao aprendizado? Sim com certeza, é um curso excelente [e mesmo com o fato de você não ter conseguido abrir o seu próprio negocio e não ter conseguido arrumar um emprego, ainda assim atendeu as suas expectativas?] é um curso excelente, recomendo, é um curso que eu recomendo, porque você aprende muito, eu não consegui abrir meu próprio negocio, mas eu sei que eu estou preparada, na hora que surgir a oportunidade, que der, eu estou preparada, eu estou pronta pra poder trabalhar
27. Eu não vi dificuldades, primeiro porque eu já conheço a professora de outros cursos e ela é assim uma pessoa muito aberta, muito comunicativa, procura sempre levar as melhores maneiras de trabalhar, sabe, então eu não vi dificuldades no curso, tudo que deu pra mim, foi muito satisfatório, tudo que ela ensinou, o jeito que ela ensinou, pra mim foi muito satisfatório e eu não acho que o curso deixou nada a desejar não [e vocês tinham recursos?] é, o próprio SENAC fornece todo o material então você só tem que ir no curso [e tem alguma outra crítica que você queira fazer?] não, nenhuma.
28. pizzas, vários sabores, sabores que eu nem conhecia, que eu nem sabia que existia, e fora as pizzas assim, eu acho que aprendi mais um pouquinho né a ter a relação entre as pessoas, a ter a convivência com as pessoas, aprendi como administrar, tudo assim, envolvendo mesmo o curso, administração de uma pizzaria, manuseio dos alimentos, a conservação. Quer dizer, eu aprendi tudo isso num curso só [então durante o curso mesmo eles trabalhavam essa questão de como abrir seu próprio negocio?] isso, também, eles te ensinam você a calcular os seus gastos, como que você vai gastar, como que você vai comprar, como que você vai vender o seu produto pra você ter uma margem de lucro, como que você vai montar o seu negócio, eu aprendi a manusear os alimentos, a conservar os alimentos, todas as técnicas de higiene que você tem que ter, então não foi só chegar lá, colocar a massa e vamos fazer pizza e acabou [você lembra se eles trabalharam também com vocês a questão de direitos, de cidadania?] ah, isso eu acho que essa parte não foi muito trabalhado não [como elaborar um currículo?] isso ela explicou, isso ela explicou também [falaram com vocês sobre mercado de

- trabalho?]) isso também foi muito falado, foi dito que o mercado de trabalho ta ai, tem as vagas e muitas vezes falta o profissional qualificado, isso foi muito falado também
29. não, porque não tem nada a ver, o que eu faço hoje não tem nada a ver com o curso
30. so o aprendizado mesmo [você comentou que também já fez outros cursos, porque isso? Esses cursos também tem a ver com pizzas?] eu já fiz o curso de salgadeira e já fiz o curso de decoração e confecção de bolos artísticos, também no SENAC [e também com o intuito de trabalhar com isso?] é, de repente... com bolo eu ate cheguei a trabalhar um determinado tempo mas eu não gostei muito não porque... não me atraiu muito não, eu não gostei de trabalhar com bolo, salgados também eu fiz alguns, mas não foi muito também não e parei [e o seu sonho de abrir a sua pizzeria permanece?] é, eu acho que o que mais me cativou um pouquinho foi trabalhar com pizzas, o resto não me cativou muito não.

Entrevista 9

1. **Vânia**
2. foi esse lá do senac, né? higiene e manipulação de alimentos
3. 26/04/60
4. separada, quase divorciada
5. negra
6. três, 30,28 e 19 [todos homens?] não, duas meninas e um rapaz
7. eu [ainda?] ainda, mas só a de 19 anos que ainda mora comigo, né?
8. eu, minha filha caçula e meu netinho, ela é mãe solteira [seu netinho tem quantos anos?] dois anos e três meses [e sua filha trabalha?] não, ela tava fazendo uma experiência, né, mas ai quando souberam que ela tava grávida, com essa gripe, mandaram ela embora, porque ela ainda tava na experiência, né, ai mandaram ela embora
9. minha casa é própria, é uma casa grande, são três quartos, sala, cozinha, banheiro e eu tenho uma área e tem um quintal [fica em qual bairro?] fica em Granjas Bethel, é perto do Retiro
10. eu,

11. minha renda agora é na faixa do salário mínimo, né? porque eu to no seguro desemprego, então eu recebo um salário mínimo [e sua filha não tem nenhuma renda?] tem a pensão, tem a pensão do pai dela que ela ainda recebe [que é de quanto?] 180,00
12. ela
13. até a quinta [você lembra em que ano você concluiu a quinta serie?] eu fiz o primário, tirei em 1970, né e ai eu tava fazendo o sesu, a quinta serie, mas como no meu trabalho eu acordava muito cedo, ai eu tive que parar, tem uns três anos atrás [tem uns três anos então que você tentou frequentar o sesu...] mas ai como meu horário não coincidia com as aulas... assim, eu pegava seis horas lá na Barreira, então eu tinha que acordar quatro horas, ai tava saindo um pouco sacrificado pra mim, ai eu parei
14. é uma amiga minha que faz trabalhos aqui pro vereador Rodrigo Mattos, né e ele deu umas fichas pra preencher no final do ano, né, que tinha esses cursos gratuitos, então tinha esse curso de higiene e manipulação e tinha de pizzaiolo, ai eu optei por esse de higiene e manipulação [através então do vereador?] isso, porque eles dão aqui na câmara de Juiz de Fora, no final do ano, eles dão os cursos, né?! a prefeitura dá os cursos gratuitos, assim pros bairros, né?! assim, eu acho que são umas dez fichas pra cada curso que tem e pros bairros que são selecionados, né? porque aqui a população é muito grande e na época que eu fiz a duração foi de um mês o curso, então tinha esse de pizzaiolo, tinha acho que de computação, de padaria e um outro que eu não me recordo [estética?] isso [então alguém pegou as fichas com o vereador e levou pro bairro, e lá no bairro como foram selecionadas as pessoas?] ela ofereceu assim: algumas pessoas que assim... a maioria das pessoas não quis, la do meu bairro só eu e mais uma moça e um rapaz, so que eu peguei a ficha de higiene e manipulação e a menina pegou de computação que era a Luiza e o Glauco
15. eu tava desempregada [e já tinha trabalhado antes, né?] já, antes eu trabalhava no seminário da Floresta, aí como eu tava com dificuldades financeiras eu pedi a firma pra me mandar embora pra mim resolver os problemas lá de casa, né, ai foi onde apareceu essa oportunidade de fazer esse curso, né, eu já trabalhava com alimentação no seminário e trabalhava com laticínios também, então eu achei que era uma oportunidade boa pra mim fazer esse curso de higiene e manipulação de alimentos [então você tava no seguro desemprego quanto você fez esse curso?] tava, tava.

16. mensal lá era na faixa de 520,00 mais ou menos
17. eu achei que era uma oportunidade, assim, é, aqui em Juiz de Fora existe muito restaurante, cozinhas industriais, e é uma coisa que eu gosto, de mexer com alimentação, então esse curso, assim, eu acredito que ele me abriu a porta pra conhecimentos que eu não tinha de manipulação, de higiene, que mesmo eu trabalhando com alimentação muita coisa eu não sabia, esse curso veio assim pra orientar melhor e pra fazer eu crescer mais na profissão que eu faço e gosto de fazer
18. exatamente isso, né, de aprender, assim, a oportunidade que eu teria de trabalhar em hospital, em lanchonete, em cozinhas industriais que exigem que você tenha assim, um conhecimento sobre manipulação, higiene, porque hoje em dia, através da manipulação, onde contém muita bactéria, contaminação, e isso foi uma oportunidade que eu tive de aprender e assim, uma profissão que hoje em dia está em alta aqui em Juiz de Fora [então você queria arrumar um emprego e você acha que essa profissão está em alta aqui em Juiz de Fora?] isso, ta, aqui em Juiz de Fora é uma boa profissão.
19. desempregada novamente, né. [desempregada?] é, porque eu trabalhava no sesi minas, e é a cozinha que faz comida pra Mercedes, mas com essa última crise que deu agora, então eles racionaram a alimentação, diminuiu muito os funcionários e eles mandaram muita gente embora, aí eu entrei também nesse corte [então você está de novo no seguro-desemprego?] de novo, de novo no seguro desemprego [e você não ta fazendo nenhuma outra atividade? Bico?] to, faço, eu sou diarista agora, eu trabalho como diarista, nos últimos dois meses agora eu to como diarista [e você ta procurando?] to, eu já deixei né, currículo em restaurantes, em hospital, né, mas como eu não tenho assim, muito estudo, né, porque nos hospital geralmente eles pedem segundo e até terceiro grau e eu não tenho, mas aí é mais pra restaurante mesmo, né. [e porque você acha que ainda não conseguiu arrumar um novo emprego?] Oh, eu até que eu já consegui, mas o que que é difícil pra mim, no caso, é distância que eu moro, eu consegui um serviço lá no Distrito como auxiliar de cozinha, mas devido à distância, porque hoje em dia as empresas fornecem condução pros funcionários, mas geralmente eles tem uma rota, e essa empresa lá da Colchões Castor, não tem, o ônibus não passa, não tem o itinerário no bairro onde eu moro, aí essa oportunidade eu perdi [mas você

- optou por perder ou eles não te deram o emprego?] não, eles não me deram por eu morar mais longe, né
20. é a limpeza de uma casa, praticamente num dia todo, é lavar o banheiro, limpar piso, vidro [e você tem faxina fixa?] tenho duas, tenho duas que eu vou duas vezes por semana e alguma que as vezes eu pego avulsa [se aparecer você pega?] pego [tem quanto tempo que você está como diarista?] tem uns quatro meses, não tem uns dois meses, né, porque eu sai la do meu serviço em maio, então deve ter uns dois meses que eu to trabalhando como diarista
21. [e quanto você recebe por esse trabalho?] depende da casa, né, tem uma que me paga 40,00, tem uma que me paga 60,00, depende muito da casa, da pessoa, geralmente é nessa faixa: de 40,00 a 60,00 a faxina
22. não
23. é, eu fiz um cadastro aqui no sine, né, que ali, através desse cadastro eles encaminhavam a gente pra alguma empresa, né, mas eu consegui esse emprego la no sesi minas, devido realmente ao curso que eu fiz, mas eu que coloquei o meu currículo, através de jornal, porque eu vi um anúncio no jornal e deixei meu currículo [foi uma iniciativa sua, eles não te encaminharam pra lá?] não, não, essa foi uma iniciativa minha mesmo [então pode-se dizer que o encaminhamento se resume a incentivar a fazer o cadastro?] também, também, porque muitas empresas procuram, ate quando a gente faz esse curso lá no senac, tem o nome de muitas empresas lá e elas mesmas procuram, né, alunos que já se formam lá pra serem contratados, através lá mesmo do senac, mas a maioria das pessoas, tem um responsável do sine que vai lá e oferece a gente, né, pra gente ir lá fazer uma ficha pra quando houver uma vaga naquilo que a gente se estudou e formou, né, naquele curso, eles encaminham as pessoas pra esses trabalhos [mas eles nunca ligaram pra vc?] não, lá não, nunca ligou
24. não [incentivavam você a voltar a estudar?] assim, a nossa professora lá, assim, incentivava né, como por exemplo, a maioria das pessoas que estavam lá, alguns já estavam se especializando, igual tinha alunos lá que já trabalhava em hospital e o hospital tava encaminhando as pessoas pra fazer o curso, e a maioria das pessoas que estavam lá já tinham um nível de estudo, eu acredito que eu fosse, e mais umas duas ou três, que tivesse um grau de escolaridade mais baixo, né, no caso seria só o primário,

umas três ou quatro pessoas que regulavam idade comigo, que eu já, quer dizer, eu tava com... foi em 2007, né? eu tava com 47 anos, então as mulheres que estavam lá eram exatamente assim, entre 35 – 40 anos... [essas eram as que tinham escolaridade mais baixa?] isso, isso [e as que tinham escolaridade mais alta...] eram as mais jovens [então eles não incentivavam nem “de boca” a prosseguir nos estudos?] não, ate porque eram poucas as pessoas com escolaridade baixa, a maioria era tudo já com ginásio, terceiro ano, até tem um amigo meu que ele nem é daqui, eu fiz amizade com ele através desse curso, ele é de Bruxelas, tava fazendo psicologia, né, então, outras pessoas, uns jovens também que já tinham tirado o segundo grau e tavam lá fazendo esse curso, então assim, não se tocava nesse assunto [não se tocava no assunto?] não, com relação a estudo, não.

25. ainda parada na quinta serie, né [ter participado do curso te influenciou a retomar os estudos?] eu já tava no sesu já, né, mas agora, através desse curso ai, me incentivou a voltar a estudar, que eu vou voltar a estudar agora no próximo ano que vem, se Deus quiser, por que tem o Jesuítas aqui, que tem um trabalho, né, com aula a noite pra pessoas mais assim, mais velhas e eu quero ver se eu faço agora ano que vem, é supletivo, né, o ginásio em um ano, é isso que eu quero ver se eu vou fazer agora nesse próximo ano, porque a idade não colabora, né e a gente sem estudo já fica mais difícil, né [a idade não colabora em que? Pra arrumar um emprego?] pra arrumar emprego e a gente sem estudo também já fica mais difícil, porque tem uma amiga minha que a gente trabalhava junto la no sesi, ela conseguiu um serviço com a mesma função que eu e ela fazíamos la no sesi, de auxiliar de cozinha, ela conseguiu no hospital, na maternidade Santa Terezinha, mas ela já tem o segundo grau completo. Então quando eu levei meu currículo no hospital, a nutricionista falou, você tem experiência, tem alguma coisa que comprove que você fez um curso e que você é apta a trabalhar, mas tem que ter o grau de escolaridade, e o que eu não tenho [então a senhora acha que fazendo esse supletivo e elevando seu grau de escolaridade vai te ajudar?] vai, vai, vai me ajudar.
26. Muito, ate além do que eu imaginava, porque eu sempre gostei de cozinhar, mas assim, muita coisa sobre manipulação, contaminação, o modo de você lavar a mão, o modo de você manusear os alimentos, o modo de estocar, de guardar as frutas, legumes,

hortaliças, então isso aí era muita coisa que eu não sabia, então pra mim foi uma experiência bem valiosa [e isso foi fundamental pros trabalhos que a senhora teve depois?] foi, foi...

27. pra mim assim, foi ótimo, porque igual eu to te falando, porque muitas pessoas que estavam fazendo curso comigo também não sabiam de muita coisa que teve no curso e que ajuda muito, a nutricionista foi assim, uma pessoa muito legal com a gente, todas as dúvidas que a gente tinha ela estava sempre apta a ouvir a gente, explicava com clareza, né, a gente tinha... ela ensinava a gente como armazenar, tinha filme pra gente retirar a base daquele curso que a gente tava fazendo e assim, ajudou muito a gente, eu, pra mim foi de uma ... valeu mesmo a pena [e você não teve nenhuma dificuldade de acompanhar o curso?] não [e nem com relação ao horário?] não, ate porque eu tava desempregada, né, o horário a gente entrava as 8:00 e saia a 13:30 mais ou menos, tinha hora de lanche, tudo direitinho, por conta do senac
28. exatamente assim, sobre: como você manusear os alimentos, a noção de higiene ate com a roupa, cabelo preso, unhas cortadas, a gente não usar anel e nem bijouterias quando for manusear os alimentos, quando a gente sai do banheiro a gente tem que ter uma noção de que tem que lavar a mão com sabão, com álcool, de repente você chega com a mão suja e vai manipular um alimento, você pode acarretar a contaminação pra uma pessoa que as vezes já tem um problema de saúde e que pode desencadear uma serie de fatores mais graves, no caso por exemplo de uma pessoa que tem problema de estomago, como manipular entre alimentos crus e legumes, pra mim assim, foi um aprendizado bom, muito bom mesmo, de excelente qualidade. Pra gente assim, você achar que ta fazendo as coisas certas e ao mesmo tempo não era aquilo que eu imaginava, o que tava certo pra mim tava completamente fora do padrão de higiene que o curso passa pra gente, é bem diferente mesmo [alem desses conteúdos eles trabalharam com você outros conteúdos: relações interpessoais? Cidadania?...] sim, com certeza, os direitos do trabalhador, passava filme pra gente ver como que a gente convive com outras pessoas na sociedade... a gente só não teve a oportunidade assim de visitar um local, uma cozinha, um restaurante, pra ela passar pra gente uma noção de ambiente, né, de como se entra, mas nesse curso ela orientou a gente num curso que tinha lá de panificação, então eles lá na sala e ela do lado de fora só falando pra gente

como se trabalha, como se portar, durante a manipulação de alimentos não conversar, porque a própria saliva da gente pode contaminar os alimentos, então assim, tive um aproveitamento bem grande nesse curso. [eles ensinaram a vocês como conseguirem um emprego depois que terminassem o curso?] é no caso, assim, igual eu te falei, alguns no caso já eram empregados, outros estavam fazendo o curso por fazer e ela assim orientou a gente, que foi um rapaz do SINE que foi lá e ofereceu pra gente pra fazer a ficha e quando que a gente tivesse dificuldade de arrumar trabalho eu a gente procurasse lá o SINE pra conseguir uma vaga [mas eles ensinaram a fazer um currículo, como se comportar numa entrevista?...] uhum, ensinou, ensinou a se comportar, como responder, né, ensinou isso pra gente sim [tem como trabalhar com higiene e manipulação de alimentos como autônoma?] pode sim, pode [e eles incentivavam vocês a trabalharem dessa forma?] é incentivavam né, que assim se você quisesse, tem fábricas que você pode montar uma cozinha pra você na sua própria casa, igual por exemplo, lá perto da minha casa em uma malharia, então de repente a malharia procura saber lá no bairro se tem alguém que possa fornecer marmite, né, isso também foi bem incentivado, pras pessoas montar um próprio negócio, trabalhar com salgadinhos, com doces, eles incentivavam sim [e eles falavam como que vocês iam fazer pra começar esse próprio negócio?] é, a nossa professora lá, né, dava algumas dicas pra gente, de como fazer, porque eu por exemplo, eu trabalhava com salgadinhos pra fora, então ela ensinou o modo como você oferece, o modo de manipular, como você leva pra vender, pra oferecer pras pessoas, o transporte, a manipulação [e deu resultado pra você?] assim, eu que não tava fazendo mais, mas o modo como ela falou como eu fazia tava dentro assim do que eu já trabalhava [e você não tem intenção de voltar a trabalhar dessa forma?] dessa forma não

29. tem, tem ajudado sim, porque igual eu to falando, até porque muita noção de limpeza que eu achava que era certo não é, como por exemplo, quando eu vou limpar uma casa, igual antes, eu misturava tudo, pano de cozinha com casa e banheiro, então hoje eu já separo os produtos que eu uso na casa, na cozinha, com os do banheiro, primeiro porque se você usa um pano do banheiro na cozinha pode ter uma contaminação, ou vice-versa, né, então isso me ajudou muito também

30. não, assim, outros ganhos não, melhorou a qualidade do meu serviço, melhorou muito a qualidade do meu serviço, mas outros ganhos não.

Entrevista 10

1. Cristiane

2. Preparo de Pães e doces

3. 23/05/79

4. solteira

5. negra

6. tenho uma filha de seis anos

7. eu e o pai dela [e quando você ta trabalhando com quem que ela fica?] Com a minha mãe, com a avó

8. mora eu e a minha filha, a minha mãe mora na casa da frente

9. ele é próprio, era a casa do meu avô, de herança né?! [e tem quantos cômodos?] o meu tem três, o da minha mãe deve ter uns cinco

10. no caso era eu quando eu tava trabalhando, mas como agora no momento eu não to, o pai dela me ajuda

11. no caso seria só a minha né, [e de quanto é?] a dele? [não, a sua] a minha é um salário mínimo [mas você disse que estava desempregada, esse salário é referente a que? Seguro-desemprego?] é, eu recebo seguro

12. eu mesma

13. eu terminei o segundo grau

14. eu já tinha feito antes, acho que de recepcionista também aqui no SENAC, então eu sempre passo lá perguntando, no SINE, pelos cursos [e você fez o curso de recepcionista e não conseguiu emprego?] não, não consegui

15. eu tava desempregada também [e quando você estava desempregada, você não tava fazendo nem “bico”, nem nada, você estava sem trabalhar?] te juro que eu não lembro

16. -----

17. eu queria usar na área da cozinha né?! eu queria aprender tanto pra casa e pro trabalho e ai como teve a oportunidade eu fui la fazer o curso

18. era tanto pro trabalho tanto pra casa, pra casa eu não aprimorei não, mas pro trabalho eu também não consegui não, eu entreguei currículo em padaria, em trabalho assim, mas só que nunca me chamaram não
19. eu to desempregada ainda [e agora você está na mesma situação? você não faz outras atividades não?ou você faz bico, essas coisas?] quando aparece eu faço [e faz o que?] eu bico faxineira, acho que foi o único que apareceu [então agora o sustento seu e da sua filha é pela renda do pai dela?] e do seguro desemprego [e você tava trabalhando com o que?] em restaurante [e fazia o que no restaurante?] eu fazia salada
20. -----
21. -----
22. não, no caso eu não coloquei em prática lá, não precisou
23. eu fui no SINE, né?! fiz o cadastro e fiquei aguardando, eles falaram que era pra gente passar lá pra ver [eles que te orientaram a fazer o cadastro?] isso, eles que falaram
24. que eu me lembre não
25. eu já tava com o segundo grau, depois disso eu só fui trabalhar
26. atendeu, foi um curso muito bom [por que?] porque eu não sabia nada de pães, de culinária, eu cozinheiro muito pouco, então eu aprendi muita coisa, né? [e mesmo com o fato de você não ter conseguido o emprego, já que você disse que fez o curso também pelo trabalho, mesmo assim ele atendeu as suas expectativas?] pelo trabalho não, mas pelo conhecimento eu gostei
27. eu gostei muito, gostei bastante, aprendi muita coisa [você não teve dificuldades de acompanhar o curso?] eles sempre tiravam as nossas dúvidas né?! Porque eu que não sabia sim, mexer muito com culinária, eu fiquei assim, um pouco perdida, porque cozinhar em casa é uma coisa, aqui é outra, dificuldade eu tive sim, mas dava pra gente continuar, né?!
28. eu aprendi a fazer pães, eu aprendi a fazer doces, fazer sobremesas [e além dos conhecimentos de cozinha eles ensinaram outras coisas?] que eu me lembre não, só mais pães e doces, a gente aprendeu a fazer bolo também, bolo também ensinou [mas eles ensinaram a vocês como arrumar um emprego depois que vocês terminassem o curso?] teve uma moça falando[e ela falou sobre o que? Você se lembra?] como elaborar um currículo, aqui onde tinha cadastros pra trabalho, ela deu algumas dicas, de

tudo eu não lembro não, mas veio uma moça aqui sim [mas ela ensinou vocês a como trabalhar em cooperativas, como abrir seu próprio negócio, orientaram nesse sentido?]
ah, isso eu não lembro

29. não, nesse trabalho não

30. até o momento eu não tenho nenhum [nenhum ganho?] ate o momento nenhum

Entrevista 11

1. Carina

2. Montagem e Manutenção de micros

3. 22/03/1985 [24]

4. solteira

5. negra

6. não

7. ---

8. 3, mãe, irmão e irmã

9. próprio, são sete cômodos

10. minha mãe

11. uns 1.600,00

12. um pouco cada um, [é dividido?] é... [seu irmão também?] ah, as vezes, né?!...

13. ensino médio completo, 2003

14. foi o presidente do bairro que veio me fazer a proposta pra eu poder fazer

15. desempregada

16. ---

17. ah, porque eu acho importante, né?! fazer [importante porque?] ah, é um curso profissionalizante, né, pra seguir uma carreira mesmo

18. a minha expectativa era arrumar um emprego, dentro dessa área

19. agora estou empregada [com carteira assinada?] é

20. ah, empregada domestica [e qual a sua jornada de trabalho?]são 6 horas [na verdade são oito horas: de 8:00 as 16:00]

21. 465,00

22. não

23. não
24. não
25. ensino médio completo [sua mãe comentou que você iniciou o curso superior] é, eu iniciei o curso de fisioterapia, to no primeiro período. Sim [mas em que sentido?] [grande pausa] não sei [o fato de você ter participado desse curso te animou a voltar estudar?] ah, eu sempre gostei de estudar, né... mas... não sei, essa pergunta eu não sei responder não
26. atendeu [mesmo você não tendo conseguido o emprego?] pelo menos eu já sei, né?! eu aprendi bastante
27. pra mim o curso foi completo, professor muito bom, conteúdo também... Pra mim que sempre gostei de computador foi fácil
28. ai meu deus, eu não sei te falar [eu sei que foram trabalhados conteúdos técnicos, mas eu queria saber se além desses conteúdos relacionados à montagem e manutenção, eles trabalharam outros conteúdos?] trabalhou, teve alguma coisa, eu não lembro, teve uma semana de... eu não sei como vou te explicar [eles falaram sobre leis trabalhistas?] ah, isso mesmo, foi, teve uma semana sobre isso [mais o que? você lembra?] eu tenho o material ali, você quer que eu procure pra vc ver? [sobre mercado de trabalho, eles falaram?] isso, isso mesmo...
29. não
30. só a experiência mesmo.

Entrevista 12

1. **Kelly**
2. montagem e manutenção de computador
3. 24/01/79
4. solteira
5. Branca
6. tenho uma filha de 10 anos
7. minha mãe
8. quatro, minha, minha filha, eu e minha irmã

9. nossa, mais isso tudo? Eu não quero responder nada disso não. To achando muita coisa pra uma simples pesquisa... [nova explicação sobre a pesquisa!] é próprio
10. eu
11. ----- [não quis responder]
12. nós quatro
13. ate a oitava [isso foi em que ano, você se lembra?] não
14. eu tava desempregada e eu tava procurando emprego e ai me falaram que tinha esse curso gratuito
15. no caso faz bastante tempo, depois desse curso eu comecei a trabalhar na área de computação, mas não como montagem e manutenção [antes do curso você estava desempregada. E você já tinha trabalhado antes?] não, nessa área não. Não nessa área de computação [e em que tipo de trabalho que você exercia?] eu era costureira
16. -----
17. é porque os outros cursos já tinham preenchido e como não tinha outro e o curso era gratuito eu resolvi fazer esse, mas eu queria realmente aprender, eu tinha vontade de aprender nessa área de informática, tanto que eu to trabalhando hoje nessa área
18. -----
19. boa, ótima, hoje eu trabalho com o que eu quero, eu trabalho com computação [tem carteira assinada?...] tudo direitinho
20. 1 ano
21. 600,00
22. não
23. não, nada
24. não [nem incentivaram?] não, nada
25. eu to cursando ainda, terminando [a oitava?] não, o segundo ano, eu to terminando [então você voltou a estudar?] voltei a estudar, mas por iniciativa própria, não por incentivo de ninguém [e também não teve nenhuma relação com o fato de você ter feito o curso?] não, não teve
26. não, porque a gente ia pra... eu tinha vontade de aprender, embora era de graça, que era mais um objetivo que a gente tinha, uma meta, o curso era de graça, mas assim, poxa, eu não to pagando então vamos empenhar, né pra fazer o melhor, pra aprender o

melhor, mas naquela época quando eu ia pro curso o professor brincando, falando de outras coisas, então quando a gente ia pra falar do curso,... o livro era ótimo, maravilhoso, sabe? Mas ele não falava, ele só brincava, só brincava... [então você acha que não houve seriedade no curso?] não, não teve nenhuma, era o tempo todo brincando, rindo e eu não gostei, gostei assim, o que eu aprendi, o que eu fiquei sabendo do curso foi através do livro, então a gente ia pra lá, era brincadeira uma atrás da outra, era... se não me engano era falando assim: como que uma pessoa pega mentira através do olho... ihh, e ai vai, era assim, uma brincadeira atrás da outra, seriedade mesmo não teve não

27. [você encontrou dificuldades para fazer o curso?] totalmente [por quais razões?] na área de explicação lá dentro da sala, totalmente dificuldade, porque tinha professor, mas ao mesmo tempo não tinha, não tinha quem ensinasse pra você, tanto é que um menino lá dentro da sala de aula ele na... na ventuinha, lá, não sei, nem lembro direito mais isso, mas ele pegou fogo lá no negócio, pegou fogo, porque? Não tem professor pra explicar o menino queria saber, então ele foi na apostila e se deu mal [mexeu e deu errado?] mexeu e deu errado, aquele dia foi o melhor! Rs. [e vocês tinham recursos disponíveis pra fazer o curso?] não, recurso tinha, o SENAC deu os livros todos e era livro ótimo, eram dois livros se não me engano e não tem, sabe, o que reclamar, mas foi um curso muito corrido, um curso de um mês, quer dizer, um curso que pra mim talvez demoraria dois meses pra você estar aprendendo, devido a ter um mês e com o professor brincando, você vai aprender nada, não pega nada, nada mesmo [e você se lembra dos conteúdos que foram trabalhados?] não [com relação a direitos trabalhistas, cidadania?...] falou, eles deram esse livro pra gente, alias falou mais sobre isso do que realmente o curso, então eu acho que a meta do professor ali foi falar sobre isso [sobre como se comportar no trabalho?] não, isso não [relações entre pessoas?] não, tinha o livro, ele passou pra gente o que tinha no livro, mas assim, passou rápido, vamos dizer assim, de dez tira uma, foi muito rápido, mas através do livro que a gente procurou ler, quem quis saber alguma coisa procura ler, igualzinho no meu caso, eu peguei o livro, através, graças ao Senac e através dele eu estudei, então hoje o que eu sei eu agradeço ao senac pelo livro, não pelo professor [eles ensinavam vocês a como conseguir um emprego depois do curso?] que eu me lembre não [incentivavam vocês a

trabalharem por conta própria?] assim, o professor falava com um, tinha um, tinha dois que eu ouvia, ele falava que se eles fizessem um outro curso, talvez pago, não me lembro, que eles talvez poderiam estar indo na casa das pessoas pra estar consertando, mas em relação ao curso... [mas isso não era uma diretriz do curso não?] acho que não, mas assim o professor mesmo, ele é muito legal, não tenho o que reclamar dele em pessoa, mas quanto ao profissionalismo, eu não gostei.

28. não, de forma alguma

29. não

Depois de encerrada a entrevista a entrevistada continuou falando sobre o curso, o que foi possível gravar se encontra abaixo:

Não fiz mais nenhum curso porque eu trabalho na área de computação, quer dizer, fiz sim, [fez de que?] word, excel..., curso básico, e foi através desse curso que eu consegui estar na área que estou hoje, porque eu paguei por esse curso, então onde que eu paguei, eles me ensinaram e eu aprendi muita coisa [então você acha que o curso na ter sido levado a sério no senac tem a ver com o fato do curso ser gratuito?] eu tenho certeza, porque na minha opinião, o professor vendo que é gratuito aquilo... quer dizer... e teve até diploma, não lembro quem foi lá e entregou o diploma pra todo mundo, tiraram fotos... [e teve prova?] não [então todo mundo que fez o curso recebeu o certificado?] recebeu, ele ate falou que ia ter uma prova, que eu me lembre não teve, então foi uma coisa muito... eu não sei nada do curso, vou te falar a verdade, eu não sei nada, eu sei assim, através do meu computador lá em casa, eu vou fuçando, vou mexendo e vou aprendendo através do livro, mas assim mesmo, dali eu sai com o certificado na mão. O professor é muito legal, é muito gente fina, eu não tenho nada que reclamar dele como pessoa, mas agora como professor... talvez pago ele fosse um ótimo professor, mas acho que pelo fato de ser gratuito... eu acho que ele não foi uma boa pessoa.

Entrevista 13

1. Ana Carolina

2. lá no SENAC eu frequentei foi técnicas de recepção e hoje eu faço técnico em gestão empresarial lá no SENAC também [gratuito também?] gratuito pelo Estado, é um programa do PEP
3. 15/07/1991 [18 anos]

4. solteira
5. branco
6. não
7. ---
8. seis, comigo seis, minha irmã mais nova Thais, Carlos Henrique, a Fernanda, meu pai e minha mãe, comigo seis
9. casa própria, quitada, tem sete cômodos
10. meu pai
11. 1500,00
12. minha mãe
13. antes eu frequentava o ensino fundamental até a oitava série, eu tava no primeiro ano quando eu frequentei o curso de técnicas de recepção [você estava com o ensino médio incompleto então?] isso, tava incompleto [isso em 2007, né?] isso, em 2007
14. foi pelo SINE porque eu tinha uma inscrição no SINE, então teve um vizinho meu que falou que era pra mim ir até no SINE, que eles tavam com alguns cursos gratuitos, aí eu me interessei e consegui
15. situação de trabalho? Como assim? [se você nunca tinha trabalhado...] nunca, nunca
16. ----
17. ah, porque eu já tinha feito um curso de informática, aí eu queria preencher o meu currículo, aí que eu optei por fazer esse curso, mesmo pra aumentar o meu currículo
18. alcançar mesmo o profissionalismo, quanto mais curso eu tiver mais qualificação eu terei, mais chances no mercado também
19. hoje eu sou estagiaria [estagiaria de que] ah, de tudo ne?! É no INSS, pelo ensino médio [você é estagiaria do INSS?] É pelo instituto social, exatamente
20. arquivo, copia de processo, mais isso mesmo [quantas horas por dia?] quatro horas, de 8 ao meio dia
21. 332,00
22. sim [qual?] ah é porque eu também atendo o público, então você tem que receber o público da maneira mais confortável pra ele, então isso me incentivou também, esse curso me aperfeiçoou no que eu realizo hoje
23. não

24. também não
25. Terceiro ano do ensino médio, to cursando [ter participado do curso te influenciou a continuar estudando?] sim, bastante [em que sentido], eu acho que... teve varias matérias que incentivava a gente a continuar a estudar e... é isso, incentivava a gente a buscar a querer alguma coisa mais pra frente
26. ah, bastante, não o suficiente, mas bastante [não o suficiente, porque?] ah, eu acho que o período foi muito curto pra muita coisa, mas deu pra aprender todas as matérias mas muito rápido [eles trabalhavam com as apostilas?] com as apostilas e mais alguns anexos do professor [eles trabalharam toda a apostila?] toda, toda a apostila [eram duas apostilas, ou uma só?] eu não me lembro, acho que eram duas
27. eu achei assim pelo professor, excelente, era uma professora excelente, ela fornecia o máximo de dúvidas pra gente, ela tirava todas as dúvidas, é, mesmo o período foi curto mas atendeu toda a matéria, a gente teve prática também, porque a gente conheceu todos os setores do SENAC, né, a administração, o setor financeiro, foi... aí na técnica eu acho que foi melhor pra gente porque se fica muito na ... , quer dizer se fica muito na técnica a gente não aprende, tem que ser na prática mesmo, aí eu acho que na prática a gente adquiriu mais conhecimento.
28. ai, eu não me lembro, mas teve telemarketing, a gente aprendeu a própria recepção, currículo a gente aprendeu a fazer, arquivo que me ajuda muito hoje na minha função no estágio, boletos bancários a gente aprendeu, ai, eu não me lembro mais [tinha algum conteúdo voltado assim pra formas de você conseguir se empregar?] eu acho que foi o conteúdo de telemarketing [foram trabalhados conteúdos ensinando você a por exemplo... que te deu base pra você sair e procurar um emprego?] eu acho que foi mesmo o atendimento ao público, porque assim, eu sempre fui interessada no atender o público, receber o público, então eu acho que isso me incentivou mais, atender o público da melhor maneira possível [mas teve assim, conteúdos relacionados a cidadania? Direito?] ah, isso teve também, tudo...foi isso mesmo que a gente aprendeu também, ética, tudo...
29. sim, todas as matérias que teve, que foram abordadas lá no curso

30. mesmo foi experiência, eu acho que experiência foi total, ate mesmo com os alunos, né, influenciavam uns aos outros da melhor maneira possível, né, da melhor forma, teve isso também, juntamente com o professor

Entrevista 14

1. Verônica

2. só o pão e doces mesmo
3. 19/01/88
4. Solteira
5. Mulata
6. tenho uma menina [quantos anos?] quatro
7. eu [e no caso de você sair pra trabalhar?] a minha tia
8. só eu e a minha filha
9. próprio, três
10. sou eu
11. no momento são 190,00
12. eu
13. até a oitava [você completou a oitava?] não, incompleto [você parou de estudar em que ano?] foi em 2004, quando eu ganhei a minha menina [por isso que você parou?] sim
14. pela minha prima, foi a minha prima que falou ai a gente fomo la no SINE, ai a mulher deu o papelzinho pra gente informando o dia que ia ser o curso ai a gente fomo la
15. não, tava desempregada [nunca tinha trabalhado antes?] não
16. -----
17. foi o único que eu gostei no momento que tinha lá, era o melhorzinho que tinha
18. ah, aparecer alguma oportunidade de serviço, alguma coisa assim [você queria então arrumar um emprego e por isso que você fez o curso?] isso [você conseguiu o emprego?] não [você chegou a procurar?] cheguei [e como que você procurou?] ah, entregando currículo [e porque que você acha que não conseguiu?] eu não sei
19. ah, de vez em quando eu faço faxina [e essa renda que você falou de 190,00 ela vem de que?] da pensão da minha menina

20. -----
21. uns 800 reais, 40 por dia [e você já tem as faxinas fixas?] não, não fixo, quando aparece, mas eu faço duas vezes por dia
22. não
23. não
24. incentivavam [mas incentivavam só de boca?] é
25. oitava serie
26. atendeu [em que sentido que te atendeu?] como assim [porque você acha que atendeu as suas expectativas? Você falou que uma das suas expectativas era arrumar um emprego, então essa não atendeu, atendeu alguma outra?] foi bom porque eu aprendi também, né?! como é que faz as coisas
27. não encontrei dificuldades, os conteúdos foram importantes [você acha que não ficou nada que você gostaria de aprender e que você não aprendeu?] não [então você não teve dificuldades de fazer esse curso?] não, de jeito nenhum [eles davam pra vocês o vale transporte e o lanche?] davam
28. ah, bastante coisa [o que?] como cortar as coisas, legumes direito, como mexer uma massa, ah, bastante coisa mesmo [eles trabalharam com vocês sobre direitos trabalhistas?] trabalhou [sobre cidadania?] isso ai eu não to lembrada não [eles ensinaram como fazer depois pra conseguir trabalhar? Depois que terminasse o curso?] não [como fazer um currículo?] isso ai ensinou [como se comportar numa entrevista?] isso também [e eles incentivavam você a trabalhar na sua própria casa com pães e doces, por exemplo?] incentivavam [a aprender pra fazer pra fora?] aham [mas eles incentivavam mais isso, ou mais a procurar emprego numa padaria?] mais a gente fazer em casa pra ir aprendendo pra depois procurar uma padaria [mas então eles incentivavam você a começar a ganhar dinheiro vendendo, por exemplo, de porta em porta?] isso [e você não quis fazer assim?] não
29. -----
30. ah, nenhum

Entrevista 15

1. Monique

2. Montagem e Manutenção de Micro
3. 20/07/1988 [21 anos]
4. solteira
5. ah... negra
6. não
7. ----
8. 4, mãe, irmão e minhas duas irmãs
9. cedido pela minha avó, [tem quantos cômodos?] tem 4 cômodos... 5 cômodos
10. minha mãe
11. ah, é 500... 560,00 por ai
12. eu, minha mãe [seus outros irmão são homens?] Não, um homem e as outras duas meninas, mas todos abaixo de mim
13. ensino médio completo, terminei no ano de 2006 [já tava completo quando vc fez o curso?] já, foi em 2007, né, já.
14. bom eu tava passando no senac e eu vi o papel, ai eu fui lá fazer
15. não trabalhava, [você já tinha trabalhado antes?] não, nunca.
16. ----
17. ah, eu achei interessante o curso, assim...
18. sobre o curso? ah, aprender mesmo a montagem e manutenção, que é uma coisa que hoje em dia dá muito dinheiro, na época eu tinha essa mentalidade, ai eu procurei fazer o curso
19. bom, no momento eu to fazendo faculdade então não tem como eu trabalhar,[você faz faculdade de que?] ciências exatas, física [onde?] na UFJF
20. ----
21. ----
22. ----
23. não
24. não
25. assim, não é que influenciou porque eu já tava com a mentalidade de fazer cursinho pré vestibular
26. atendeu

27. sobre o professor, eu gostei bastante, achei ele assim... um bom professor, e ele é uma pessoa muito legal também, e quanto ao curso eu não tenho nada que reclamar não, mas assim, no curso eu aprendi mais sobre a parte de montagem, a parte de software eu não aprendi muito não sabe, mas no geral foi muito bom o curso [ele teve a carga horária de quanto tempo vc sabe?] não

28. bom, eh... a parte de software foi a parte de formatar computador, passar anti vírus essas coisas e a parte de hardware foi mesmo aprender o nome de cada coisa, saber colocar em cada lugar. [teve algum outro conteúdo além desses? Conteúdos relacionados ao mercado de trabalho?...] teve, teve...Eles sempre falavam pra gente assim,... eles sempre citavam nas aulas, levavam material extra pra mostrar o mercado de trabalho e falavam da sua experiência também

29. atualmente me ajuda mesmo é na faculdade porque eu tenho uma matéria nessa área, sobre essa área, ai me ajuda bastante, mas no geral não porque eu não fui ser técnica, entendeu? Mas, só mesmo na faculdade.[você chegou a procurar emprego na área?] não, eu procurei mais foi como autônoma mesmo [e você conseguiu?] alguns, mas não muitos. [retorno financeiro então você não teve?] não [e você pagou alguma coisa pelo curso?] não.

30. ah, eu acho que meu único ganho mesmo foi que ele me ajudou nessa matéria da faculdade

Entrevista 16

1. **Thaís**
2. Pães e doces
3. 25/02/78
4. solteira
5. Branca
6. tenho, uma que vai fazer doze anos agora, daqui a duas semanas
7. eu, minha família quando eu estou trabalhando, meus pais
8. comigo 5, eu meu pai, minha mãe minha irmã e minha filha
9. próprio, com três quartos
10. meu pai

11. ele é aposentado [mas somando todos que trabalham na sua casa, a renda familiar deve chegar a quanto aproximadamente?] não tenho muita ideia de quanto ele ganha não, mas deve chegar a uns três mil [você trabalha?] eu, minha irmã e meu pai
12. minha mãe, tadinha
13. eu fiz faculdade, eu formei no final de 2007 [você se formou em que?] em turismo, mas em Juiz de Fora não adianta nada
14. foi porque eu tenho uma amiga que trabalhava no senac, ai ela me informou [ai ela falou que ia ter o curso?...] tinha que ir ate o psiu fazer o cadastramento, esperar ate ser chamada [e vc conseguiu fácil a vaga?] demorou umas duas semanas, porque eu acho que tem uma seleção, não sei como é não [mas o curso já tinha começado?] não, não, ela me falou ainda faltavam um mês para o curso, mas ai eu fiz esse e fiz mais uns três do FAT [mas não na mesma época, né?] não, não, porque eu acho que é uma vez por ano [os outros você fez de que?] na área de culinária também, eu fiz um de doces e salgados e empreendendo o turismo rural
15. não trabalhava [nunca tinha trabalhado ou não estava trabalhando?] não estava trabalhando, eu tinha feito estagio antes, agora que é o meu primeiro emprego [você tava fazendo estágio na época?] não nesse curso [então nesse curso você não estava trabalhando com nada?nem bico, nem nada? Nenhuma renda?] eu fazia doce, alfajor [e vendia?] vendia, mas podia vender dez numa semana, nenhum na outra, era assim [e vc tem uma ideia de quanto vc recebia por esse trabalho?] dependia, porque vendia mais no frio, então, ... não tenho uma noção
16. -----
17. porque eu gosto da parte da gastronomia, adoro, eu queria aprender, eu não queria trabalhar numa padaria, mas eu queria aprender, eu sempre gostei de fazer pão, tentar fazer em casa que não dá muito certo não
18. de aprender mesmo muita coisa, de valer mesmo pra mim, foi muito bom
19. 20. 21. eu trabalho numa fábrica de biscoito, [e vc faz o que?] eu trabalho no controle de qualidade [e vc tem carteira assinada nesse trabalho?] tenho [tem quanto tempo que vc está nesse trabalho?] já tem três meses [e qual é o seu salário mensal?] 500,00 nesses três meses de experiência, depois deve vir um pouquinho mais

22. ai, ajuda muita coisa [em que que vc consegue perceber] ah, muita coisa que eu aprendi no curso eu tento passar lá pros funcionários, ai isso ta muito difícil de falar
23. falaram pra mim cadastrar no senac, pra poder ser chamada [só como incentivo?] a professora indicou, não pra mim que não tava querendo trabalhar, mas a professora indicou alguns alunos e eu ate fiquei sabendo que muitas estão trabalhando ainda [quando vc foi procurar o emprego na fabrica de biscoitos, você levou seu certificado desse curso?] não, não
24. não porque não precisava, né
25. terceiro grau completo [e vc não teve interesse em trabalhar com o turismo?] tive, mas aqui em JF é muito complicado né?! eu queria trabalhar em hotelaria, na hotelaria eu não consegui, daí eu desisti, quem sabe um dia...
26. atendeu, com certeza [em que sentido?] eu aprendi muita coisa, ate hoje quando eu faço alguma coisa em casa eu pego meu livrinho, meu caderninho, e dá pra fazer pra família inteira
27. dificuldade até que não muita, porque desde pequena eu sempre gostei muito de ir pra cozinha, cozinhar, fazer as coisas [duração do curso, linguagem, conteúdos, nada?] não, achei tudo ótimo [você acha que algum conteúdo importante, que você gostaria que tivesse sido trabalhado, não foi trabalhado?] não, foi além... a professora muito boa [vocês tinham recursos disponíveis?] tudo, deu material, na sala de aula tinha todos os mantimentos, tudo, tudo que precisava a gente tinha
28. aprendi pães, aprendi doces, aprendi... Tinha muita coisa assim, que se sobrar... por exemplo fazia coisa com ovo e só precisava da gema, daí dava um jeito pra fazer alguma coisa com a clara, ou vive-versa, pra não desperdiçar... não tinha desperdício, a gente aprendia com tudo lá [e vc se lembra se eles ensinaram a vcs como conseguir um emprego depois que terminasse o curso?] teve, antes de começar o curso teve a parte teórica de entrevista, de currículo, teve tudo isso [e eles incentivavam vcs a abrir o próprio negocio?] não, isso eu não me lembro não, eles falavam mesmo no trabalho na padaria, de ser o empregado [sobre abrir o próprio negocio então, vc não se lembra?] não [sobre direitos trabalhistas, cidadania?...] teve, tudo, em todos eles tem apostila direitinho, eu não lembro muito bem se foram dois ou três meses de curso, não lembro, eu sei que um mês foi só de direitos, cidadania [como se comportar no trabalho?] isso,

tudo, higiene, tudo, muito bom, fiz em todos eles que eu fiz aqui [em todos eles vc viu essa parte?] em todos, no primeiro eu achei legal, no segundo ajudava e no terceiro eu já falava, ai meu deus, tudo de novo [o mesmo livro?] não, eles adaptavam mais, mas... era jóia

29. tem [a parte técnica ou a parte comportamental?] as duas, a parte comportamental vai sempre me ajudar... e a técnica também

30. ai, aprender mesmo, mas ganhos de dinheiro nenhum, só o de aprender mesmo

Entrevista 17

1. Deise

2. Manutenção de limpeza e higiene [Higiene e manipulação de alimentos]

3. 15/10/1988 [21 anos]

4. solteira

5. Negro

6. não

7. ---

8. 4, minha mãe, minha irmã e minha outra irmã de 15 anos e eu

9. Próprio, 8 cômodos

10. minha mãe, Andréa

11. um salário só [salário mínimo?] é

12. minha mãe

13. oitava, parei de estudar ano passado [ensino fundamental incompleto, 2008]

14. através do meu primo

15. desempregada [você já tinha trabalhado antes?] já

16. ----

17. pra mim conseguir um trabalho melhor, mas até agora nada

18. pra mim me empregar assim em lanchonete, alguma coisa assim

19. desempregada

20. ----

21. ----

22. ----
23. não
24. não
25. ---
26. não [porque?], ah, porque eu só fiz o curso e depois eu corri atrás e não adiantou nada, entendeu?...
27. não [com a linguagem? Duração, conteúdo?] não [você acha que alguns conteúdos importantes foram deixados de lado? Alguma coisa que você queria aprender e não foi trabalhado?...] não
28. foi trabalhado todos, que deu pra mim ver foi todos [além dos conteúdos que estão ligados mesmo a parte de execução do trabalho, eles passaram algum outro conteúdos pra você?] não [conteúdos que falassem sobre o mercado de trabalho? Sobre direitos trabalhistas...] não [nada disso?] não
29. ----
30. nenhum [nenhum?] nenhum

ANEXO III

Roteiro das entrevistas com gestores

Roteiro de entrevistas para gestores da política de qualificação em Juiz de Fora

1. Qual era a função que você exercia junto à SEDESE e ao Conselho Municipal de Emprego? Durante qual período?
2. Como são definidos os cursos que serão oferecidos?
3. Como o município faz a intermediação da mão de obra das pessoas qualificadas pelo PNQ?
4. Como o município lida com a questão da elevação da escolaridade das pessoas que se qualificam nos cursos oferecidos pelo PNQ?
5. As vagas oferecidas nos cursos de qualificação são suficientes frente à demanda do município?
6. Como o município faz o acompanhamento das pessoas qualificadas no PNQ?
7. Quais os motivos pelos quais Juiz de Fora não tem sido contemplada com os cursos do PlanTeQ/MG?
8. Existe uma articulação da política de qualificação com outras políticas do município?
9. Dentro do PNQ há uma diretriz de incentivo ao empreendedorismo. O município tem alguma iniciativa de apoio financeiro para que essa diretriz possa ser colocada em prática pelas pessoas que querem empreender?
10. Você poderia destacar o que você vê de pontos negativos e pontos positivos com relação ao PNQ e ao PlanTeQ/MG?
11. Existe dentro do PlanTeQ/MG alguma ação ou diretriz voltada especificamente para o público feminino?

ANEXO IV

Transcrição das entrevistas com
gestores

Sandra Bara Alves

1. Eu era analista de planejamento do Estado, analista de planejamento de políticas públicas do Estado e no conselho de emprego eu era secretária executiva [qual período?] eu sai do Estado, pedi licença do Estado, vai fazer três anos. De secretária executiva eu tava exercendo a função desde 95 até 2005. [95 foi quando ele foi criado?] foi criado, ate 2005. Mesmo eu saindo, pedindo licença do Estado eu ainda continuei na função de secretaria executiva a pedido do marcos, tá?
2. Os cursos são... isso eu sei! É a nossa preocupação... Isso era feito tudo numa parceria do Estado, porque o Estado era o gestor da política pública de emprego e renda no município, e o conselho de emprego. Como o conselho de emprego é um conselho muito participativo e muito bem representado, o que é que a gente fazia? A gente se reportava ao conselho, então, ao governo municipal, estadual e federal, aos sindicatos e aos empresários, né?! E com isso a gente pedia pra que eles fizessem uma pesquisa dentro de cada seguimento pra que apresentasse pra gente uma proposta do que seria mais interessante em termos de qualificação profissional. Aquilo que o mercado precisava, não aquilo que o trabalhador desejava, mas aquilo que o mercado precisava. Porque? Quando nós começamos a fazer esse trabalho em 97, nós fizemos uma pesquisa bem ampla aqui em Juiz de Fora. Pesquisa de campo mesmo, ouvindo o trabalhador, ouvindo o sistema “S” e outras empresas que promoviam a qualificação profissional. Só que a gente percebeu o seguinte: que havia um desnível entre o que o trabalhador desejava e o que o mercado estava precisando. Não havia uma sintonia nisso. Ate os cursos que eram oferecidos pelo sistema “S” eram cursos que atendiam a demanda do trabalhador, mas não a demanda do mercado. Então a gente percebeu que muitas empresas, com seguimentos importantes dentro da cidade, bem instaladas, com liderança na área, elas estavam pleiteando cursos de qualificação fora do sistema “S”, contratando pacote fechado, porque não atendia. Então a gente começou a direcionar essa preocupação, tá?! Então assim, fazendo reunião com o sistema “S”, reunião com empresários, reunião com trabalhadores, na tentativa de passar a régua, ou seja, criar um denominador comum, que atendesse a demanda do mercado e que ao mesmo tempo diminuísse o nível de desemprego. [e aqui em Juiz de Fora, o principal executor foi o sistema “s’?] foi o sistema “s”, ta?! Pelo menos a nossa preocupação enquanto conselho de emprego era sempre recomendar que o sistema

“s”, que estava comprometido com a proposta de fazer o alinhamento, fosse o executor, ta?! Não uma empresa, uma instituição, alheia à realidade local. Infelizmente, Flaviana, não é uma (...) embora o Estado, e ai falo também como funcionaria do Estado, eu só estou de licença, o que que aconteceu: por mais que eles pleiteassem, a gente pleiteasse o sistema “S”, acabava vindo alguma instituição de fora, que não conhecia a realidade daqui e caía de pára-quedas para executar os cursos. [eu soube do Iara tupinambá...] É, e teve vários outros, eu nem sei listar pra você quantos, mas muitas instituições de Belo Horizonte, do triangulo mineiro, baixava aqui para fazer. Aí não conhecia nada e saia pedindo apoio ao conselho pra executar, a gente só falava: vocês estão sendo pagos pra fazer isso! Não é nossa função criar a estrutura física. Por isso que a gente recomendava que os cursos fossem ministrados pelo sistema “S” local, que já tem a estrutura física pra isso. [então, mas um dos requisitos pra pessoa se candidatar, instituição no caso, é ela ter condições físicas, instalações, para a execução do curso, não é?] sim, sim, concordo. Pois é! [mas na verdade acontecia...] uma coisa é a prática, outra coisa é a teoria. Ela chegava perdida, porque não conhecia a cidade. Então ela veio pra cá executar: “Onde que eu posso fazer o curso? Será que você podia me arrumar isso? Arrumar aquilo?” Ela não conhecia a cidade, ao invés dela vir pra cá com antecedência e se ajustar pra realidade local, ela chegava na véspera e pedia ajuda ao conselho, né?! Algumas vezes a gente ate ajudou, mas outras eu falei assim: desaforo! Se vira! [o Pedro chegou a comentar que as vezes o município demandava alguns cursos e isso ia pra BH e eles retornavam com outros cursos que não necessariamente...] É, isso aconteceu muito, tá?! A gente mandava sempre um plano, dentro da data legal, da data que tinha que validar, toda a consulta feita previamente junto ao conselho, lê-se: todas as instituições verticalmente ligadas à ela, tá?! A gente fazia essa pesquisa ampla, então o que ia pra Belo Horizonte era realmente a necessidade definida pelo município. Eles mudavam! Muita coisa era mudada lá, infelizmente. Aparecia curso que a gente não pediu, curso que não foi solicitado, o que foi solicitado... 90% do que foi solicitado não era atendido [então era um descompasso total?] completo! Então na verdade, eu te falo uma coisa Flaviana, eu to... sempre atuei na área de emprego e renda do Estado e eu falo hoje, sem sombra de dúvida, que a melhor política de emprego e renda é o micro-crédito e ela é feita fora do foco do Estado, ou seja, a gente tem recursos do Estado, do Governo Federal, BNDES, BDMG, recursos emprEstados,

não são recursos doados... o que pode ser doação é o PDI, que é do Ministério do Trabalho. Eu te falo que longe, é a melhor política, é a política mais eficiente, mais eficaz, longe, longe! E eu conheço bem a política de emprego e renda. [esse acesso ao micro-crédito para o trabalhador não qualificado?] não, não tem problema nenhum. O problema da qualificação não ta colocado. O que é o viés para acessar o micro-crédito é que ele esteja produzindo, seja no mercado formal ou informal, qualificação não é medido. Nós depois, ai eu te falo aqui como Banco do Povo, nós depois do micro-crédito, aqui, a gente costuma qualificar o empreendedor. Dentro do que? Dentro de cursos que são pertinentes: gestão, fluxo de caixa, gerenciamento, que são interessantes pro negócio dele, ta?! Então, essa é uma qualificação bem específica. Tem resultado!

3. Olha, normalmente, se não me falha a memória, as pessoas que eram qualificadas entravam também no banco de dados do SINE, ta?! Isso ai a gente sempre teve uma preocupação de tentar sempre jogar o pessoal que tava sendo recrutado, selecionado, pra qualificação e a qualificação pra intermediação, então essa tentativa de unificar essas duas pontas sempre teve. Isso ai, justiça seja feita, sempre teve. [mas ai só no sentido de encaminhar ao SINE, não encaminhar a uma empresa...] não, desde que tivesse a vaga disponível. Primeiro ele tinha que se cadastrar, ele estando cadastrado, ele com certeza, tendo a vaga e ele tivesse o perfil, ele era encaminhado. A gente tem que ter vaga, aí quem dita a regra, novamente, é o mercado [pensando no que você disse sobre o Estado não garantir a demanda, fica mais complicado] é, fica mais complicado, muito complicado! Exatamente.
4. Dentro do Estado? [é, dentro dos cursos] olha, eu vou te falar uma coisa, eu trabalhei durante um tempo, fui emprestada do Estado para o município. Então assim, quando eu estava no município havia uma política muito focada dentro da questão do aumento da escolaridade do trabalhador, qualificação profissional. São duas coisas distintas. Infelizmente tem uma questão, que aí eu vou tocar num ponto principal, quem tem que gerenciar a política pública de emprego e renda é o município e não o Estado. O Estado tem 127 municípios que ele toma conta, a regional aqui. Então ele não vai ficar preocupado com a execução de uma política municipal. Cabe ao município. Então na verdade, o que tem acontecido é que às vezes não há um nivelamento de interesses políticos entre o Estado e o município. Nem sempre anda na mesma linha. Às vezes ela ta

bem desfocada e isso, às vezes, acaba criando problema. Se houvesse uma interação maior entre Estado e município haveria uma inserção na execução da política pública. Então o Estado, com relação ao aumento da escolaridade do trabalhador não tinha essa preocupação, esse foco tinha que ser do município. Então o Estado, o que ele faz? Acompanha a política que já vem. Acompanha, ponto. Mas não acompanha com o olhar que deve ter a gestão municipal [dentro do PlanTeQ/ MG a diretriz era que essa elevação da escolaridade fosse feita até em telessalas, mas aqui em JF não teve, né?] não, não teve. Pelo menos até a época que eu sai, só teve em 97...97, não! 2000 a 2004 mais ou menos. Não! É! 2004 mais ou menos... [pega uma parte do PLANFOR e uma parte do PNQ?] é, exatamente. Que ai teve porque era uma... deixa eu te explicar, quando eu estava no Estado, eu fiquei mais fora do que dentro, então assim, eu estava emprestada ao município, então na época, eu pedi um ponto assim: Ângela, que era diretora, fica com o conselho, porque o conselho é do Estado. Não tinha pessoas pra tocar. Então eu acabei, quando eu fui pro município e trabalhar na execução, na implantação de uma política pública de emprego e renda, em oito anos, eu acabei também levando o conselho municipal de emprego. Então, nesse período, de 97 ate 2004 houve, de fato, uma... essa junção, esse acompanhamento entre o aumento da escolaridade do trabalhador, qualificação profissional, inclusive outras políticas públicas que foram adicionadas para a diminuição do desemprego no município. Houve, ta?! Só que, depois que acabou, o governo foi o Bejani, não sei se você é daqui de Juiz de Fora, não dava pra conversar, não dá! Eles tinham assento no conselho, mas o interesse deles era completamente diferente do que o conselho como um todo queria e começaram a faltar demais. Faltar, faltar, faltar! Então não houve nenhum tipo de cumplicidade. Agora com o Custódio essa cumplicidade é mais fácil, porque é PSDB e PSDB, então dá pra fazer essa junção. Mas não há, pelo menos ate o momento que eu saí do município, do Estado, não houve. O Custódio tava entrando, não é?! Eu achava, por exemplo, que o SINE ia ta sendo municipalizado, que é uma política do Estado, do Governo Federal, há anos. Na época, nós oferecemos essa proposta, ate por ordem do próprio Estado, pro governo do Bejani, ele não quis. Então eu falei assim: Bom, Custódio entrou, com certeza ele vai municipalizar, se municipalizar é mais fácil. Não municipalizou ate agora. Então... eu não sei te... To fora! Eu não sei te dizer ate que ponto essa política de emprego e renda gerenciada pelo Estado e o município

tão entrando em sintonia. Pelo que eu acompanho no jornal, pelo que eu de antemão, não existe continua esse mesmo lero-lero do Estado fazer a política de qualificação com a preocupação grande de ouvir o conselho, isso eu sei que continua, porem nem sempre a execução do ponto de vista do Estado atende os interesses do município, é um pouco desfocado da realidade local. Isso continuou, infelizmente! [essa aproximação da política de qualificação com outras políticas do município, surtiu efeito?] na época que eu estava mais a frente desse processo, surtiu efeito, tá?! Surtiu porque você atacava em vários campos, né?! Era a qualificação, era o micro crédito, era, era, o aumento da escolaridade do trabalhador, que tinha um programa específico, inclusive em parceria com o Viva Rio, do Rio de Janeiro. Então teve uma atuação maior, depois ficou só a atuação por políticas implementadas pelo governo do Estado, desfocadas do município.

5. Eram insuficientes... muito! Ai eu te falo ate o seguinte: na época do PLANFOR existia uma proposta de ir aumentando gradativamente até chegar a 20% da PEA. Nunca passamos de 5%. Hoje te falo que isso deve ser muito menor, muito menor! Por falta de recursos. Porque, na verdade ô Flaviana, os recursos do FAT ele é descentralizado para o Estado, não descentralizado para o município, pelo menos para municípios grandes, né?! Então eu lembro que participei de um fórum que tinha em São Paulo, promovido pela Marta Suplicy na época, chamado fórum mais 300, que era uma tentativa de fazer com que os municípios acima de 300 mil habitantes no Brasil inteiro, que eram 77 se não me engano, muito poucos, tivessem autonomia para ter os recursos, negociar os recursos com o FAT diretamente com o Ministério do trabalho, passando por cima do Estado. Ai o Estado breçou, os Estados do país inteiro breçaram! Não concordaram com isso, ta?! Então, o que acabou acontecendo? Somente os municípios com 1 milhão de habitantes, aí você pega basicamente as metrópoles, poderiam negociar diretamente, o restante continuava passando pelo crivo do Estado. Isso é difícil, porque cada vez mais vai minguando os recursos do FAT. E ele, a política do Estado, é utilizar uniformemente os recursos para todo mundo. Balela de dizer que quem ta em primeiro lugar é porque atende os requisitos. A gente atendia sempre, mas eu ouvi isso do Estado, varias vezes dos técnicos do Estado: quem tem põe, quem não tem tira! Você tem que fazer uma política também pra quem não tem, é... não consegue chegar a pontuação mínima. Então porque pontua? Pontua tudo então, distribui tudo do jeito que quiser e acaba com isso, entendeu?

E isso desanimava porque todo mundo sabia disso, todo mundo percebia isso. Um conselho ativo, participativo, então vamos dizer, isso ai é pra que? A gente apresenta curso, curso, curso que a gente quer e nunca é atendido, então...

6. A isso ai é com o Pedro que você vai ter que ver. Porque ai eu nunca mexi com isso. Eu ficava na parte de planejamento, na parte de acompanhamento, até o momento que saía o recurso. Depois entrava o Pedro. Ai eu não posso responder por ele. Eu não sei como esse acompanhamento era feito, tá?!
7. Não sei, não sei porque eu sai, eu to praticamente há três anos fora, não sei. Tenho nem ideia! Eu acredito que contemplado esteja, porque nunca deixou de ser. Mas eu não sei quantos cursos, quais os cursos, se atendeu a necessidade apresentada pelo conselho e pela SEDESE. Não tenho nem ideia. Aí eu sai mesmo. Aí eu não posso te responder.
8. -----
9. [empreendedorismo x apoio financeiro] não, não. Por isso que eu to te falando, eles pensam a política, mas não costuram isso, ta?! Então a gente fica completamente disforme na prática, né?! Infelizmente não, ta?! Não teve. Pelo menos que eu conheça, ta Flaviana. Pode ser que até tenha em alguma OSCIP, isso tenha até funcionado. Mas que eu conheço não, ta?! O que tem é o micro crédito que hoje a gente funciona como uma OSCIP, uma ONG, não tem vinculo nenhum com o Estado, com o poder público. E a gente é o que? Empresta um recurso para empreendimentos formais e informais, num valor de 200,00 ate 15.000,00 reais, mas não importa se é formal ou informal [e também não importa se está vinculado a esse curso ou não?] não importa. A qualificação que por ventura vier a acontecer, e já aconteceu, foi por iniciativa da instituição do micro crédito.
10. [pontos negativos e pontos positivos] não digo nem ao PlanTeQ Minas especificamente, eu digo enquanto política pública num modo geral. Eu acho que o ponto mais negativo é ele não ter essa costura, não, não, é, é, ter essa preocupação de alinhar a política na prática. Vou te dar um exemplo pro que eu percebi durante o momento que eu era técnica no Estado, que acontecia: existe uma política pública muito grande, muito, é ostensiva com relação a questão do cooperativismo, da associação, do associativismo. Só que o que acontece na prática, que o Ministério do Trabalho, ele tem essa política, mas ao mesmo tempo, do lado dele, ele tem um setor de fiscalização. No que a política de implementação de cooperativa sai em campo, a política de fiscalização sai logo atrás e multa. Então, ou

seja, não há nem internamente um alinhamento, entendeu? Então o que eu vejo na prática, que as políticas elas são interessantes, teoricamente bem construídas, mas elas não conseguem se costurar de tal forma que elas consigam se implementar. E eu te falo uma coisa: se o grande, no meu modo de ver, o que também dificulta muito essa falta de, ..., essa rigidez, esse engessamento, é que o FAT, não ta descentralizado. Quando ele estiver descentralizado, o recursos então estiver na Mao, ai a política também tem que estar descentralizada na mão do município, o município vai poder fazer essa..., quem vai poder costurar isso melhor? O próprio município. Mas tem que descentralizar. E essa discussão num, pelo o que eu saiba, ela não ta na agenda de discussão. É o maior fundo do país. Você tem que descentralizar. O que eu acho é o seguinte: não é que você vai descentralizar pra todo mundo, porque você tem município ai que você nem sabe porque é município. Mas de qualquer forma, descentralizar pra aqueles municípios que tão organizados. É ate uma forma de exigir uma certa... um mínimo de organização. A saúde tá assim, a educação ta assim, porque que trabalho e renda não está? Então pra mim o ponto mais negativo é esse, esse engessamento dos recursos. A definição não ta, não ta vinculada a uma participação ativa do município e a falta de costura do trabalho [pontos positivos] a política acho que ela também, ela é teoricamente bem costurada, positivamente é uma tentativa de atacar o problema. É as chamadas políticas ativas e passivas, né?! Desemprego. Eu acho que até existe uma preocupação, ta bem, ta bem estruturada. Teoricamente! Na prática desanda porque ela não consegue fazer essa, essa costura básica. Na minha opinião é isso, tá?!

11. Deixa eu ver se eu me lembro. Eu não me lembro Flaviana. Ai eu teria que olhar os arquivos. Eu não me lembro se tinha uma política, uma qualificação especifica para as mulheres. Mas eu acho que não. Eu acho que a preocupação nossa era ter, ver a questão da segmentação. Talvez tivesse alguma, tipo assim, artesanato, corte e costura, mas que também podia estar vinculado ao segmento. Não me lembro da gente ter esse tipo de preocupação.

Marcelo Frank do Nascimento

1. É... Eu sou, é na verdade um servidor público estadual na secretaria de Estado de planejamento e gestão, e eu dedico metade do meu expediente de trabalho aqui na área de direitos humanos e por militância né na área de direitos humanos e aqui tava sem um profissional, um servidor público que acompanhasse esse assunto... Então de 2005 pra cá eu tenho exercido essa função e nesse ano, 2009, o diretor Paulo Henrique Braz Pereira me pediu que assumisse as funções de secretário do conselho municipal de trabalho emprego e geração de renda é dessa comissão de emprego antiga, mas hoje é conselho municipal trabalho emprego e geração de renda. Uma vez que a secretaria executiva que sempre cuidou do conselho, a Sandra Bara Alves, que era a secretaria de todo tempo que o conselho existe, a Sandra Bara cuidava disso e ela está licenciada, então é... eu acabei assumindo essa função, então durante 2009 eu comecei a tomar contato com a realidade do conselho, com a sua composição, com o regimento interno, com as suas demandas É justamente, então o conselho tem mandato de um ano da presidência e eu fiquei durante essa última presidência. Em 2010 eu to pedindo para que haja substituição mesmo porque não é a área que eu trabalho aqui, que é a área de direitos humanos, e uma vez que houve a mudança da presidência eu já solicitei ao novo presidente que providencie uma secretaria executiva, mas vinculada a prefeitura, ele é da prefeitura, o Jackson Moreira, o futuro vice-presidente, uma vez que um Conselho municipal, quem tem que dar a infraestrutura pra esse conselho funcionar é a prefeitura... Então o certo é ser um profissional, um servidor público municipal, que seria a pessoa melhor pra isso, eu colaboraria com a transição mas acho que daqui pra frente deveria ficar isso... A secretaria executiva com um servidor público municipal e continuaria a alternância de presidência de ano em ano entre os diversos representantes, por que o conselho municipal do trabalho emprego e geração de renda ele é tripartite, ele tem uma representação de empresários, tem a representação dos trabalhadores..e tem a representação de governo... no caso do governo, o governo federal é representado pela Embrapa, o governo estadual é representado pela SEDESE e o governo municipal pela Prefeitura e aí é a secretaria de planejamento e desenvolvimento econômico. [então hoje aqui na SEDESE, pelo que eu entendi, não tem nenhum técnico responsável por essa questão da qualificação profissional, para

responder pelos cursos...] é, ultimamente ta o companheiro ai, Pedro Henrique que cuidava desses cursos e ele, com a licença dele, ficou mais ou menos vago e tem uma colega a Laura que tava substituindo o Pedro Henrique nessa função... é mas que provavelmente em 2010 ela poderá não estar mais nessa função... e a SEDESE ela ta com dificuldades de quadros novos, né?! o pessoal ta aposentando, o pessoal já com mais tempo no Estado, ou estão procurando outras colocações, dentro do serviço público mas outras colocações, em termos de emprego, em termos de salário...

2. É, durante esse ano, eu vou relatar pra você o que eu observei, as demandas que surgiram no conselho foram baseadas muito no próprio interesse da prefeitura municipal de Juiz de Fora, seja da secretaria de assistência social, na tentativa de reinserção de pessoas que estão fora do mercado de trabalho, numa situação de vulnerabilidade, ou as pessoas que poderiam ir pra uma situação de vulnerabilidade, tentando aproveitar, por outro lado, o interesse da FIEMG /zona da mata, centro industrial e também das centrais sindicais dos trabalhadores que estão representadas no conselho é no sentido de que dê a oportunidade de qualificação dessa mão de obra, uma vez pensando que a gente pode superar as dificuldades que tem em Juiz de Fora de busca de gente qualificada porque há um cenário de empresas que podem vir pra cá, mas também costumam ter que importar mão de obra de outros centros, por não ter pessoas qualificadas aqui. Então, os cursos de qualificação, as demandas que surgem e que são enviadas para o nível do Estado, para a busca de recursos pra isso, é geralmente baseado nas demandas que vem através da prefeitura e esporadicamente algumas que vem através da FIEMG, porque existe essa necessidade em termos das indústrias, né?! E há outras iniciativas de captar essas demandas na área do comércio, mas o próprio comércio em Juiz de Fora, tem a característica de ele mesmo trabalhar a sua mão de obra, através da questão do aprendiz em convivência com o profissional mais experiente, mas a indústria e a prefeitura foram os que mais trouxeram demandas de mão de obra qualificada.
3. É... nessa etapa que a prefeitura está vivendo de uma nova administração, eles não apresentaram uma forma trabalhada em termos de demanda de mão de obra, como eu te disse, há uma preocupação da secretaria de assistência social com um grupo bem

específico, que é o pessoal em situação de vulnerabilidade, tentando reinserção, reinclusão dessas pessoas no mercado produtivo, já que essas pessoas já estavam indo pra um processo de mendicância. É... mais ao final agora, na última reunião do ano que nós tivemos, a própria secretaria de assistência social já trouxe uma demanda e eles precisavam do parecer favorável do conselho, porque eles vão tentar buscar recursos para a educação para adolescentes, dentro daquela linha do PROJOVEM trabalhador... Então eles vão tentar captar recursos com isso e ai precisavam, trouxeram o anteprojeto pra reunião, pra obter um parecer favorável pra eles continuarem na elaboração desse projeto com vistas a 2010 pegar também esse segmento adolescente em condições já de trabalhar [então quem faz a intermediação da mão de obra, fica mais a cargo da secretaria de assistência social?] Pelo menos nesse início dessa atual administração tem sido assim... a secretaria de assistência social que tem trabalhado com essas demandas, mas há intenção da secretaria de planejamento e de desenvolvimento econômico de se estruturar nesse sentido também, é porque eles pretendem trabalhar atração de novas empresas, gerar novas oportunidades de emprego, mas eles também estão preocupados com essa questão da qualificação. Tanto que por consenso o subsecretário da área de planejamento e de desenvolvimento é ele que vai assumir a presidência do conselho no próximo ano em 2010. A gente chegou a essa conclusão, porque pelo revezamento seria um órgão do governo, mas não havia o interesse nem do SEDESE e nem da Embrapa, mas no sentido de que seria o melhor momento para a prefeitura assumir pra poder dar uma maior dinâmica ao conselho municipal.

4. Essa é uma diretriz que se trabalha a nível nacional, estadual e municipal. Ainda mais Juiz de Fora, né?! Juiz de Fora tem um perfil de cidade de mais estudante, as pessoas estão buscando uma escolarização crescente, então essas coisas se casam, né?! Então há uma percepção nesse sentido. Agora, o conselho em si tem essa preocupação, há um cenário que as próprias entidades sindicais, as centrais sindicais identificam que é a proximidade do Rio de Janeiro... com a possibilidade de ter as olimpíadas, ter a copa do mundo ... é... Juiz de Fora vai estar sendo gravitada por isso e vai estar sendo demandado alguns tipos de serviços de apoio na área do turismo, na área de hotelaria, serviços de entretenimento e que vão desencadear novos empreendimentos, que vai afetar a construção civil e ai desencadeia uma rede produtiva e há uma preocupação da

gente conseguir enquanto política de geração de empregos e renda de acompanhar isso e não perder essa oportunidade... tanto os trabalhadores como prefeitura trabalham nessa perspectiva.

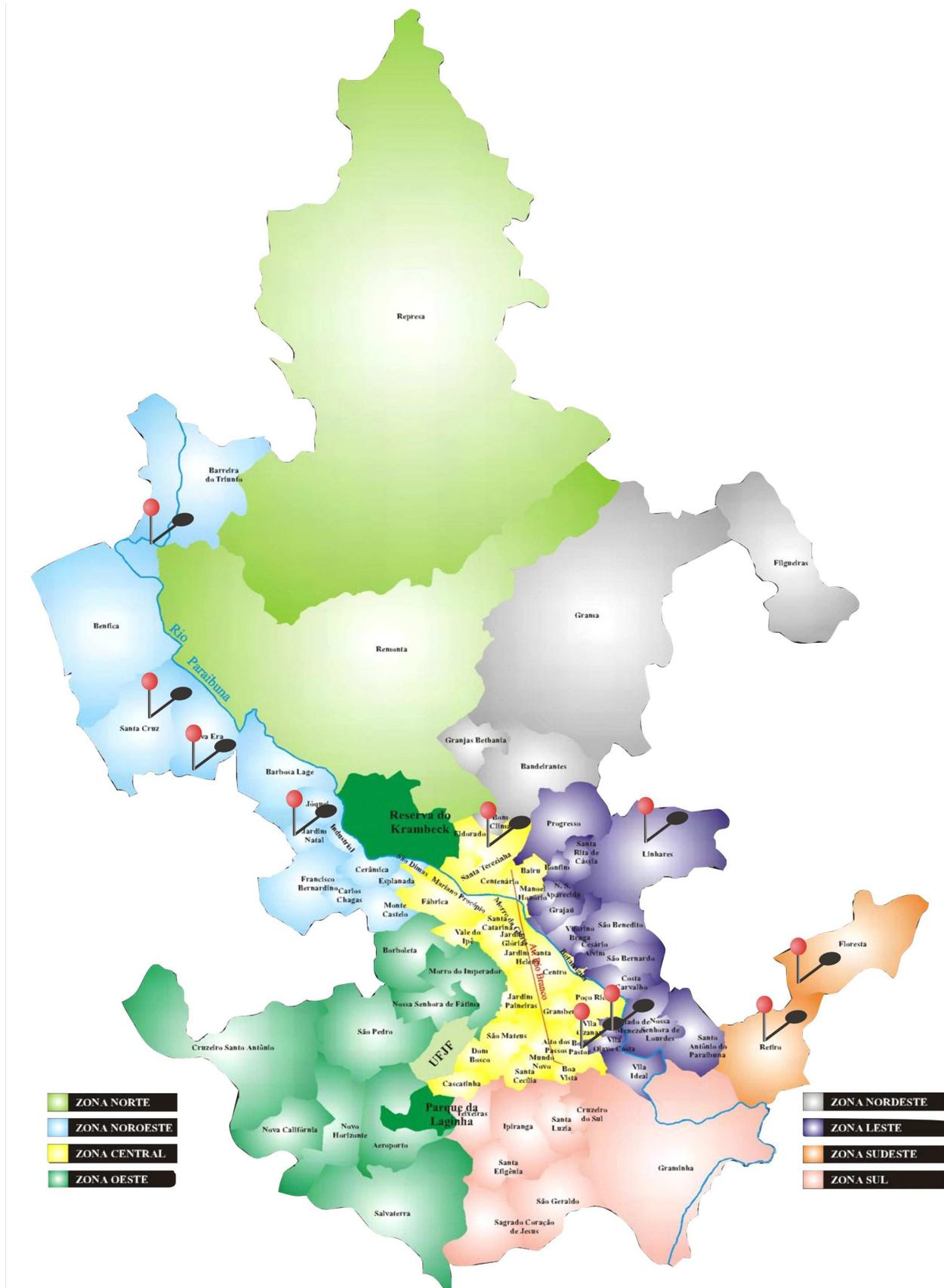
5. Assim, os comentários, os pronunciamentos que eu ouvi durante a minha estada no conselho, é que há um descompasso entre a busca de mão de obra qualificada e a não oferta de mão de obra nos cadastros existentes, principalmente aqui no SINE, há uma demanda por trabalhadores, mas uma dificuldade de encontrar trabalhadores qualificados. Assim, também coloque que a busca desses trabalhadores por parte do setor empregador às vezes oferece um salário não atrativo, pra quem já tem uma qualificação... Então há um descompasso que precisa ser ajustado, há uma outra realidade, o seguinte, que é sempre citado pela conselheira Poliana Martins, que é representante da FIEMG e que já ta no conselho algum tempo e ta nessa área da indústria também acompanhando e ela cita um exemplo sempre, lá do setor gráfico, a busca de profissionais no setor gráfico é permanente, então há uma proposta da FIEMG de implantar uma escola pra formar trabalhadores pro setor gráfico, com a certeza de que o que for formado será absorvido, entende? Porque há sempre carência de profissionais num setor muito especializado. Então eu tenho retorno dessa situação, de uma conselheira que ta numa área de ponta do setor empresarial, na indústria, e que cita exemplos como esse e tem outros setores que precisam de mão de obra, porque quantos forem formados, capacitados ou requalificados, no sentido de atualização, com os métodos novos, tecnológicos, do exercício profissional, o mercado tem pra absorver e o setor gráfico é um exemplo disso. [mas as pessoas que buscam se qualificar, elas conseguem vagas nos cursos de qualificação?] Olha isso não teve ainda nesse ano, por exemplo, que eu acompanho, eu não vi isso ocorrer, a materialização disso.... Ficou tudo em termos de projetos e estruturação com vistas ao futuro, com relação a 2010... No ano de 2009 foi um ano atípico, acho que em função da própria crise econômica... Começou o ano em crise, depois a crise foi esmaecendo e ouve um novo otimismo agora no final de ano. Acredito que essas coisas em 2010 é que vão se materializar, tem muitos projetos, muitas intenções, existe a vontade de fazer as coisas acontecerem e ai em 2010 vai se materializar em termos de oferta de vagas para a qualificação e da procura, né?! Eu acho que em 2010 que vamos poder ajustar isso, porque o setor

industrial tem desejo de ampliar mas com a crise pos o pé no freio [e em 2009 não teve curso do PNQ, do PlanTeQ/MG em Juiz de Fora?] que eu tenha notícia não, porque a minha informação é a que chegava através do conselho, porque o meu contato com a área é através do conselho...

6. É, pelo o que eu tenho notícia não há esse monitoramento posterior não [então se ela conseguiu se inserir no mercado de trabalho, se ela abriu o próprio negócio, vocês não tem esses dados?] não, não, tem essa parte de monitoramento posterior não, pelo menos eu não ouvi isso, não tem indício de alguma coisa formal nesse sentido não.
7. E também a uma administração nova na prefeitura, iniciando esse ano, tudo que Juiz de Fora teve de crise institucional... Esse ano eu acho que é um ano meio atípico pra fazer uma análise, né... por essa confluência de fatores, crise econômica, trabalho e desenvolvimento, primeiro ano de administração depois de um quadro conturbado institucional.
8. [com relação a articulação com outras políticas, você já deu o exemplo da articulação com a política de assistência social, e existem outras articulações?] pelo menos essa foi fato durante o ano, entrou na agenda do conselho a preocupação da secretária de assistência social do município de buscar os recursos disponíveis para tentar a reinserção no mercado de trabalho de pessoas se encontram em situação de vulnerabilidade.
9. Não tenho conhecimento não, a nível de um ano de conselho, dessa minha experiência lá, eu não vi isso chegar ao conselho como pauta, não.
10. Eu tenho limites né, pra poder responder isso porque eu não conheço a área profundamente né, eu fiz um trabalho na secretaria executiva, então que eu conheço é o que eu vi, o que eu relatei nas atas das pautas do conselho mais formalmente sobre esse plano ...eu tenho pouco pra responder.
11. Não, não percebi nada disso não.

ANEXO V

Dispersão territorial dos cursos na
cidade de Juiz de Fora no ano de
2007



ANEXO VI

Fotos de mulheres entrevistadas na
cidade de Juiz de Fora



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)